



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Ana Paula Soares Ferreira Melazo

**Entidades não lucrativas de Uberlândia: um estudo psicanalítico
sobre a lógica discursiva solidária diante das novas formas de
subjetivação**

**UBERLÂNDIA
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ana Paula Soares Ferreira Melazo

**Entidades não lucrativas de Uberlândia: um estudo psicanalítico
sobre a lógica discursiva solidária diante das novas formas de
subjetivação**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia –
Mestrado, do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial à obtenção do
Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia
Aplicada

Orientador(a): Prof. Dr. João Luiz L.
Paravdini

**UBERLÂNDIA
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M517e Melazo, Ana Paula Soares Ferreira, 1980-
Entidades não lucrativas de Uberlândia [manuscrito] : um estudo psicanalítico sobre a lógica discursiva solidária diante das novas formas de subjetivação / Ana Paula Soares Ferreira Melazo. - 2010. 198 f.

Orientador: João Luiz L. Paravdini.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui bibliografia.

1. Psicanálise - Teses. I. Paravdini, João Luiz Leitão. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.964.2

Ana Paula Soares Ferreira Melazo

**Entidades não lucrativas de Uberlândia: um estudo psicanalítico
sobre a lógica discursiva solidária diante das novas formas de
subjetivação**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia –
Mestrado, do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial à obtenção do
Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia
Aplicada

Orientador(a): Prof. Dr. João Luiz L.
Paravidini

Banca examinadora:

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Profa. Dra. Maria Isabel de Andrade Fortes

Prof. Dr. Caio César Souza Camargo Próchno

Uberlândia, 28 de maio de 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pela dedicação incondicional e pelo incentivo.

Ao meu mais fiel companheiro de todas as horas, Daniel, que soube me acolher, acalmar, ouvir e partilhar todas as angústias e felicidades deste período de trabalho.

Ao meu orientador, João Luiz, por me receber, por saber respeitar o meu tempo, e por me acompanhar nos caminhos das descobertas e desconstruções.

Aos meus irmãos, Letícia e Rafael, tão amados, por fazerem parte do meu crescimento como pessoa.

À minha nova família, minha sogra, sempre disposta a me ouvir e apoiar; ao meu querido sogro, que se foi, mas acreditou em mim e deixou grandes referências; aos meus cunhados, que me acolheram.

Às minhas amigas, pelas conversas, pela partilha e companhia nos momentos angustiantes, em especial, Cristina e Carolina.

Às pessoas com quem confidenciei meus mais íntimos conflitos, Rose e Helga.

Obrigada a todos aqueles que acompanharam esta jornada e, de alguma forma, participaram da minha vida.

RESUMO

O tema desta dissertação envolve as entidades não lucrativas, representadas na maioria das vezes pelas ONGs, tomando-as como ponto central para discussão da solidariedade inerente aos seus discursos. Retomando o processo político, histórico e social que deu origem a tal tipo de iniciativa da sociedade civil, encontramos muitos fatores que nos levaram a perceber um processo de despolitização social desde a década de 1980. Na atualidade, o que se nota são as interferências da globalização e do neoliberalismo no enfraquecimento do Estado enquanto promotor das políticas de bem estar social. Neste contexto, a lógica de mercado passou a vigorar com mais força em todo o mundo, de modo que os setores sociais são terceirizados pelo Estado, o que levou à consequente mobilização de camadas da sociedade civil em iniciativas de cunho privado que contam, contudo, com verbas públicas para a implementação de suas ações. Estas, por sua vez, passam a ser oferecidas à população como serviços que podem ser consumidos, minimizando as possibilidades de participação política. Utilizando a Psicanálise para buscarmos compreensões cabíveis a esta conjuntura social, foram levantadas hipóteses teóricas relacionadas a uma lógica discursiva típica dos movimentos solidários. Nesta lógica, estariam presentes os mecanismos utilizados na contemporaneidade para a fuga do desamparo, relacionados com o narcisismo, o masoquismo e o traumático. A partir deste referencial teórico, foram realizadas onze entrevistas em três entidades sem fins lucrativos da cidade de Uberlândia, com o objetivo de compreender como se estruturam as lógicas discursivas de gestão do desamparo nestas instituições. As análises das entrevistas levaram-nos à compreensão de uma lógica comum à trama discursiva das instituições. Os principais mecanismos encontrados no discurso solidário foram quatro. Um deles foi a clivagem narcísica, enquanto recurso de afastamento da esfera conflitiva na construção de um discurso harmonioso, o que propicia um segundo mecanismo: o da idealização. Esta se faz presente, num contexto em que o próprio sujeito é capaz de se ver como potente e capaz de promover

um mundo harmonioso. Em decorrência disso, a onipotência se faz presente como mecanismo de garantia para o sujeito de que a falta está do lado do outro, e não de si mesmo. O sujeito da ação solidária, neste contexto, fica como aquele que obtém saber e poder. Contudo, nesta condição de mestria, estes sujeitos da ação solidária parece escravizarem-se diante da necessidade de se manterem onipotentes diante do desamparo. O quarto mecanismo encontrado foi a entrega masoquista presente entre os sujeitos da ação solidária. Diante dos resultados, as reflexões direcionaram-se às necessidades de estabelecimento de laços horizontais de enfrentamento ao desamparo, reconhecimento da alteridade e articulação política.

ABSTRACT

The theme of this dissertation involves the non-profit entities, represented mostly by NGOs, using them as a focal point for discussion of solidarity inherent to their speeches. Returning to the political, historical and social giving rise to such civil society initiative, we've found many factors that led us to realize a social process of politicization since the 1980s. Nowadays, we can observe the interference of globalization and neoliberalism in the weakening of the state as a promoter of social welfare's policies. In this context, the logic of the market went into effect more strongly in the world, so that, the social sectors are contracted by the State, which led to the subsequent mobilization of civil society's layers initiatives that include private stamp, however, with public funds for the implementation of their actions. These, in turn, will be offered to the population as services that can be consumed, minimizing the possibilities of political participation. Using psychoanalysis to seek understandings applicable to this social setting, were raised theoretical assumptions related to a typical logic discursive of solidarity movements. Following this logic, would present the mechanisms used in the contemporary world to escape the helplessness associated with narcissism, masochism and traumatic. Eleven interviews were conducted in three nonprofits in the city of Uberlândia, in order to understand how to structure the logical discursive management of helplessness in these institutions. The analysis of the interviews led us to the understanding of a common logic to the discourse of the institutions. The main mechanisms found in the discourse of solidarity were four. One was the narcissistic splitting as a resource removal of the conflictive construction through a harmonious speech, which provides a second mechanism: the idealization. This is present in a context in which the subject itself is able to see how powerful and capable of promoting a harmonious world. As a result, the omnipotence is made as collateral to cover the subject that the fault is on the other, and not himself. The subject of joint action in this context is how you get that knowledge and power. However, on this

mastery condition, this solidarity action's person seem like a slave in the face of the necessity of keeping himself on this omnipotent in front of the helplessness's condition. The fourth mechanism was found to deliver this masochistic among the subjects of joint action. Considering the results, the reflections directed to the needs of establishing horizontal links to cope with the helplessness, the recognition of otherness and political expression.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	011
2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS ONGS NO BRASIL	016
2.1) Os Movimentos Sociais	017
2.2) A História dos Movimentos Sociais	021
2.3) Dos Movimentos Sociais às ONGs	026
2.4) ONGs: Definições e Conceitos	031
2.5) O Campo de Atuação das ONGs Hoje	033
2.6) O Neoliberalismo, a Terceira Via e o Terceiro Setor	039
3. A PSICANÁLISE E A CONTEMPORANEIDADE	044
3.1) Análise Sócio-histórica	045
3.2) A Cultura do Narcisismo e o Movimento Solidário	048
3.3) O Desamparo e as Formas de Subjetivação	056
3.4) Fuga do Traumático	068
3.5) A Lógica dos Discursos da Ação Solidária	077
4. OBJETIVOS	084
5. MÉTODO	084
6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	093
6.1) Instituição “A”	095
6.2) Instituição “B”	105
6.3) Instituição “C”	117
7. DISCUSSÃO	130
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160

10. ANEXOS	167
10.1) Instituição “A”: sinopse das entrevistas	167
10.2) Instituição “B”: sinopse das entrevistas	174
10.3) Instituição “C”:sinopse das entrevistas	186

1. INTRODUÇÃO

Este projeto nasceu da experiência que tive como coordenadora de um Setor de Atendimento Psicossocial em uma ONG de Uberlândia/ MG, na qual me encontrava empregada, em 2005 e 2006. Nesse período, fui contratada por essa entidade¹ para que estruturasse todo o setor de atendimento ao seu público beneficiário, de forma a compor uma equipe que atendesse às demandas da comunidade local. Foi nesse contexto que muitos questionamentos surgiram, a partir da observação de uma lógica de funcionamento que se mostrava repleta de entraves psíquicos e institucionais.

Todo o processo iniciou-se em 2004, quando fui convidada para realizar o meu primeiro trabalho na instituição. Tratava-se de uma ONG cuja diretoria era composta por pessoas do meu conhecimento. Eles precisavam, naquele momento, de um profissional que executasse uma avaliação dos impactos de todos os programas e projetos desenvolvidos pela instituição. Aceitei o convite e realizei o trabalho como consultora. Os resultados foram bastante interessantes, toda a equipe ficou satisfeita com minha atuação e, tendo novos recursos para a criação de um setor de atendimento ao público no ano seguinte, fizeram-me também a proposta de assumi-lo.

Iniciei minhas atividades em 2005, criando um setor psicossocial. Naquele momento, eu era a única funcionária do setor e gastei bastante tempo organizando e estruturando toda a documentação dos beneficiários, informações sobre suas atividades na instituição e os serviços a serem oferecidos. Em alguns meses, passei a contar com o apoio de uma assistente social e, mais tarde, de uma estagiária nesta área, além de um auxiliar administrativo.

¹ Trata-se de uma organização não governamental (ONG), cujo objetivo se voltava ao atendimento às famílias de baixa renda de uma das regiões periféricas da cidade de Uberlândia/ MG. Promoviam, nesse período, atendimento voltado para mulheres, crianças e adultos, oferecendo cursos e outros tipos de assistência à alimentação, moradia, e educação.

Fui aos poucos me inteirando sobre a dinâmica interna da instituição. Uma das primeiras percepções foi o desânimo, a apatia e o silêncio das pessoas e de seus setores (eram vários na instituição). Almoçávamos todos juntos, e eu notava sempre, por meio de reclamações e profunda desmotivação, uma insatisfação geral e uma grande rotatividade. Além disso, via que, apesar de ser uma instituição cuja premissa era integrar famílias mediante os vários serviços oferecidos pelas diversas áreas, cada uma realizava as suas funções separadamente, sem a discussão ou participação coletiva. Ao que parecia, a direção tinha uma visão integrada e sabia o que cada segmento da instituição realizava; contudo os setores não se comunicavam, e, com isso, o trabalho ficava segmentado, poucas famílias se integravam, e a equipe cumpria mecanicamente as suas tarefas, de forma a esvaziar o potencial daquilo que poderia ser realizado em parceria entre as equipes com a comunidade.

Diante disso, propus à diretoria que fizéssemos reuniões mensais de funcionários. A sugestão foi aceita, e o então presidente da instituição se propôs a participar. Percebendo que sua presença inibia a ação do grupo, concordamos em fazer as reuniões na sua ausência, assim como de qualquer outro membro da diretoria. Fiquei com o compromisso de emitir mensalmente um relatório com os conteúdos e resultados das reuniões. Foi então que se iniciaram as experiências mais interessantes, pois o grupo passou a se reunir com o intuito de trazer as questões difíceis, que, naquele momento, se relacionavam à condução do trabalho pela diretoria. As pessoas se queixavam de autoritarismo, de falta de espaço para posicionarem-se, de falta de apoio administrativo para fins de saúde e outros voltados para o ambiente de trabalho. Deram voz àquilo que estava silenciado até então, e começaram a ter ideias, reivindicar, sugerir, criticar e interagir com o trabalho. O próprio grupo solicitou encontros semanais para se inteirarem sobre os trabalhos dos demais setores.

Nessas circunstâncias, a presidência se sentia ameaçada e desconfiada, e passou a buscar o encerramento das reuniões de funcionários. Durante os dois anos em que trabalhei

nessa ONG, fiquei na posição conciliatória entre funcionários e diretoria. Mas, para além das questões relacionadas às reuniões de funcionários, percebia muitos pontos de tensão, pois estava em contato direto com a presidência da ONG e com sua diretoria. Notava a falta de espaço para que as pessoas pudessem participar ativamente em qualquer aspecto – fosse um funcionário, um voluntário ou um beneficiário. A última palavra era sempre da presidência, pois nada, nem mesmo um mínimo detalhe, poderia ser definido sem o seu aval. Nem mesmo a diretoria (participei algumas vezes de suas reuniões) conseguia se posicionar.

Aos poucos, essa dinâmica foi interferindo também no meu trabalho. Se no início eu tinha autonomia para propor e realizar ações, gradativamente, fui sendo tolhida, as reuniões passaram a ficar limitadas e qualquer ação que pudesse desestabilizar o funcionamento da presidência passou a ser eliminada. Tudo isso ocorria por meio de justificações de um discurso cristão (a ONG teve origem na igreja, e toda a diretoria era vinculada a uma pastoral católica), de um trabalho feito com amor por solidariedade aos irmãos. Assim, nas reuniões, agora frequentadas pela presidência, o discurso era religioso, mas, no contato com as necessidades dos funcionários, havia hostilidade, descaso e desconfiança incomensuráveis. A rotatividade dos funcionários e de beneficiários passou a ser ainda mais alta, as reclamações e a insatisfação eram tamanhas, incluindo a minha, que os meus pareceres em quaisquer ocasiões eram sempre solicitados (como ditava a hierarquia da instituição), mas aceitos somente quando convenientes à posição ocupada pelo presidente.

Nos relatórios que fazia sobre as avaliações de cada projeto (uma de minhas funções era fazer avaliação de todos os projetos da instituição), escrevia sobre minhas percepções, sendo elas positivas ou negativas. Fui percebendo que as informações que eu passava à presidência eram alteradas em outros documentos redigidos por esta. Os dados eram manipulados em favor da instituição.

Ficando cada vez mais insatisfeita com as interferências de uma pessoa leiga no trabalho técnico da equipe do setor que eu coordenava, percebia, também, a violência e o ódio das pessoas à minha volta, inclusive o meu. Acompanhando toda essa vivência em análise, já previa os impasses de minha estada na instituição, pois já não me era viável atuar profissionalmente. Não havia mais espaço para isso. Sendo assim, eu tinha duas opções: cumpria as tarefas que me eram solicitadas da forma como eram propostas (geralmente, elas iam contra a minha forma de compreensão) ou eu deixava a instituição. Decidi portanto, depois de algum tempo levado para perceber e entender toda a dinâmica, que sairia da instituição.

A forma como as relações se davam nessa instituição era tirânica e invasiva. Não era possível articular laços horizontais, e todos ficavam paralisados diante de uma figura de referência que estabelecia o controle de tudo. Foi então que fui buscar no mestrado o entendimento sobre essa forma de articulação dos laços nas ações solidárias, já que percebia esses conflitos também em outras entidades com as quais tive contato.

Esse processo foi experimentado de forma muito intensa. Tinha reações alérgicas e dores de cabeça constantes, além de ficar extremamente cansada e esgotada. Isto porque percebia a forma autoritária como se davam os vínculos na instituição, e sentia, também, a incoerência entre discurso e ação. Foi assim que desenvolvi certa curiosidade para entender o que se passava por trás do discurso solidário. A passagem por essas experiências despertaram em mim o desejo de pesquisar a dinâmica inconsciente da lógica discursiva solidária.

Não foi um momento fácil, pois constituiu, para mim, um processo de desilusão e desamparo. Ingenuamente, acreditava na consistência desse discurso e na genuinidade de suas propostas. Passei desse modo, a perceber a sua inviabilidade, não somente naquela instituição, mas em qualquer outra onde se pudessem encontrar pessoas, pois, em qualquer uma delas, haveria relações transferenciais. As questões subjetivas se sobreporiam às questões práticas,

trazendo problemáticas que iriam para além do discurso racional e integrado indicando um funcionamento diverso, de repetição daquilo que resta e que é indizível. Vi, naquele momento, que um trabalho harmonioso, que pudesse melhorar a vida das pessoas, não seria possível acontecer, pelo menos da maneira idealizada por mim. Seria, nesse caso, necessário que eu pudesse pensar melhor a respeito dessas questões – eis a trajetória de abertura para o mestrado.

Diante da percepção da idealização da realidade e de mim mesma fiquei paralisada. O que poderia fazer? Permaneceria no terceiro setor? Mas o que há por trás dele? Como seria possível articular tantos fatores ainda tão difíceis para mim? Neste momento, iniciei as atividades do mestrado. Concomitante a esse processo, ao receber um convite de trabalho para gerir um programa social de uma empresa da cidade, não hesitei. Passei a trabalhar neste projeto como consultora, na função de gestora, mediando os objetivos da empresa e a prática das ações. Tem sido um período muito angustiante, pois, mesmo não sendo funcionária da empresa, muitos fatores me afetam. Vejo claramente, em alguns momentos, uma postura autocentrada da instituição, colocando como objetivos principais aqueles que se relacionam aos interesses da empresa, o que, obviamente, é de se esperar. Nesta ocasião, da mesma forma que na experiência anterior, deparei-me com a situação idealizada e onipotente de tentar harmonizar a relação entre a empresa e a comunidade atendida – o que me foi cobrado não só por mim mesma, mas também por colegas da área que percebem as empresas como mal intencionadas, dignas de ser julgadas e banidas das ações sociais.

Por um tempo, também tinha a impressão puritana de que, se há segundas intenções, é indigno e não merece respeito. Mas, aos poucos, fui percebendo que, em qualquer situação (seja entre sujeitos, empresas ou qualquer outro tipo de instituição), haverá interesses primários e secundários, de todas as partes. Não há nada puro, nem no que diz respeito às intenções e nem na existência de um elemento só, livre de misturas, contradições ou

ambivalências. A questão é que minha idealização era tão grande que só me permitia pensar em algo de natureza *pura*, mas, ao mesmo tempo, percebia que isto não era possível. Idealizando o que está posto na realidade, idealizava-me também, num movimento onipotente que me protegia da desilusão e desamparo. Fui me dando conta de que, além dos entraves institucionais com os quais lidava, via, ao mesmo tempo, a intenção de criar um projeto que oferecesse a possibilidade de se tornar um ponto de encontro enriquecedor para crianças e adolescentes. Percebo, hoje, que esta experiência foi de crescimento, porém muito dolorida, e o desgaste sofrido foi muito grande, pois representou um processo de ruptura para mim.

Foram essas as vivências que antecederam a minha trajetória acadêmica e subjetiva e que por ela perpassaram, em que muitas transformações se efetivaram. Este tem sido um movimento paralelo ao desenvolvimento do trabalho teórico aqui descrito, cujos resultados serão apresentados não somente aqui, mas na minha prática e nas minhas escolhas profissionais e pessoais.

O trabalho propõe, a partir de toda essa trajetória, um olhar psicanalítico sobre as relações interpessoais do indivíduo na sociedade atual, levando em consideração as especificidades dos laços sociais que são produzidos no contexto do grande *boom* de entidades não lucrativas², que nascem com o objetivo de atuar em prol da solidariedade para com aqueles que se encontram marginalizados dentro do contexto social. Iniciemos, portanto, com alguns conceitos que podem contextualizar o discurso solidário.

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS ONGS NO BRASIL

² Na atualidade, há uma especificação de conceitos para as entidades não lucrativas, e muitas são as expressões utilizadas para denominar este tipo de instituição (entidades de terceiro setor, organizações da sociedade civil, ONGs, associações, dentre outros nomes). No entanto, no decorrer do texto, poderão ser utilizados todos estes nomes para designar instituições variadas, porém sem se deter nesta questão conceitual, uma vez que nos ateremos aqui à ideia central de filantropia e ausência de fins lucrativos que, supostamente, permeia todas elas.

Dentro da perspectiva dos movimentos sociais no Brasil e do *boom* de ONGs que tem sido notável nos últimos anos no nosso país, foi realizado um levantamento bibliográfico que contempla sucintamente a história acerca dos movimentos sociais, e que nos possibilita situar historicamente o tema a ser discutido. Desta forma, este levantamento levar-nos-á a entender em que contexto as ONGs se encontram inseridas atualmente, e como articulam-se na política e na sociedade contemporâneas.

Faremos inicialmente uma discussão teórica e um levantamento histórico sobre os movimentos sociais e os caminhos que os levaram até o nascimento das ONGs. Logo após, serão descritos conceitos e definições sobre “ONG”, bem como será discutido o desenvolvimento destas instituições no nosso país, com suas especificidades e problemáticas. Em seguida, serão esboçadas algumas informações específicas sobre o atual campo de atuação das ONGs, para mais tarde, num aprofundamento da discussão, levarmos em consideração a relação público-privado e a consequente despolitização dos movimentos sociais, bem como a influência das políticas neoliberais sobre a ação das ONGs.

2.1 – Os Movimentos Sociais

No processo de redemocratização do nosso país os movimentos sociais tiveram grande importância, principalmente no que se refere aos aspectos cultural e político. Segundo Pereira (2001), nos movimentos sociais estariam os *intelectuais orgânicos da classe dominante* produzindo, elaborando, sistematizando, veiculando a ideologia justificadora da dominação hegemônica. Mas por outro lado, ainda segundo o mesmo autor, existiria de forma concomitante a possibilidade de emergir a partir desses movimentos uma contra-ideologia, igualmente produzida e sistematizada por *intelectuais orgânicos* que, ao contrário, seriam comprometidos com os interesses da classe dominada. A partir disto, Pereira (2001) se questiona se há espaço de autonomia nos movimentos sociais em relação ao Estado, se as

mudanças produzidas por esses movimentos gerariam mudanças efetivas ou seriam apenas rearranjos do Estado, se o Estado teria um poder de indutor de mudanças sociais e, finalmente, se as transformações produzidas pelos movimentos sociais seriam resultado de um processo dialético entre estes últimos e o Estado.

A partir do paradigma dos “novos movimentos sociais”, surgido no cenário sóciopolítico da Europa a partir dos anos 60 e influente nos movimentos sociais no Brasil na década de 70, Pereira (2001) analisa esse contexto histórico considerando a produção de vários pensadores. A partir destas ideias agregadas pelo autor, desenvolveremos aqui uma noção geral da reflexão feita por ele. Serão também acrescidas as concepções de Santos (1999), Gohn (2000), Landim (1993) e Coutinho (2006) para problematizar a discussão acerca da dinâmica política dos movimentos sociais.

A expressão “novos movimentos sociais” foi utilizada pelo sociólogo Alan Touraine (1984 apud Pereira, 2001), diferenciando este tipo de movimento dos movimentos de classe, porém sem separá-los. Ele considerou que nos novos movimentos sociais a ação do sujeito põe em causa a formação social da historicidade, buscando autonomia e autogestão, e não a intervenção do Estado. Percebemos que para Touraine a sociedade civil é o lócus que tem potencialidade para promover transformação. Neste sentido, a ideia de que os movimentos sociais já não são mais como as lutas de classe, tal como na proposta marxista, será considerada em todo este trabalho, já que em muitos momentos colocam-se observações desta natureza a respeito da atuação das ONGs.

Muitos autores trouxeram influências para o pensamento acerca dos movimentos sociais³. Assim como Pereira (2001), outros dissidentes desta nova forma de perceber os movimentos políticos sociais foram surgindo. Coutinho (2006), por exemplo, também defende a ideia de que houve, a partir do final da década de 80, uma tendência conservadora

³ Ver Alain Touraine, Félix Guattari, Michel Foucault, Alberto Melucci, Cornelius Castoriadis, Jürgen Habermas, Tilman Evers.

nos movimentos sociais, principalmente no que se refere às ONGs. Da mesma forma, Gohn (2000) e Landim (1993) defendem a ideia de despolitização dos movimentos sociais, tal como discutiremos mais profundamente no próximo tópico sobre a história dos movimentos sociais.

Ainda, para discutir este assunto, Santos (1999) levanta questões profundas sobre o projeto da modernidade. Para ele, este é caracterizado pelo equilíbrio entre a regulação e a emancipação, pilares em que se sustenta a transformação radical da sociedade pós-moderna. Segundo ele,

o pilar da regulação é constituído por três princípios: o princípio do Estado (Hobbes), o princípio do mercado (Locke) e o princípio da comunidade (Rousseau). O pilar da emancipação é constituído pela articulação entre três dimensões da racionalização e secularização da vida colectiva: a racionalidade moral-prática do direito moderno; a racionalidade cognitivo-experimental da ciência e da técnica modernas; e a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura modernas. O equilíbrio pretendido entre a regulação e a emancipação obtém-se pelo desenvolvimento harmonioso de cada um dos pilares e das relações dinâmicas entre eles. (Santos, 1999, p. 236)

Uma hipertrofia do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado gerou um desequilíbrio entre regulação e emancipação, pendendo em favor da regulação na primeira fase do capitalismo (que o autor denomina de capitalismo liberal). Além disso, ficou prejudicado, também nesta fase, o princípio da comunidade. Numa segunda fase, a do capitalismo organizado (do final do século XIX até o período após a Segunda Guerra Mundial), houve uma regulação entre os princípios do mercado e do Estado, por pressão do princípio da comunidade, gerando o Estado-Providência. Finalmente, estamos numa fase de re-hegemonização do princípio do mercado sobre o Estado. Nesta última fase, a do capitalismo desorganizado, o Estado somente consegue o consentimento da sociedade civil a

partir de um contrato social, em que ele oferece a esta a segurança particular pelos indivíduos e suas propriedades privadas (Santos, 1999).

Santos (1999) considera os movimentos sociais como sendo bastante heterogêneos, e acredita que eles vieram introduzir novos fatores na relação regulação-emancipação e na relação subjetividade-cidadania, fatores estes que não se igualam em todas as regiões do globo. Nos países centrais (como é o caso do Brasil), os novos movimentos sociais seriam uma forma de denunciar os excessos de regulação da modernidade. Assim, denuncia novas formas de opressão vigentes em movimentos emancipatórios anteriores, que negligenciaram a opressão. O que era visto como emancipação (bem-estar material, desenvolvimento tecnológico das forças produtivas), passa a ser visto, nos novos movimentos sociais, como fator de regulação.

Nos novos movimentos sociais, a luta não se dá por mera concessão de direitos, mas pelo fim da opressão e pela “reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais” (Santos, 1999, p. 261). Além disso, os novos movimentos sociais ocorrem na esfera da sociedade civil, e não do Estado, mantendo deste e dos partidos e sindicatos um certo distanciamento. Apesar de o autor apontar para algumas características dos movimentos sociais, ele alerta para o fato de que eles não existem na América Latina nesta forma pura e claramente definida, já que existe uma multidimensionalidade nas relações sociais e nos sentidos das ações coletivas.

A partir destas concepções, em que se pensa poderem os movimentos sociais carregar potencialidades emancipatórias, desde que articulados no campo da cidadania, e não sejam engolidos por um cunho ideológico, será apresentada a história dos movimentos sociais no Brasil, para que, posteriormente, possamos contextualizar o surgimento das ONGs.

2.2 – A história dos Movimentos Sociais

Segundo Pereira (2001), nos últimos anos da década de 50, a América Latina vivia um período conturbado, com a vitória da Revolução Cubana e de movimentos sociais contrários ao imperialismo americano. No Brasil, tínhamos o aceleração do capital e das tecnologias multinacionais, durante o Governo JK (1956-1960). As ideias revolucionárias espalharam-se pelo Brasil. No início dos anos 60 apresentavam-se evidências de que o modelo institucional anterior estava desgastado e de que as instituições sociais estavam em crise e clamavam por mudanças.

Assim, iniciaram-se movimentos de iniciativa popular, podendo-se dizer que de 1960 a 1964 ocorre uma grande mobilização em todo o país. Notou-se, neste período, que foi alcançada a inserção de interesses populares nas políticas públicas e a criação de organizações públicas que promovessem benefícios a estes segmentos da sociedade. Nestes movimentos sociais, o Estado passou a ser o alvo a ser atingido pela pressão coletiva, de forma que as classes populares entrassem em confronto direto com órgãos públicos questionando a sua legitimidade e representatividade, e criando um contexto em que diferentes grupos de interesses se colocaram em torno dos problemas urbanos (Pereira, 2001).

Em março de 1964 ocorre, no Brasil, o Golpe Militar. Nesse momento, as organizações sociais passam a ser vetadas, os líderes dos movimentos urbanos e os políticos apoiadores destes movimentos são cassados ou presos, e toda iniciativa popular é ameaçada e reprimida. O Estado passa a centralizar todas as decisões, e assim, tudo o que havia de instituinte nos anos anteriores, com os movimentos sociais, desaparece nesse período. Como lembra Fraga (2002), nesse momento o acesso aos fundos públicos no país não estava disponível a estas iniciativas, já que elas tinham o caráter questionador, contrário aos ditames do regime ditatorial. Assim, estas instituições buscavam nas agências de cooperação internacional a base de sustentação material para as suas ações, e passaram a assumir a

posição de mediadoras dos movimentos sociais e das causas populares, na busca pela democratização da sociedade brasileira.

Foi somente em meados dos anos 70 que surgiu alguma ampliação da participação popular em lutas reivindicatórias urbanas. O agravamento das condições de vida das populações urbanas era intensificado, o que provocava estes e outros movimentos de base. Assim, o período de 1975 a 1985 foi um dos grandes momentos históricos do país, em que grandes articulações políticas no meio sindical, nos partidos e em várias instituições das sociedades civil ocorreram. O regime militar já caía em descrédito em função da crise econômica iniciada em 1973, dos reflexos econômicos desta crise e da derrota eleitoral do regime pela união das forças opositoras da sociedade civil em 1974. Ocorreu então um enfrentamento deste regime, por meio da resistência (Pereira, 2001).

Para Fraga (2002), houve ao fim deste período uma proliferação de instituições que desenvolviam trabalhos sociais, envolvendo agora novas temáticas identitárias voltadas para grupos culturais. Além disso, para este autor, a relação com o Estado passaria a sofrer transformações, mesmo que ainda tímidas. As instituições ganhariam um novo lugar na sociedade

Segundo Coutinho (2006), este foi um período em que se focava na politização, na conscientização e na formação política, mas a partir do final da década de 80 os movimentos sociais perdiam a sua força mobilizadora e adotavam uma política integradora. Os movimentos populares reivindicatórios cederiam em favor de uma nova fase vinculada a instituições. A partir de 1985 pôde ser observada uma nova conjuntura institucional, consequência de novos arranjos políticos e do agravamento da crise econômica. Neste mesmo ano, foi eleito para presidente Tancredo Neves, concretizando a transição para o regime democrático. Com isto, aos poucos foi crescendo a necessidade de novos vínculos entre a sociedade civil e o Estado.

Cabe ainda destacar um aspecto importante trazido por Fraga (2002), Costa Junior (1997), Gohn (2000) e tantos outros autores que discutem esta questão: foi nesse período que ocorreu a escassez dos recursos estrangeiros de financiamento, em função do fim do socialismo na Europa e da necessidade de investimento do capital internacional em outros países em fase de reconstrução. Este fator levou os movimentos a buscarem novas relações com o Estado. Passou-se então a articular as ações coletivas por meio de redes, visando sempre às negociações entre a sociedade civil e o Estado. Nesse momento as tendências a este tipo de movimento passam a gerar Organizações Não Governamentais (ONGs) e outros movimentos macropolíticos, pluripartidários, instituídos-organizados e institucionalizados, com projetos públicos/ privados e vinculados ao mercado.

Em 1988, como lembra Fraga (2002), a Constituição Brasileira cria mecanismos de participação das instituições não governamentais em conselhos, execução de atividades e fiscalização da coisa pública. Este tipo de política foi sendo cada vez mais assumido, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, abrindo espaço para a atuação das ONGs em parceria com o Estado.

Nesse contexto de desenvolvimento político e de novas formas de movimentação sócio-cultural, pôde ser observada também uma nova conjuntura societária, que mostra o retroceder das redes movimentalistas e reivindicatórias e a diminuição da resistência à institucionalização política. Esgota-se, assim, o modelo instituinte, antiinstitucionalista, da lógica consensual-solidarística, e passam a fazer-se presentes novas formas de organização societárias.

Segundo Coutinho (2006), a parceria com o Estado como solução constitui uma despolitização que desvia o povo da luta de classes e os direciona para a ineficiente colaboração com os seus opressores. Da mesma forma, Gohn (2000) adere a esta forma de pensamento, confirmando a ideia de despolitização dos movimentos sociais em prol de uma

oferta de serviços a grupos identitários diversos, e não a sujeitos reivindicantes. Ainda sobre esta questão da despolitização, Landim (1993) traz o importante aspecto presente nos novos movimentos sociais: eles não nascem de relações entre sujeitos que reivindicam algo, mas eles são gerados por profissionais ou “técnicos” intelectuais, e são direcionados para o povo, o que cria uma barreira perpetuadora da divisão de classes e da dominação.

Partindo desta lógica, podemos dizer que muitas mudanças ocorreram entre as décadas de 60 e 90. Segundo Santos (1999), vivemos hoje uma situação muito diferente da do capitalismo liberal. Neste, não foi necessário privatizar o setor social do Estado, mas somente contê-lo. Atualmente, na fase do capitalismo desorganizado, o predomínio do princípio do mercado tem abrangências ideológicas que legitimam a retirada do Estado da prestação da previdência social, bem como o fortalecimento da sua imersão na esfera econômica. Além disso, cria-se um discurso em apelo à comunidade, com ideias de participação, solidariedade e autogoverno, na tentativa de obter a cumplicidade ideológica na legitimação da transferência dos serviços da previdência social estatal para o setor privado não lucrativo. “Nesta nova configuração simbólica, a hipertrofia do princípio do mercado assinala um novo desequilíbrio entre regulação e emancipação. Desta vez, o excesso de regulação reside em que subjectividade sem cidadania conduz ao narcisismo e ao autismo.” (Santos, 1999, p. 256)

Para Pereira (2001), esta nova configuração é preocupante por compreender uma inclinação em privilegiar os espaços da política do Estado e das ONGs em relação aos trabalhos de organização e mobilização populares e de bases locais. Para ele, na ausência deste tipo de iniciativa a *cidadania* pode perder a força, e minar as iniciativas populares, que acabam por perder sua força reivindicatória por falta de engajamento.

Santos (1999) reforça a necessidade de que nos novos movimentos sociais, com a retomada do princípio da comunidade, não retomem também as estruturas organizacionais e estilos de ação política anteriores. Seria necessário que se criassem estruturas

descentralizadas, não hierárquicas e fluidas, não institucionais. Alguns movimentos foram-se institucionalizando e acabaram por se converter em partidos, subvertendo os seus objetivos, e atingindo a própria ideologia.

Assim, Santos (1999) descreve a atualidade como fazendo parte da terceira fase do capitalismo, que ele denomina de *capitalismo desorganizado*, e localiza como tendo início nos finais da década de 60 vigindo até a atualidade. Nesse período entraram em colapso muitas das formas de organização estabelecidas no período anterior. A atualidade, por sua vez, tem sido o período em que o princípio do mercado alcançou vigor, e se ampliou para todas as esferas contemporâneas. Houve o crescimento explosivo do mercado mundial, que neutralizou a capacidade de regulação nacional da economia, flexibilizou e automatizou os processos produtivos, descaracterizando as regiões. As classes trabalhadoras continuam inseridas no bojo das diferenças de classe, muito bem demarcadas social e culturalmente. Porém, estas camadas perdem força, pois a quantidade de trabalhadores diminui em cada local de trabalho. Nasce os movimentos sociais amparados não mais pela opressão e pela luta de classes, mas por reivindicações que se relacionam às diferenças culturais, de sexo e de raça.

O Estado perde capacidade e vontade política para continuar a regular as esferas da população. Ele passa a ser uma unidade de análise obsoleta, e passa a compensar esta fraqueza por meio do autoritarismo. O aumento do autoritarismo combinado com a ineficiência do Estado gera consequências globais: a ideia do contrato social, em que os indivíduos devem lealdade ao Estado em troca de liberdade e segurança garantidos, cai por terra. Na medida em que o Estado se torna mais autônomo e mais classista, os indivíduos tornam-se menos leais. É o que os movimentos sociais atuais têm, segundo Santos (1999), evidenciado enquanto sintomas deste processo.

A partir desta discussão, podemos perceber que com esta nova configuração ocorre uma minoração do que há de político nas relações entre a sociedade civil e o Estado: há uma

colaboração servil e silenciosa da população, em que o Estado já não é mais aquele que provê, nem representa aquele de quem tudo se espera; por outro lado, a população não busca a sua sustentação por si só, mas deposita nas instituições não lucrativas um lugar de suplência do Estado, de maneira que possa receber aquilo de que necessita. Ao que parece, na atualidade há um rechaço para o que é político, ao contrário do que ocorria nas décadas de 60 e 70. Esta movimentação parece estar a serviço de uma lógica de funcionamento subjetivo da contemporaneidade, que afasta os sujeitos da movimentação contestatória e reivindicatória. Tal despolitização pode estar a serviço do narcisismo, no sentido de incluir os iguais e excluir aqueles que representam diferença. A partir deste traço subjetivo narcísico, em consonância com as ideias trazidas aqui no campo da cultura, podemos entender que esta é uma condição de desequilíbrio social, em que não há participação ativa dos indivíduos, mas permanecendo excluído também o Estado. Isto será melhor discutido no próximo tópico.

2.3 – Dos Movimentos sociais às ONGs

A partir do contexto definido acima, em que uma história de movimentos sociais foi-se estabelecendo no nosso país de maneira complexa e diversificada, poderemos então pensar em que momento histórico surgiram as ONGs. Landim (1993) assinala os vários pontos observáveis no contexto da modernização e da democratização da sociedade brasileira, e que interferiram no desenvolvimento dos movimentos sociais e das ONGs. Dentre eles, destaca a diversificação das organizações civis, a solidificação dos movimentos sociais enquanto aparelho e sua concomitante crise de vitalidade, a crise dos referenciais socialistas que balizavam os grupos ativistas, e o escassear da cooperação internacional.

Partindo dos estudos realizados por Gohn (2000), poderemos estabelecer a necessidade de reflexão sobre os movimentos sociais, que segundo a autora, não eram tão fortes quanto pareciam, e precisavam ser contextualizados historicamente. Num recorte

histórico, a autora aponta para o fato de que na medida em que foram diminuindo os movimentos sociais, aumentava proporcionalmente o número das redes de Organizações não governamentais. Nos anos 90 novas relações sociais são produzidas a partir das redes de economia informal e comunitária que foram sendo criadas. Tratava-se, segundo ela, de ações coletivas em busca de soluções para problemas locais, a partir de trabalhos comunitários e de técnicas alternativas.

Em termos teóricos, nos anos 90 já não se pensavam ações a partir das teorias marxistas ou socialistas, mas passou-se a abandonar essas teorias macroestruturais cujas bases se apoiavam no movimento operário. Agora, as referências históricas passam a ser não mais os sujeitos históricos predeterminados a desempenhar alguma função reivindicatória, mas nos sujeitos que, apesar de heterogeneamente distribuídos no mercado de trabalho, são homogêneos em termos de demandas sociais, modo de vida e consumo restrito. Este processo representou uma individualização dos movimentos sociais, em que cada grupo passou a defender os próprios interesses. A nova referência passa a ser, então, os pobres ou excluídos socialmente (Gohn, 2000). Para ela, o nascimento e o crescimento das ONGs levou à perda da capacidade de mobilização vigente na década de 70 e criou uma camada de dirigentes distantes dos movimentos sociais, mas próximos do tecnicismo das ONGs.

Nos anos 90, problemas internos e as novas políticas sociais decorrentes do capitalismo alteram a forma como se articulava a participação popular. As políticas públicas passam a ser direcionadas a segmentos sociais, e não para sujeitos reivindicantes. Passam a vigorar movimentos sociais com demandas particularistas, em coparticipação com as ações estatais, e assim instalam-se políticas de controle, que manipulavam as ações em favor do Estado, e não contra ele. As ações populares ficaram limitadas, pois possuíam uma política condizente com as políticas públicas vigentes (Gohn, 2000).

Na década de 90, como explicita Fraga (2002), há um refreamento do fluxo de ajuda financeira de agências internacionais de cooperação para a América do Sul, e mais particularmente, para o Brasil. Isto se justificou pelo fato de, neste período, outros problemas mundiais despertaram maior interesse das agências internacionais europeias. Os movimentos passaram a depender das políticas públicas, e passou a ficar impossível atuar em demandas de movimentos populares fora da esfera estatal. O Estado, por sua vez, passou a criar programas sociais, subvenções e financiamentos. Se nos anos 70 a ideia era fazer contraponto ao Estado, nos anos 90 o que passou a ocorrer foi a interlocução das políticas sociais entre este e a sociedade civil. Assim, duas tendências se fortalecem no cenário dos movimentos sociais brasileiros dos anos 90: o surgimento e desenvolvimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público.

O Estado passa a ser mero repassador de recursos para o desenvolvimento de projetos que são intermediados pelas ONGs. Estas últimas tornam-se agentes principais do processo, que organizam e estruturam as atividades de cada projeto, desenvolvendo e fornecendo conhecimento técnico, de forma oposta à proposta de autonomia a dependência das organizações populares (Gohn, 2000).

Segundo esta autora, nos locais onde não havia ainda comunidade articulada, os programas sociais de parceria passam a ser oferecidos como “serviços sociais”, não como direito, mas como prestação de serviços. Isto acarretou uma despolitização e um retrocesso no que se refere às concepções de cidadania.

Diante deste contexto, Landim (1993) observa que as ONGs criaram a sua autonomia, e estabelecem um perfil profissional para seus especialistas. Assim, reforçado pelo impulso da democratização do país, o termo “sociedade civil” passa a vigorar enquanto ideia de peso em favor das ONGs, em função de representar suas “missões”. As ONGs, para esta autora, vêm se inserindo no campo do “setor sem fins lucrativos”, dentro de um contexto em que o papel

do Estado sofre reduções, os regimes socialistas sofrem uma queda, e passa a vigorar o neoliberalismo.

As ideias de “sem fins lucrativos”, “participação”, “altruísmo” e de “iniciativa da sociedade civil”, reforçadas e valorizadas, passam a exercer uma função de justificativa e legitimação das ONGs na cena nacional. Elas passam a uma situação de concorrência com uma vastidão de outras organizações solidárias que se especializam em um outro tipo de ação. Assim, passam a operar no campo da obrigatoriedade de uma diferenciação das demais entidades (Landim, 1993). A autora alerta também para o terreno político e ideológico, que traz às ONGs a necessidade de que se mantenham distantes daqueles que pregam o neoliberalismo e a atuação da sociedade civil, contra o Estado, mantendo-se longe da postura de “aliviadores” dos efeitos das políticas recessivas recentes.

Para Landim (1993), o termo ONG foi sendo construído por intermédio da história, criando uma identificação, mas também uma banalização e diluição das fronteiras que as delimitam. Segundo ela, este termo

(...) vira mercadoria simbólica de valorização crescente a partir sobretudo de uma “ECO-92” que cai do céu em terras brasileiras, mobilizando de fato – e por que motivos sejam – uma grande quantidade de entidades da chamada “sociedade civil organizada”. Ser “ONG”, nesse contexto de fronteiras certamente ambíguas, definia inclusões e exclusões, e as possibilidades de manipulações a que essa categoria se presta, quanto à identidade dos grupos envolvidos, tem aí um momento interessante de observação e análise. (Landim, 1993, p. 19)

As ONGs passam a utilizar a mídia para popularizarem-se, de forma a definir cada vez mais fortemente um campo delimitado de atuação em que há uma especialização e profissionalização que cria um campo de reconhecimento. Neste campo o nome ONG “pegou”, mesmo sendo um termo importado, e que se define por negação, ou seja, se

estabelece por aquilo que não é, trazendo as marcas da polissemia, sendo utilizado por grupos diversos. Sob este aspecto fala-se de uma indistinção entre vários tipos de entidades que foram colocadas no mesmo balaio das ONGs, mas que se diferenciam (Landim, 1993). Contudo, esta autora aponta para uma diferenciação importante que distingue os movimentos e as ONGs, sendo que os primeiros são de iniciativa popular e as segundas são formatadas por intelectuais e dirigidas para o povo, tal como também destaca Gohn (2000) na evolução histórica das iniciativas relacionadas às ações sociais.

Gohn (2000) atenta-se também para as diferenças e semelhanças entre os movimentos e as organizações não governamentais. De início, já estabelece o fato de que organizações são institucionalizadas, enquanto os movimentos não o são. Neste sentido, a dinâmica institucional das organizações exige eficiência, pois elas precisam manter-se e, para isso, estabelecer um cotidiano contínuo. Os movimentos não: eles são inconstantes, com fluxos e refluxos, são aglomerados polivalentes, sem compromisso com a eficácia operacional ou com a prestação de contas e pagamento de funcionários. Assim, Gohn (2000) enfatiza que as organizações acabam por centralizar os movimentos, esvaziando-os daquilo que poderia gerar o novo, o criativo, que vem da iniciativa dos grupos, e não da organização e da institucionalização das demandas.

Contudo, Gohn (2000) percebe um lado positivo nesta trajetória dos movimentos populares: para ela, eles não desapareceram, e as ONGs ganharam espaço na direção destes movimentos, o que não significa que os problemas de mobilização social causem um colapso da rede movimentista social, pois, quando necessário, as ONGs acionam as ações coletivas, e o movimento social reaparece.

Acredito que a maior problemática em questão não se trata da politização ou despolitização dos movimentos sociais perante o Estado, ou se as ONGs atuam a favor e não mais contra ele, mas na forma como as instituições solidárias articulam os laços sociais. A

questão é que as leis do mercado atingiram também esse setor da vida social, e passaram a regular a forma como as ações acontecem: passa-se de movimento reivindicatório diante do Estado provedor para a prestação de serviços particularizados cuja concorrência é ameaça de extinção. Neste cenário, do qual não se pode escapar, o Estado já não tem mais força para reassumir sua condição de provedor, e a lógica do mercado não cessa. Nele, mais vale observar as formas como as instituições permitem ou não a inserção da participação comunitária, pois é por meio dela que se podem encontrar formas de participação ativa da sociedade civil que sobreponham-se à ideologia do mercado e à despolitização das comunidades que se beneficiam dos serviços.

2.4 – ONGs: definições e conceitos

Segundo Gohn (2000), a expressão ONG foi criada pela ONU, na década de 40, para denominar as entidades que recebiam auxílio financeiro de agências públicas para executar projetos de interesse social. O termo foi definido pelo critério de pertencer ou não à esfera governamental, o que na atualidade já não se limita tão claramente, mas forma um “terceiro setor” da economia, como formações mistas entre o público, o comunitário e o privado.

Gohn (2000) considera que o denominador comum das ONGs parece ser a sua razão social de fins não lucrativos. A esfera básica de atuação das ONGs sempre foi a da sociedade civil, atuando nos campos do assistencialismo (por meio da filantropia), do desenvolvimentismo (por programas de cooperação internacional) e da cidadania (por meio das lutas pelos direitos sociais). O campo da filantropia é o mais antigo entre as ONGs.

Gohn (2000) ressalta que as principais ONGs brasileiras atuam no campo da cidadania, e não são assistenciais ou filantrópicas, embora em quantidade, estes dois últimos tipos de ONGs se destaquem enquanto maioria. As que podem ser consideradas como ONGs cidadãos constituem-se como canais de participação das camadas médias da sociedade,

traduzindo interesses e demandas populares em setores conflituosos. Porém, a origem das modernas ONGs brasileiras é diversa. Esta diversidade compõe o que chamamos hoje de “terceiro setor”. Este é confundido também com os termos “economia social”, “economia solidária” e “economia popular”, e é entendido sinteticamente como aquele ramo da sociedade que não exerce suas atividades no setor público, mas também não se enquadra no setor privado e mercantil. Contudo, muitas são as sutilezas que englobam este nome, e um discurso próprio emana dos contextos em que as instituições de terceiro setor atuam.

Segundo França Filho (2002) “o termo terceiro setor (...) é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos” (França Filho, 2002, p. 10). De acordo com esse contexto anglo-saxônico, uma entidade de terceiro setor deve ser formal, privada, independente, não deve distribuir lucros, deve suportar certo nível de participação voluntária, não deve ser política (tal como partidos políticos) nem confessional (com caráter religioso). Entretanto, o autor destaca que esta noção de terceiro setor desconsidera o contexto de países como o Brasil, e reduz a avaliação do termo apenas à esfera econômica, na qual o terceiro setor deve ser independente e atuar nas lacunas deixadas pelo primeiro e segundo setores. Refutando a noção anglo-saxônica sobre o conceito, França Filho (2002) propõe um novo enfoque, no qual se considera o terceiro setor como um espaço intermediário na interseção do Estado, do mercado e do setor informal.

Para Gohn (2000), os principais efeitos do crescimento das iniciativas das ONGs no Brasil desde a década de 90 não se referem à diminuição nos índices de pobreza do país, mas decorrem da intervenção de suas ações na realidade político-cultural do país, com formas inovadoras de ações que produzem significado político e impactam o desenvolvimento da sociedade civil, formando bases de um projeto democrático, plural e cidadão. Ela acredita que a desmobilização dos movimentos sociais ocorrida nos anos 90 não deve ser vista somente

como perdas políticas, mas “as desmobilizações refletem um outro fenômeno: a substituição das ações em torno de mobilizações organizadas por movimentos, por ações em torno de redes de trabalho e experiências concretas, por meio de várias parcerias e interações mediadas pelas ONGs”. (Gohn, 2000, p. 21)

A partir deste entendimento sobre as ONGs e sobre como foram elas se desenvolvendo na sociedade brasileira, discutiremos a seguir o seu campo de atuação, com suas especificidades e as relações entre o público e o privado, que lhes são particulares.

2.5 – O campo de atuação das ONGs hoje

No final do século XX, um novo contexto surge no campo da atuação social, com especificidades e sutilezas típicas do período político em questão. As políticas neoliberais e a crise do Estado de Bem-Estar Social desenharam novos percursos para os antigos movimentos sociais e para as ONGs que atuam na esfera do interesse público.

É sobre os aspectos de crescimento acelerado das ONGs a partir da década de 90 que buscamos levantar questionamentos aqui neste trabalho. Se o processo de ditadura militar ocorreu nos anos 70, período em que muitas iniciativas foram empreendidas no sentido de defender os direitos políticos e humanos, por que a maior quantidade de ONGs passa a nascer a partir da década de 90, período posterior ao regime militar e ao de democratização do país? Este panorama é atravessado pelas políticas neoliberais vigentes, que passam a retirar do Estado o papel de mantenedor do bem-estar social, privatizando os serviços que o garantam.

Como descreve sucintamente Costa Junior (1997), a crise do Estado de Bem-Estar Social deu-se a partir dos anos 80, após um período de cuidados e garantias que eram oferecidos aos cidadãos no período de pós-guerra, num cenário mundial. A partir da década de 80, esta política entra em declínio, e a sociedade civil passa a se organizar para garantir a provisão dos bens que até então lhes eram oferecidos pelo Estado. Além disso, houve o fim do

apoio internacional às iniciativas populares. É destacado ainda o fator importante do crescimento da economia informal e do grande índice de desemprego, o que gerou um desaquecimento da economia, e um aumento na quantidade de pessoas que dependiam da previdência social e dos serviços de proteção. Todos estes fatores vieram contribuir para a minimização da atuação do Estado na esfera social, bem como das iniciativas apoiadas por entidades estrangeiras, o que estimulou o crescimento da iniciativa da sociedade civil, e de forma mais particular, das ONGs.

Neste sentido, os anos 80, constituindo-se um período de crise econômica, socialmente caracterizou-se um período importante de democratização do país, em que a sociedade civil voltou a organizar-se e manifestar-se. Costa Junior (1997) coloca-se a favor da ação da sociedade civil em substituição à atuação do Estado. Esta discussão sobre a atuação do Estado e da sociedade civil, no que se refere às questões sociais, tem sido bastante acalorada. Há quem defenda a mesma posição que este autor, mas há quem acredite que esta é uma saída favorável às políticas neoliberais, em que o Estado abre mão dos cuidados sociais voltados à população, utilizando um discurso de mobilização social para simular e criar a impressão de participação ativa da sociedade. Aprofundaremos esta questão mais adiante.

O que se quer destacar aqui é que nos últimos anos tem havido uma aproximação entre o Estado e a sociedade civil, colocando em pauta a discussão sobre o interesse público. Segundo Mendes (1999), no Brasil há duas iniciativas recentes de aproximação entre Estado e terceiro setor, quais sejam:

- 1) A proposta de reforma coordenada pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (ocorrida em 1995), na qual é transferida para o setor público não estatal a responsabilidade pela produção dos serviços sociais não exclusivos do Estado, estabelecendo uma parceria entre este e a sociedade. Esta iniciativa gerou enquanto resultado a aprovação da

Lei nº 9.637 de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como *Organizações Sociais* (OS) e a criação do Programa Nacional de Publicização.

2) A iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária, que discutindo as relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor gerou a Lei nº 9.790, publicada em 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como *Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público* (OSCIP).

Assim, o autor destaca que, na década de 90, o Estado deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, deixando de produzir bens e serviços, e se colocando numa outra função: a de promotor e regulador deste desenvolvimento. As OS e as OSCIP, por sua vez, passam a receber do Estado facilitações fiscais, bem como subvenções para a realização de serviços não exclusivos do Estado. Estes serviços contemplam as áreas da educação, da saúde, da cultura e da pesquisa científica.

Há quem defenda a intersetorialidade, situando-a como algo que se remeta à população e aos seus problemas. Junqueira (2004) acredita que as parcerias entre a sociedade civil e o Estado constituem-se como uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, que garantam um acesso igual dos desiguais, e um impacto positivo na qualidade de vida da população. Para ele, o Estado, ao descentralizar o seu poder por meio das redes, possibilita a criação de novos formatos organizacionais, de novos espaços públicos que possibilitam novas respostas e demandas da sociedade. Neste contexto, os excluídos deixariam de ser alvo da benemerência do Estado-previdência, para serem cidadãos com direitos. O autor ainda defende a proposta da intersetorialidade, não no sentido de diminuição do aparato social do Estado para reduzir os seus gastos, mas para a ordenação de uma nova lógica diferente da lógica do mercado, em que as demandas sociais aparecem sem que haja a isenção total do Estado, e este passa a exercer a função de regulador.

Mendes (1999) destaca alguns questionamentos sobre esta parceria entre o público e o privado. Para ele, é importante sabermos a quem interessa esta aproximação, quem se beneficia com o processo de publicização proposto pela reforma do Aparelho do Estado e com a qualificação das entidades já existentes no terceiro setor, e o que há de redundante, de complementar e de exclusivo nestas propostas. Ele acredita que o terceiro setor (e consequentemente as ONGs) pode potencializar a transformação social num campo emancipatório, segundo o sentido estabelecido por Santos (1999). Porém, o Estado precisa saber como articular horizontalmente esta parceria, para que seja mediador de relações não mercantis entre cidadãos, operando relações horizontais e solidárias. Assim, ele defende a ideia de complementaridade entre a sociedade civil e o Estado.

Fraga (2002) aponta para questões importantes no tocante às relações entre o público e o privado. O autor problematiza a questão, afirmando que estas instituições, já submersas em problemas relativos às suas próprias existências, tendem a perpetuar as desigualdades históricas, mantendo um serviço empobrecido às camadas pobres, para que as mantenham enquanto tal. Assim, o autor defende a ideia de que as ONGs devem executar o papel de mediação e articulação entre a sociedade e o Estado, e não ocupar o lugar de protagonista e substituto do Estado no cenário social brasileiro.

É importante destacar que neste movimento de parceria entre Estado e sociedade civil, o que antes se dava por iniciativa popular passa a ser institucionalizado, e a se submeter aos critérios dos financiadores, sejam eles empresas ou órgãos públicos. Como destacam Guerra e Aguiar (2007), as ONGs passam a ter a obrigatoriedade de enviar relatórios constantes apresentando os resultados que o financiador espera. Este é um ponto importante para discussão, pois neste movimento a comunidade parece perder o seu papel reivindicatório e participativo, e os seus objetivos e necessidades passam a segundo plano. Pereira (2001, p.135) reforça esta ideia quando diz que nos anos 80 “esgota-se o modelo instituinte,

antiinstitucionalista, da lógica consensual-solidarística, e surgem novas matrizes societárias”. Para ele, nesse período há o surgimento de um novo paradigma, em que a lógica de funcionamento passa a ser formalizada e regulamentada, tendo como referência a instituição e a mensuração de resultados e a parceria entre a população e o Estado. Ou seja, com estas mudanças, os movimentos que traziam o frescor instituinte às iniciativas populares passam a ser recobertos por formalidades que abafam as demandas sociais e fazem calar a participação aberta de todos os cidadãos.

Para Dupas (2005), na pós-modernidade novas formas de relações se estabelecem entre os sujeitos, as instituições e o Estado. Ele analisa a sociedade civil como tendo sido absorvida pelo mercado, e não pelo Estado, de forma que a liberdade tem sido cada vez mais reduzida a um ato de consumo. Não há mais produção coletiva, nem mobilização política, mas a ordem social se organizou numa nova estrutura de castas: a dos incluídos e a dos excluídos. Assim, ele acredita que na sociedade atual há uma exaltação exacerbada da individualidade, com a volatilização da solidariedade, e formas perversas de extração de prazer individual a partir do outro. Ele descreve, como resultado, uma tendência de manipulação dos atores sociais pela mobilização imediata com projetos e palavras de ordem e não pela argumentação e justificação, ou seja, são produzidas informações e não significados compartilhados com a sociedade.

Para este autor, o espaço público, que era antes concebido como espaço da liberdade dos cidadãos e no qual exerciam sua capacidade de participação crítica na gestão dos assuntos comuns passa a ser hoje um material midiático privado, que cria desejos e trata os cidadãos como meros consumidores. As ONGs passam a dirigir-se não mais à sociedade como um todo, mas a instâncias de decisões especializadas, realizando intervenções tecnoburocráticas (Dupas, 2005).

Ao que parece, as opiniões sobre a parceria entre as ONGs e o Estado são bastante diversas, e os argumentos interpenetram-se de forma complexa, levantando múltiplos pontos de questionamentos complementares e até mesmo contraditórios entre si. O que se percebe é que a maior questão não está em defender ou atacar a existência e o trabalho desenvolvido pelas instituições de terceiro setor, mas em avaliar como elas o veem conduzindo em parceria com o Estado. Se esta parceria se torna dependente, e aprisiona as ações das instituições às metas e burocracias estatais, perde-se de vista o cunho da reivindicação e da participação social; mas se a instituição souber articular as demandas populares horizontalmente, as parcerias podem estabelecer relações politizadas. A problemática é que, tal como afirma Dupas (2005), a tendência (não a regra!) hoje é a da lógica do mercado, em que os cidadãos passam a meros consumidores dos “produtos” oferecidos pelas ONGs, sem que haja participação. Mas este é um padrão de existência subjetiva de toda a sociedade atual, vinculado a questões narcísicas, não exclusivo do Terceiro Setor. Melhor dizendo, a questão parece estar em como se articulam subjetivamente os laços na atualidade e não na natureza das ações (se são movimentos sociais reivindicatórios ou se são instituições de terceiro setor).

Contudo, precisamos agora ampliar esta problematização, deixando este ponto da despolitização da participação social presente nestas novas formas de funcionamento dos movimentos sociais para nos depararmos com a análise da função das entidades do terceiro setor (incluindo as ONGs) dentro do contexto contemporâneo. Estas instituições podem, na atualidade, ser vistas como uma alternativa viável à ineficiência estatal com relação à questão social, oferecendo saídas interessantes ao processo comunitário e participativo, em complementaridade com o Estado. Mas podem também ser entendidas, em sentido contrário, como um projeto político que legitima o neoliberalismo, primando pelo esvaziamento da dimensão pública do Estado e trazendo o discurso da participação social enquanto dissimulação, e fazendo perpetuar a dominação. É sobre este assunto que discutiremos agora.

2.6 – O Neoliberalismo, a Terceira Via e o Terceiro Setor

O neoliberalismo nasceu na Inglaterra, a partir de conflitos que se iniciaram na década de 70 e se estenderam até a década de 80, entre a classe operária com seus sindicatos e o governo de Margareth Thatcher que propunha uma nova agenda. Esta buscava fortalecer a liberdade de mercado para que a Inglaterra pudesse alcançar lugar na nova configuração do capitalismo. Esta nova agenda neoliberal contemplava: 1) a privatização de quase tudo o que era mantido sob o controle estatal no período trabalhista; 2) a extinção do capital produtivo estatal; 3) o desenvolvimento de uma legislação desregulamentadora e flexibilizadora das condições de trabalho e dos direitos sociais; 4) coibição da atuação sindical e operária (Antunes, 1999). Com estas políticas, foi introduzida uma pragmática produtiva entre os trabalhadores, que culminou na individualização das relações entre capital e trabalho, já que as ações sindicais eram coibidas entre a classe trabalhadora.

Diante desta nova configuração da sociedade inglesa, movimentos de oposição operária foram enfrentados, mas ainda assim as políticas neoliberais vigoraram em vários países por toda a década de 90, sendo que na Inglaterra elas se deram por meio do direcionamento de Tony Blair. Mesmo em momentos de extrema rejeição, Tony Blair preservou a flexibilidade e desregulamentação do mercado de trabalho por meio de uma alternativa às políticas neoliberais declaradas, que denominou de “Terceira Via” com o aporte teórico de Anthony Giddens. Esta “Terceira Via” seria, neste contexto, um caminho diverso ao da social-democracia e ao do neoliberalismo, constituindo-se como uma nova opção.

Para o seu criador, a “Terceira Via” representa a modernização do centro, de forma a aceitar a ideia de justiça social, mas rejeitar a política de classe. Ela pauta-se pelo equilíbrio entre a regulamentação e a desregulamentação e entre os aspectos econômicos e não econômicos, pela preservação da competição econômica e eliminação de monopólios. Trata-se de uma adequação que não prioriza a ausência do Estado, mas também não reza pela

interferência estatal, mas em prol de uma social-democracia. Contudo, segundo Antunes (1999), a política da “Terceira Via” é uma forma de manter o neoliberalismo de maneira mascarada, assegurando os interesses de direita.

Partindo do aporte teórico de Anthony Giddens, Marilena Chauí (apud Veras Neto, 2001) descreve, já com a sua interpretação, os dogmas da “Terceira Via”, que incluem, a seu ver, a abolição na sociedade do conceito de luta de classes, considerado como obsoleto com o fim da sociedade bipolar, e o investimento de fundos públicos no capital e não no trabalho, de forma que o Estado abdique de intervir nas dificuldades relacionadas à distribuição de renda, e terceirize os serviços sociais a partir da lógica de mercado.

No Brasil, estas políticas neoliberais ficaram evidentes no período entre 1995 e 2002, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o apoio do ministro Luis Carlos Bresser Pereira, que legitimava estas propostas, afirmando que o modelo social-democrático está em crise, e a globalização exige novas formas de administração pública, esta entre a esfera privada e a estatal. Assim, o governo de FHC oferecia apoio às parcerias entre o Estado e as ONGs, que poderiam prestar serviços sociais públicos, porém não estatais, atuando na área da educação, saúde, cultura (Coutinho, 2006). E para esta autora, este tipo de parceria era entendida por Luis Carlos Bresser Pereira como uma forma de contribuição para a mudança do perfil do Estado social-burocrático para um Estado social-liberal, que pudesse proteger os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não estatais, que atuariam de mais eficiente forma, movidas pela competitividade e flexibilidade. Discordando de Luis Carlos Bresser Pereira, Coutinho (2006) acredita que este processo oculta o caráter de classe do Estado, e reafirma a ideologia dominante acerca da relação entre o privado e o capitalismo.

Para a legitimação do processo, esta autora acredita que o Estado utiliza de instituições que não são aparelhos ideológicos do Estado, mas que atuam enquanto tal de forma dissimulada, já que não são estatais, porém encontram-se adaptadas à administração do

Estado. Isto porque raramente se percebe, segundo Coutinho (2006), no discurso das ONGs, os interesses imediatos das classes que passam a receber o nome de “excluídas”. Ela destaca o papel de ocultação da dominação de classe e a pulverização de atendimentos realizados pelas ONGs nos diversos locais onde atuam provocando a desmobilização das classes populares, e liberando o Estado de seu papel político. Assume esta mesma posição Veras Neto (2001), afirmando que os resultados desastrosos do neoliberalismo (desemprego, problemas ecológicos, violência urbana, terrorismo, narcotráfico, desigualdades sociais elevadíssimas, miséria) unidos às iniciativas sociais de reivindicações por direitos vieram ressuscitar a ideia da social-democracia, sob o rótulo de “Terceira Via”, que com intenções eleitoreiras revestia os interesses neoliberais da direita inglesa.

Veras Neto (2001) coloca a teoria do Terceiro Setor como resultado de uma série de contingências políticas, tais como: a hegemonia do mercado, a incapacidade do Estado em atuar como regulador e a consequente atuação social eficaz. Porém, ele chama a atenção para o uso destas contingências em favor de uma manutenção da política neoliberal de uma forma sofisticadamente dissimulada e que, projetada pelos governos de Tony Blair e Bill Clinton, foram também inspiração para outros governos neoliberais tal como o de Fernando Henrique Cardoso no Brasil. Assim, ele considera a “Terceira Via” e as políticas a ela adjacentes como uma falsa alternativa para a crise social, que escondem em seu avesso uma política oportunista e eleitoreira.

As análises de Antunes (1999), Veras Neto (2001) e Coutinho (2006), tal como a de Marilena Chauí, partem de um cunho marxista acentuado. Mas, a partir do que teoriza Santos (1999), podemos perceber que os radicalismos da teoria marxista hoje já não mais são válidos. A teoria marxista reduz a lógica social às lógicas de produção econômica, e deixa de lado outras formas de opressão que não a divisão de classes: as opressões entre os sexos, as raças e etnias por exemplo. Na pós-modernidade não é mais possível limitar as análises do poder e da

opressão às relações de classe somente; é preciso considerar as relações políticas, culturais e simbólicas como produtoras de novas relações de poder e opressão. Neste sentido, o socialismo de Marx deixa de ser atual em função de suas propostas utópicas, que já não podem mais ser pensadas na pós-modernidade baseada na democracia, e nem pode basear-se no determinismo econômico infraestrutural, mas contar com inúmeros movimentos sociais que não são previsíveis.

Giddens (1991), por sua vez, subverte a lógica marxista e propõe novas formas de se pensar o social a partir da sua proposta da “Terceira Via”. Este autor entende os movimentos sociais enquanto possibilidades de alcançar futuros possíveis, mas reconhece que, na perspectiva do realismo utópico, eles não são necessariamente a única possibilidade de mudanças que possam gerar um mundo mais seguro e humano. Para ele, na condição da modernidade de globalização acelerada, minimizar os riscos e maximizar as oportunidades consiste em buscar apoio em fontes que ofereçam poder.

Resumindo, vemos que os referenciais teóricos que discutem esta questão do Terceiro Setor dentro da lógica neoliberalista são também diversos. Há quem se posicione ferrenhamente contra as políticas de Terceiro Setor por acreditar que este serve à despolitização das comunidades e à abolição das lutas de classes em favor de uma política neoliberal que minimiza a função do Estado-previdência, e faz prevalecer a dominação. Por outro lado, há quem defenda a ideia do Terceiro Setor enquanto ferramenta de uma política de “Terceira Via”, como uma política alternativa ao neoliberalismo e à social-democracia, encontrando nela a solução para os problemas enfrentados pelo Estado em termos econômicos sem, contudo, abandonar os serviços sociais e sem prejudicar a participação comunitária.

Apesar de existirem conflitos e tensões teóricos a este respeito, eles parecem pouco perceptíveis no contexto neoliberal, pois tal como descreve Martins (2004) o neoliberalismo está voltado somente para as questões econômicas em detrimento de quaisquer outros pontos

de demanda social. Segundo ele, este sistema se sustenta exclusivamente pela economia mundial, cuja hegemonia pertence aos Estados Unidos. Ele descreve que esta hegemonia é ameaçada, pois há uma crise financeira neste país que exige do restante do mundo um baixo nivelamento de custos de produção e queda de salários. Assim, para este autor, as políticas neoliberais estão entrelaçadas à manutenção de interesses hegemônicos, com os quais toda a conjuntura global está envolvida e sem alternativas, já que, na ausência de um outro país que pudesse assumir a hegemonia mundial, todos os demais têm suas economias sujeitas às transações estadunidenses. Nesse contexto, segundo Soares (2004), o econômico sobressai e determina as outras esferas político-sociais, de maneira que as micro-soluções substituem as políticas públicas. Assim, a filantropia toma o lugar do direito social, as ações locais assumem redes nacionais de intervenção. Tal como ela descreve “É o reinado do minimalismo no social para enfrentar a globalização no econômico” (Soares, 2004, p.2).

No que se refere ao âmbito do conflito, podemos tocar no fato de que a hegemonia do neoliberalismo no mundo confronta-se com um movimento de contra-hegemonia organizado, como apontam Sader (2005) e Martins (2004), porém ainda muito precário e repleto de questionamentos diante das grandes forças em favor da vigência neoliberal. Tal como outrora, a confrontação com o que há de vigente será importante também neste momento, em que há um grande crescimento das iniciativas de terceiro setor em parceria com o governo. Estas entidades são ditas “não governamentais”, mas atuam a serviço do governo. É importante pensarmos, neste contexto, em como os usuários dos serviços podem participar das ações. Ao que se percebe, eles se limitam a utilizar os serviços, sem possibilidade de reivindicação, confronto e conseqüentemente de buscar pelas suas demandas. O campo de tensão parece ficar restrito aos teóricos que discutem a questão, uma vez que no nível social os serviços cada vez mais oferecidos são utilizados sem qualquer possibilidade de questionamento ou

confronto, deixando claro que o que é político, fica rechaçado na contemporaneidade, em contraposição à intensificação da lógica de mercado.

A hegemonia e a globalização do econômico em detrimento do social e da emancipação interferem nas formas como as instituições de terceiro setor atuam. Esta é uma realidade global e histórica, da qual não se pode fugir. Neste sentido, será a partir desta lógica de funcionamento subjetivo e social, e deste entendimento sobre a modernidade, em que novas propostas políticas e sociais vigoram, é que vamos agora passar a outra perspectiva de análise. Nela, optaremos por utilizar ora a nomenclatura “entidades solidárias”, ora “discurso solidário” para identificarmos as instituições que atuam em prol de parcelas sociais menos favorecidas, independente de sua fonte mantenedora (se pública, privada ou da iniciativa da sociedade civil), já que não será este o ponto de maior interesse neste trabalho, mas a forma como se articulam os laços sociais neste contexto. Em outros momentos, utilizaremos o termo “solidariedade” para designar a lógica discursiva existente nas entidades não lucrativas ou de terceiro setor, não estabelecendo diferenças entre as instituições que atuam no campo da cidadania ou do assistencialismo.

3. A PSICANÁLISE E A CONTEMPORANEIDADE

Na ocasião do nascimento da psicanálise, Freud preocupou-se com aquilo que era observado por ele na sociedade europeia do final do século XIX. Tratava-se de uma sociedade burguesa regulada pela moral religiosa, e nela Freud observava sujeitos neuróticos, histéricos, suicidas, além de uma moral que comprimia os indivíduos. Foi este o berço da teoria psicanalítica de Freud, e no seu rastro vieram a aflorar todas as ressonâncias daquele período histórico, com sua ciência, sua filosofia e seus modos de vida. Sabemos que Freud foi

extremamente sensível ao contexto de seu tempo, e que a proposta da psicanálise não pode desvincular-se deste modo de funcionamento. Os dados culturais e históricos são fundamentais para que se possa compreender o homem por meio da psicanálise, e não se pode entender qualquer fenômeno humano de maneira desvinculada do campo social (Enriquez, 2005). Foi o que Freud empreendeu em seu tempo e é o que ora se enseja, na busca da compreensão sobre como se dão as relações humanas existentes nas instituições de terceiro setor.

Partindo desse ponto de vista, não podemos iniciar aqui um embasamento teórico psicanalítico que nos ofereça sustento para a pesquisa, sem nos embrenharmos no mesmo caminho que Freud. Será necessário falar um pouco sobre a sociedade contemporânea, já que foi nela que as entidades não lucrativas nasceram e encontraram solo fértil para reproduzirem-se aceleradamente. Este será o nosso próximo passo, e, posteriormente, passaremos a discutir sobre o terceiro setor e suas dinâmicas de funcionamento, que serão denominadas aqui de “ação solidária”. Como dito anteriormente, esta nomenclatura não pretende entrar na discussão dos níveis de atuação das entidades não lucrativas nos campos da cidadania ou do assistencialismo. Há que se esclarecer que a ideia do trabalho vincula-se à solidariedade como uma lógica discursiva presente nos movimentos contemporâneos de auxílio ao excluído por intermédio das entidades não lucrativas ou de terceiro setor.

3.1. Análise Sócio-histórica

Dentro da perspectiva de uma análise sócio-histórica, podemos assegurar que, na modernidade, consolidou-se o capitalismo social caracterizado pela estabilidade, pelas hierarquias militares, que marcavam lugares e funções aos sujeitos em seu trabalho e em seu contexto social. Esta condição, vista como “jaula de ferro” pelos marxistas, foi sendo modificada à medida que se desenvolveu o novo capitalismo, que já não conseguia manter-se

com a mesma estrutura tão rigidamente organizada. O desenvolvimento tecnológico passou a exigir maior flexibilidade e agilidade, pois as operações financeiras tornaram-se globalizadas, efetivadas em tempo real via *internet*, e as barreiras entre instituições, cidades, estados e países ficaram cada vez mais tênues. Com esta revolução tecnológica, as hierarquias já não se manteriam tal qual o modelo militar, e as instituições, em geral, tiveram de se adaptar ao novo capitalismo. Este, como descreve Bauman (2001), em *Modernidade Líquida*, caracteriza-se por sua fluidez e leveza.

Na década de 1960, desejava-se criar comunidades e laços humanos mais próximos, porém a fragmentação das grandes instituições não gerou maior senso comunitário. Ao contrário, fez com que os indivíduos pensassem mais em permanecer sempre em movimento do que em se estabelecer em qualquer tipo de relação.

Apesar de alguns pensadores, dentre eles, Foucault, considerarem que o poder e o exercício do controle é capilarizado e presente em qualquer tipo de relação, Sennet (2006) considera que, com a revolução tecnológica, houve, sim, uma flexibilização das relações nas instituições, mas ele acredita que o poder se centralizou nas mãos de poucos, que tomaram para si o controle dos demais. Isso gerou, para a humanidade, um preço alto a pagar: as desigualdades econômicas são cada vez maiores, assim como a instabilidade social. O que observamos nesse contexto é que se trocou a realidade da “jaula de ferro” por uma realidade de fluidez, sendo que, mais uma vez, por meio da captura do fluxo desejante em uma rede que organiza a repetição e o gozo, a humanidade faz perpetuar a autodestruição. A tentativa de controle da realidade externa, tal como se deu de forma intensa na sociedade moderna, em prol de um desenvolvimento, trouxe, para a cultura contemporânea, seus resultados: o homem tem-se deparado com a dor do desamparo, por perceber que, por mais que a realidade externa seja controlável, há sempre algo que resta e faz irromper a maior incapacidade humana, que é controlar as relações entre si. O desenvolvimento não trouxe maior felicidade. Já não é

possível viver em comunidades, mas em condições sociais fragmentárias, nas quais se enfrentam desafios relacionados ao tempo, ao talento e à necessidade de abrir mão do passado.

A fluidez da contemporaneidade, o imperativo de que se façam circular informações e modelos com rapidez e agilidade, vigoram na cultura de forma geral. As exigências de adesão a este padrão são impostas aos sujeitos no sentido de que passam a ser não somente necessárias, mas condição de existência.

O esfacelamento do capitalismo social gerou uma nova configuração da desigualdade. As pessoas estão hoje livres da “jaula de ferro”, mas surgem as organizações flexíveis e uma nova geografia do poder. Dentro das instituições, o controle das periferias ocorre a partir do centro, e a quantidade de camadas intermediárias da burocracia é diminuída. Esta nova forma de poder evita a autoridade institucional e promove baixo capital social. Ainda existe a necessidade do trabalho, mas a sua lógica mudou: já não há postergação da gratificação nem pensamento estratégico a longo prazo. O social foi minorado e o capitalismo permanece, vinculando a desigualdade ao isolamento, ou seja: quanto mais longe do centro, maior a desigualdade (Sennet, 2006).

Essa lógica de funcionamento do novo capitalismo constitui e é constituída pelas formas de subjetivação da contemporaneidade. Bauman (2005) aprofunda esta ideia, quando consolida a tese de que todo projeto produz refugos, e quando se trata de projetar as formas de convívio humano, os refugos são seres humanos. Nesta cultura dos empregos altamente voláteis aos quais têm acesso somente os capacitados, e da tecnologia, que diminui a quantidade de mão de obra humana necessária, temos uma sobra de seres humanos, que passam a ser inutilizados, e que Bauman descreve como sendo o refugo humano da nossa cultura. São aqueles que econômica e politicamente não participam da sociedade, e não exercem função alguma. Estes excluídos são enviados para locais distantes (para as favelas e

periferias?), onde permanecem destituídos de identidade, de pertença e ficam impossibilitados de retornar, pois há um bloqueio que lhes impede a reinserção. Trata-se da “construção da ordem”, no sentido de que o caos deve ser eliminado, e, se há algo que está fora do lugar e não executa a função adequada, deve ser exterminado. O espaço ordenado pela norma proíbe e exclui. Neste sentido, a lei não pode ser universal, pois parte do pressuposto de que aquilo que nela não se encaixa deve ser excluído, tomando um lugar de despejo, de refugio. Assim, o excluído está fora da margem de preocupação da norma (Bauman, 2005).

O objeto desta pesquisa relaciona-se diretamente a esse ponto, uma vez que busca saber como se dá a relação de dupla implicação entre as dinâmicas psíquicas e a lógica do discurso da ação social solidária. Melhor dizendo, a ideia é buscar entender como se criaram e como elas se mantêm. Esse tipo de ação dá-se, na maior parte das vezes, em favor dos desvalidos e refugados, tal como descreve Bauman (2005). Este excluído, que está exatamente fora das preocupações normativas, é o foco daqueles que atuam no campo das entidades solidárias, o que nos traz a ideia de que há algo que oscila, ou que pode alcançar polos distintos (o do refugio e o da preocupação com o excluído), e de que, neste pêndulo, podem encontrar-se as entidades de terceiro setor, tão em voga nos dias atuais. Passemos a uma análise psicanalítica deste assunto.

3.2. A Cultura do Narcisismo e o Movimento Solidário

A Psicanálise muito contribuiu, desde o seu nascimento, com suas teorizações sobre o psíquico e sobre o sexual. Mas, de acordo com Peixoto Jr. (2003), vivemos, hoje, um tipo diferente de sociedade daquele vivido por Freud no final do século XIX e início do século XX, e o foco teórico da psicanálise deve acompanhar tais mudanças. Este autor considera que, na atualidade, o sintoma predominante é não mais a neurose, tal como na modernidade, mas ele acredita que vivemos um momento em que o sofrimento na cultura relaciona-se àquilo que

diz respeito ao laço social, no sentido de posições ocupadas pelos sujeitos em relação ao outro, e não com o campo do sexual. Nesse contexto, entendemos que o mal-estar é condição humana, é irreduzível e insolúvel, e exige renúncia do sujeito, para que faça laços. Já o sofrimento é efeito do mal-estar, na vivência do laço. O sofrimento do sujeito é que vai fazer evidenciar as suas formas de manejo psíquico na formação dos laços. Isto abre espaço para um entendimento que leve em conta a interação do sujeito psíquico com o meio que o circunda, que é pleno de normas, valores e contingências sociais, políticas e culturais.

No que se refere à questão da norma e das leis⁴, Birman (2005) parte do pressuposto de que existe um contraponto entre o funcionamento da justiça e a universalidade da lei. Versando sobre o nosso país, o autor considera que uma das melhores constituições do mundo gera uma sociedade injusta. Segundo ele, há um correlato entre a economia pulsional (que regula a ordem representacional e significante do indivíduo) e a economia política, que regula o espaço social. As economias pulsional e política articulam-se densamente a partir da circulação de bens e valores no espaço social, e são as formas de existência das normas e dos dispositivos de poder no espaço social que agenciam as formas de ser da subjetividade.

A partir dessa perspectiva, retomando a concepção de Freud (1930), em seu *Mal estar na Civilização*, de que a humanidade desenvolveu a sociabilidade abrindo mão de suas demandas individuais, Birman (2005) traz a ideia de oscilação entre os polos narcísico e alteritário vinculada às formas como o poder social permite ou não satisfazer às demandas pulsionais. Ou seja, o sujeito pode transitar entre posições narcisistas ou socialistas a partir do que lhe é demandado pela economia política atual, pelo fluxo de bens e valores no espaço social. Assim, podemos entender que a ação das entidades não lucrativas pode estar nesse campo de oscilação, de maneira que, supostamente, tenda para o polo alteritário, já que

⁴ Aqui retomo a ideia já mencionada anteriormente, sobre a oscilação entre as normas que excluem e criam refugos humanos na sociedade e a ação solidária que busca a reinserção destes refugados.

direciona os seus esforços para o auxílio àquele que sofre. Porém, visto que pressupõe a posse daquilo que o outro não tem, pode-se vincular também ao polo narcísico.

Em nosso contexto sociocultural, o que se fala sobre a subjetivação é que esta passa a caracterizar-se pelo hedonismo, pelo imperativo do gozo associado ao dever de ser feliz. Esta ideia é desenvolvida por Fortes (2004), de maneira a descrever o triunfo do individualismo em comunhão com o consumo e com a demanda incessante de prazer. Assim, entende-se que a alteridade provoca desconforto no indivíduo, uma vez que provoca estranhamentos à estabilidade narcísica do eu, e, hoje, com efeito, aquele que não consegue ser feliz é visto como um fraco. O que os sujeitos passam a buscar é a felicidade por meio do consumo de produtos que lhes possam oferecer essa garantia. Neste mercado, muitas vezes, outros seres humanos podem tornar-se objetos de consumo, servindo como instrumento para o prazer egoico daquele que consome, sendo rapidamente descartado sem a chance de estabelecer uma relação de alteridade (Fortes, 2004). Tal como Birman (2005) assevera sobre a dualidade da economia pulsional, oscilante entre os polos, Fortes (2004) também localiza os polos hedonista e alteritário nesse mesmo campo, considerando que o primeiro ocorre quando se estabelece uma relação predatória com o outro, e o segundo é aquele que propicia o aparecimento do desejo.

Segundo a mesma autora, é essa redução da alteridade que ajuda a explicar a fragilidade dos laços sociais na contemporaneidade. Desta maneira, “a deterioração dos laços sociais e o imperativo de gozo que marcam a subjetividade contemporânea formam uma das vias pelas quais nos deparamos com o enorme desamparo em que se encontra o sujeito da atualidade.” (Fortes, 2004, p72)

Birman (2005), discorrendo sobre o assunto, traz os conceitos de *cultura do narcisismo* e *sociedade do espetáculo*, conceitos estes desenvolvidos respectivamente por Lasch *et al.* (1979 como citado em Birman, 2005, p.23) e Debord *et al.* (1992, como citado

em Birman, 2005, p.23), para ilustrar a dinâmica do desejo na atualidade, em que este sucumbe à exaltação narcísica do eu na demanda de autocentramento e de espetáculo. Neste sentido, o autor enfatiza a *estetização da existência*, de maneira que o que deve ser valorizado para a individualidade é a exaltação do próprio eu, transformando-o em objeto de admiração do sujeito aos olhos dos outros. Dessa forma, o indivíduo passa a construir polimentos para desembrutecer essa dinâmica e poder ganhar o brilho social sem parecer presunçoso. O lema da existência individual passa a ser, na atualidade, a exibição para a exaltação do eu. Nessa movimentação, a economia narcísica da individualidade é valorizada e incrementada, e a predação do corpo do outro transforma-se em hábito, pois o que importa é a individualidade. Deparamo-nos com a tendência ao desaparecimento das noções de alteridade e reconhecimento da diferença. Nesse aspecto, o discurso solidário pode implicar um ataque à alteridade, quando exclui a possibilidade de demanda e de desejo do outro, e, assim, a diferença não pode ser reconhecida, mas vai sendo abolida no processo narcísico de exclusão da alteridade.

Sob a ótica de Birman (2005), a atualidade vem marcada pelo veio narcísico nas relações interpessoais, nas quais o outro se torna objeto de gozo próprio, e não existe um reconhecimento de suas necessidades e interesses. Esse autor retoma de Freud a questão do desamparo, refletindo que este é instaurado no fundamento do sujeito e é o que estabelece o mal-estar na modernidade. De tal forma, o sujeito implica a construção de circuitos pulsionais para dar conta das exigências que lhe são impostas diante da pressão constante das forças pulsionais em diferentes direções, bem como criar derivações simbólicas para esses excessos.

Podemos assegurar que têm sido estas as teorizações sobre o que se tem vivido, de forma generalizada, nas subjetividades contemporâneas. Contudo os discursos presentes nas entidades não lucrativas da atualidade trazem outros pressupostos, baseados sempre na alteridade e na solidariedade. A psicanálise nos servirá então como alicerce teórico para

pensarmos, sob outro viés, as questões que surgem, inevitavelmente, nesse contexto em que há um discurso que pauta as ações solidárias, mas, ao mesmo tempo, deixa, em alguns momentos, transparecer as marcas da autorrealização narcísica e, portanto, a consequente anulação da alteridade e da diferença.

No que se refere à cultura do narcisismo, Birman (2006) entende que o projeto da modernidade, como um projeto de cultura, é um projeto identitário. Segundo ele, a constituição da modernidade representou o autocentramento do sujeito no eu e na consciência, de acordo com a fundamentação oferecida pela filosofia de Descartes. Nessa condição, a individualidade é central e define o ideário de modernidade que é antropológico e antropocêntrico, já que é o homem a medida de todas as coisas. Trata-se de uma modernidade construída em bases narcísicas.

Apesar de esse movimento ter-se inaugurado na modernidade, na tradição ocidental do século XVII, vemos, hoje, conforme Birman (2005), formas inéditas de autocentramento nas quais há uma marca exibicionista, as trocas inter-humanas inexistem, e a alteridade tende ao apagamento na economia dos sujeitos. Há uma estetização da existência, e o que importa é a exaltação gloriosa do próprio eu, sempre de maneira caricata e polida.

Em paralelo a esse processo de subjetivação autocentrado, o notável crescimento do terceiro setor pode ser observado tanto com relação à quantidade de entidades não lucrativas como no que se refere aos dispositivos técnicos, profissionais e tecnológicos desenvolvidos para o aprimoramento dos serviços prestados às comunidades. Neste contexto, podemos citar o desenvolvimento de uma área específica de conhecimento voltada para essas atividades não lucrativas, nas quais se criam mecanismos específicos de gestão, comunicação, captação de recursos, elaboração de projetos, mensuração e avaliação de resultados. Esses resultados servem de guia para a justificação das atividades realizadas em prol das comunidades, e têm

de ser cada vez mais bem apurados, pois as tecnologias, nessa área, tornam-se, gradativamente, mais precisas e especializadas.

Em Uberlândia (cidade onde residimos, e cujo número de habitantes é de, aproximadamente, 600.000), segundo um levantamento das atividades não lucrativas realizado por Valadão Jr. e Souza (2005), existiam, até 2005, cerca de 265 instituições deste tipo. Este número é considerado bastante alto, já que o que se diz das formas de constituição dos laços sociais, na atualidade, traz à luz os mecanismos narcísicos de inter-relacionamento.

Vemos, pois, que duas faces distintas e contraditórias, postas ao mesmo tempo, são observáveis com relação ao discurso das entidades de terceiro setor. Essas contradições podem ser entendidas com base no referencial psicanalítico que sustenta uma razão cínica na contemporaneidade, em que as identificações são vulneráveis e maleáveis de acordo com os interesses individuais, justificando princípios contraditórios. Vladimir Safatle (2008) traz uma discussão interessante sobre a economia libidinal na contemporaneidade, colocando questões importantes sobre os processos de racionalização social entrelaçados à socialização do desejo. Para ele, a psicanálise atual se pauta pelo conceito de “gozo” e não mais pela polaridade prazer-desprazer para entender a economia libidinal. Ele busca associar esta economia aos processos sociais contemporâneos, em que a sociedade do consumo é presente, procurando entender como se dá a economia libidinal diante dos problemas sociais atuais.

Safatle (2008) toma como base teórica a psicanálise de Freud e Lacan, partindo da ideia freudiana da renúncia pulsional e da identificação dos sujeitos modernos com a figura que sustentava uma lei repressora em relação às exigências pulsionais. A consequência dessa identificação, na modernidade, seria a internalização de uma instância moral, que corresponderia ao supereu. Entendendo que o mundo atual promove novas configurações nessa dinâmica superegoica, Safatle propõe, na atualidade, uma sociedade não repressiva, vinculada à universalização das práticas de consumo, de forma que, no período da sociedade

de produção (moderno), o supereu teria o importante papel de fazer privilegiar o acúmulo, e, no período da sociedade do consumo (contemporâneo), o que vale é gozar, é consumir. Assim, ele atribui ao supereu a sustentabilidade da conduta econômica dos sujeitos em cada período histórico, afirmando que a incidência social da figura do supereu estava, na modernidade, vinculada à dinâmica libidinal da sociedade de produção por meio da ética do trabalho. Com o esgotamento dessa sociedade, o problema do consumo aparece em todas as formas de interação social e no desenvolvimento subjetivo como problema econômico central. O mundo do consumo pede, ao seu ver, uma ética de direito ao gozo e uma regulação deste gozo no interior de um universo mercantil, fazendo com que o processo de socialização do desejo baseado na produção do sentimento de culpa passe a segundo plano na subjetividade contemporânea.

Esse mesmo autor estabelece teoricamente, de acordo com Lacan, uma contemporaneidade em que não há mais repressão ao gozo, mas toma este como imperativo. E a obrigação em gozar seria a mola propulsora da sociedade do consumo, de maneira que as imagens ideais já não mais seriam as mesmas, mas se relacionariam àquelas que instrumentalizam seus fantasmas e que se balizam pela exigência do gozo. O declínio da imago paterna abriria espaço para o advento de figuras fantasmáticas de autoridade próximas ao pai primevo do mito freudiano de *Totem e Tabu*, senhor do gozo e adepto à busca de satisfação imediata. A introjeção não estaria mais, na contemporaneidade, vinculada à repressão, mas ao imperativo do gozo, o que passa a ser problemático diante da inviabilidade de satisfação. Nessas circunstâncias, passa-se de uma sociedade da satisfação administrada para uma sociedade da insatisfação administrada, na qual ninguém acredita na satisfação do gozo por meio do sistema de mercadorias, e o eu vai se apresentando de maneira cada vez mais irônica.

Safatle (2008) traz, por sua vez, a “ironização absoluta dos modos de vida”, em que os sujeitos são chamados a sustentar identificações irônicas, em que o sujeito assegura a sua distância em relação àquilo que está representando. O cinismo passa a ser um sintoma de um “mundo sem culpa”, pois sustenta identificações socialmente disponibilizadas ao mesmo tempo em que ironiza qualquer perenidade, já que o caráter descartável é sempre presente em todos os aspectos da vida. Esse cinismo faz parte de uma dinâmica que nega aquilo a que o próprio indivíduo se vincula, de forma que uma flexibilização das normas ocorre para a suspensão dos conflitos. As normas são seguidas de maneira cínica, justificando o contrário do que parecem afirmar.

Diante dessa dinâmica subjetiva narcísica e cínica, o que fica tácito com o confronto entre o que se teoriza hoje na Psicanálise e o que se observa na realidade é que nunca se falou tanto em solidariedade, em meio a um vazio entre os sujeitos e a uma fluidez de laços sociais. Perante o declínio da alteridade nas formas de subjetivação contemporâneas, a exacerbação do discurso solidário parece indicar um sintoma social do que vivemos no campo da subjetividade. Neste, valemo-nos sempre do uso do outro para a satisfação pulsional, numa captura narcísica, e a manutenção desta lógica discursiva pode, neste caso, vir a funcionar como um velamento do que há de verdade em nós, como uma das possíveis formas de regulação do gozo.

Podemos entender, diante dessas contradições, que ideias altruístas podem ser engolidas por normatizações, ritos e procedimentos que rompem com o caráter revolucionário de sua intenção, e passar a servir como perpetuadoras das diferenças sociais e da exclusão. Peixoto Jr. (2003) traz Foucault para entender melhor tais relações de poder existentes na sociedade, de maneira que estas promovem uma “normalização” das individualidades, criando um padrão desejável de existência. As subjetividades ficam assujeitadas e identificadas com valores inculcados pelas técnicas de poder. Estas últimas utilizam os próprios sujeitos como

agentes, para disseminar a normalização e a disciplinarização, já que eles encontram-se, involuntariamente, investidos na defesa dos padrões do assujeitamento em questão. Trata-se de uma sociedade do controle, diferente das sociedades disciplinares da modernidade. Nesta, o controle opera por meio de trocas constantes e flutuantes, em todos os planos da cultura. Desse modo, não poderíamos entender o nascimento e desenvolvimento das entidades de terceiro setor fora desse contexto, em que o assujeitamento opera por vias capilares, contando com o auxílio dos próprios semelhantes.

Ainda segundo Peixoto Jr. (2003), se, na sociedade disciplinar, havia modalidades de resistência, na sociedade do controle, elas somente podem ocorrer se as minorias conseguirem alternativas para retomar a palavra. Este tipo de resistência promoveria novos processos de subjetivação, que romperiam com a fantasia totalitária que sustenta os sintomas sociais dominantes na atualidade. Trariam, assim, a formação de novas dimensões, capazes de oferecer resistência ao controle (Peixoto Jr., 2003). Tais dimensões de resistência não parecem presentes no funcionamento das instituições de terceiro setor da atualidade, que ficam submetidas às restrições e burocracias provenientes do Estado, ou de instituições privadas, que estabelecem padrões a serem seguidos e exigem o alcance das metas estipuladas. São grandes referências de financiamento e gestão que conduzem, em grande parte das vezes, as ações do terceiro setor, em detrimento da demanda social e da participação local. Sobre as fantasias totalitárias é que precisamos discorrer um pouco mais, para entendermos o que há de intrínseco nesse assujeitamento que impede a resistência. Este é um dos aspectos que podem compor a lógica discursiva das entidades não lucrativas, a qual denominaremos de lógica solidária. Discorreremos mais sobre o assunto no tópico a seguir.

3.3. O Desamparo e as Formas de Subjetivação

O paradoxo ao qual está submetido o homem, e que pode ser percebido, atualmente, refletido na dinâmica de “instituições solidárias” na cultura do individualismo contemporâneo, já era percebido por Freud em suas obras de 1927 e 1930. Em *Mal Estar na Civilização* (Freud, 1930), ele descreve a incompatibilidade entre a pulsão e o estabelecimento de laços sociais. Nesse artigo, discorre sobre a necessidade do homem, em seu desenvolvimento ontogenético e filogenético, de abrir mão de sua individualidade para relacionar-se com o mundo externo ao eu, com o intuito de se proteger. Mas essa movimentação implicaria um prejuízo da satisfação pulsional, em que o sujeito precisaria despender esforços para gerir o mal-estar proveniente desse conflito.

Em seu texto *O Futuro de Uma Ilusão*, Freud (1927), descreve que há algo certo para a humanidade: a dor do desamparo. O texto traz consigo a ideia de que o homem está sozinho no mundo, sofrendo diante da dura realidade que é estar destinado à morte e às mazelas da vida, sem proteção que lhe faça escapar desse triste destino. Para amenizar esta dor, Freud supôs que os homens lançam mão de recursos emocionais que os defendem do contato doloroso com a realidade psíquica.

Assim, criamos a religião e a ciência como forma de apaziguar em nós a ideia do desamparo, e de termos algo no qual nos possamos apoiar e buscar esperança. Não é coincidência que assistimos, hoje, a um crescimento notável das Igrejas Neopentecostais, bem como das técnicas médicas que possibilitam o rejuvenescimento, as curas e o prolongamento da vida.

O desamparo seria também, segundo Birman (2006), além de um sintoma produzido na modernidade, uma fonte permanente de criação de perturbações psíquicas, já que a dor que ele embute aos sujeitos contraria os preceitos modernos de que o homem poderia obter o controle e o poder sobre o mundo, dominando-o. Neste contexto, a figura do pai sofreu grandes agressões, e caiu em descrédito. A psicanálise traz a tentativa de restaurar a figura do

pai, pois, para Birman (2006, pp. 48-49), “o desamparo, que se encontra no fundamento da subjetividade moderna, é a resultante maior da humilhação imposta à figura do pai na economia psíquica do sujeito”. O desamparo do sujeito, na modernidade, não seria apenas em decorrência da morte de Deus e de seu reconhecimento, mas também da descrença na proposta de um mundo em fixidez para o enfrentamento da dura realidade de um mundo em plena transformação. Com a morte de Deus, o desamparo se impõe como base existencial da condição humana. Assim, para a fuga desse desamparo, o sujeito lança mão de construções subjetivas que visam evitar a dor assim produzida. O masoquismo, a violência e as diversas formas de servidão e despossessão subjetiva seriam maneiras de buscar dominar o desamparo, mesmo que gerem um preço alto a pagar.

Pensando na questão da lógica discursiva solidária, perguntamo-nos como os agentes de sua atuação colocam-se diante do sofrimento do outro, já que estamos falando aqui de como o ser humano lida com a dor do desamparo. Os filantropos mobilizam-se perante o sofrimento alheio e buscam alternativas para minimizá-lo. No entanto estamos falando, também, de uma sociedade que vem isolando-se das relações e das possibilidades de se angustiar. Como poderíamos entender a oferta solidária ao outro, realizada pelas entidades não lucrativas, hoje tão em voga? Nesse momento, é preciso lançar mão de uma questão: poderia ser hoje o discurso solidário o “Prozac” social, trazendo a nós a ilusão de que os problemas sociais podem ser resolvidos, e de que o sofrimento pode ceder espaço à harmonia? Seguindo as ideias de Freud citadas acima, a criação da religião deu-se a partir deste mesmo princípio: o de minimizar o desamparo perante a mazela humana. Mas podemos entender, ainda, que a ilusão de que se pode ser potente diante do excluído impotente pode não só afastar o sofrimento proveniente do desamparo, mas também sustentar a ideia de que a castração está do lado do outro.

O sofrimento do outro mobiliza em nós a dor do próprio desamparo. A nossa sociedade caótica, os problemas sociais que ela carrega e a sua falta de perspectiva de melhorias parecem mobilizar angústia em todos nós, pois tais condições nos lembram da nossa fragilidade diante de um sistema que nos esmaga. É o desamparo que bate à nossa porta. O que se percebe, hoje, é que os sujeitos ficam impotentes ao tentarem pensar em soluções para esse contorno mundial de uma ordem já estabelecida, e que articular melhorias parece impossível. Ante isso, parece que a humanidade tende a isolar-se, de forma que uma parcela procura não pensar nas questões sociais da contemporaneidade, mas outra vem se mostrando preocupada e querendo eliminar esses problemas, ou, ao menos, reduzi-los por intermédio das entidades não lucrativas, mesmo sabendo da impossibilidade de solução. Não seria este um mecanismo apaziguador da angústia ante esta realidade dolorida? Minimizando o sofrimento do outro, talvez, o sujeito encontre uma forma de anestesiá-lo da angústia diante da própria fragilidade, pois o mergulho na condição social de impotência e vulnerabilidade às vicissitudes da vida faz com que ele entre em contato também com a angústia. Assim como os antidepressivos trazem a falsa sensação de felicidade, pode ser que as ações do terceiro setor tragam a ilusão de que se pode fazer algo, de que o sujeito não está à mercê de forças maiores que ele mesmo, e, desse modo, busque apaziguar a sua dor. Nessa ótica, o foco principal da ação seria o próprio eu, por meio da fuga da dor e da potencialização de si, enquanto o outro fica no campo da impotência e da castração. Entendemos esse funcionamento como parte do que denominamos aqui de lógica discursiva solidária.

No que diz respeito à questão da mobilização de alguns indivíduos por outros, Birman (2006) retoma o texto de Freud *Totem e Tabu*, para trazer à discussão o mito fundador da modernidade, no qual um pai tirânico é morto pelos filhos em função de seu poder e gozo pleno contra o qual estes últimos se rebelaram. A partir do parricídio, constituiu-se uma associação fraterna de cidadãos, que hoje chamamos de sociedade, na qual a liberdade, a

igualdade e a fraternidade seriam conceitos fundamentais. E, neste aspecto, o Estado republicano e a democracia representativa seriam as formações políticas que consubstanciariam a comunidade de irmãos. A partir desta ideia de fraternidade, o sujeito depara-se com a necessidade de se haver com o próprio gozo, mas ter que reconhecer também o gozo do outro. A angústia se produz neste campo de perplexidade diante da inexistência de fronteiras reconhecidas por todos como legítimas e seguras. Algumas questões se impõem aos sujeitos, como argumenta Birman (2006):

Como seria então possível uma repartição efetiva do gozo? Como seria viável aqui a existência de uma democratização e até mesmo de uma república do gozo, nas quais cada sujeito possa seguramente abrir mão de determinadas formas de gozar, isto é, do gozo próprio, desde que o espaço social possa lhe oferecer algo em contrapartida, que o faça acreditar que se encontra em condição de igualdade com as demais subjetividades? Seriam essas indagações, sempre repetidas e intermináveis, que se encontram no fundamento do mal-estar na modernidade. (Birman, 2006, 70)

Essa partilha do gozo, na qual o sujeito abre mão do seu, desde que o outro também o faça, foi discutida por Freud no contexto da Revolução Russa, que colocava como imperativo social a partilha igualitária. Nessa condição, Freud acreditava ser impossível a partilha entre o gozo próprio e o gozo do outro. Ele destacava o impasse no que se refere à abolição da propriedade privada, porquanto esta representaria a concentração do gozo próprio. Como a Revolução Russa poderia partilhar a propriedade se esta partilha remeteria à partilha entre o gozo próprio e o gozo do outro? E como poderíamos confiar no Estado como gerenciador desse gozo, sem temer que, em algum momento, ele pudesse ser parcial e pender para um dos polos no confronto mortal entre os gozos? A necessidade seria sempre de garantia do gozo próprio. Na ausência de um legislador único e imparcial, a distribuição igualitária dos gozos não foi possível na modernidade, e a desigualdade se manteve. Com isso, o narcisismo foi

incrementado, pois cada um passou a buscar a garantia do gozo próprio, até mesmo à custa da extorsão do gozo dos outros. Houve, também, uma disseminação da violência, a crueldade e a destruição ganharam corpo e espaço na subjetividade, sendo legitimadas pelo gozo sem limites, o que é conciliável com a concepção de Nietzsche (2007) a respeito da natureza hostil da humanidade.

Se as políticas neoliberais, nos países onde o estado de bem-estar social era forte, provocaram profundas reações, no Brasil, foram geradas catástrofes, pois a fragilidade das instituições e o descaso das autoridades políticas, a miséria e a desigualdade aumentaram e levaram à destruição de milhares de pessoas. O Estado e as classes médias assumiram posturas cada vez mais ostensivas em detrimento das camadas populares, o que fez emanar precariedade à vida da maioria da população. Assim, o desamparo atingiu níveis altíssimos diante da ausência do Estado e do genocídio de suas políticas econômicas voltadas para o capital financeiro internacional. Como consequência disso, advém o estrondoso crescimento da violência, da criminalidade e da delinquência que, segundo Birman (2006), são características do sofrimento na brasilidade. Indicações de formulações políticas inconsistentes que não possibilitam canalizar simbolicamente a busca pelo gozo próprio nas populações marginalizadas, sem que estas tenham de apelar à destrutividade para manter o gozo próprio.

Sobre o assunto, podemos trazer as teorizações de Clastres (2004) sobre a violência relacionada à necessidade da manutenção de uma unidade que não se dissocie diante do outro. Esse autor discute sobre a origem e a função da guerra nas sociedades primitivas, e, com isso, chega a uma conclusão que podemos utilizar para compreender a humanidade. Para ele, a guerra tem, para as sociedades primitivas, um papel de manter a unidade de uma tribo ou comunidade. Esse agrupamento teria suas próprias leis e sua própria forma de funcionamento independente e autossustentável. Cada indivíduo que pertence a esse grupo reivindica essa

pertença como uma unidade política, de exclusividade de direitos, de uso do espaço e dos recursos naturais. Esta exclusividade entre si promove uma exclusão de outros grupos, que, politicamente, se relacionarão com esse primeiro grupo, indiviso. Para a manutenção do frágil equilíbrio e da indivisão, que poderiam ser ameaçados pelas trocas e aproximações, a guerra exerce a sua função de preservar as identidades dos grupos, garantindo a sua não desintegração. Assim, a violência seria uma forma de segurança à unidade e identidade de um grupo, e, neste aspecto, as alianças seriam feitas não para a aproximação, mas com o objetivo de estratégia contra outros inimigos potenciais.

Segundo Clastres (2004), a violência nessas comunidades não estaria presente somente nas guerras, mas também nas trocas entre comunidades, em que mulheres são oferecidas ao estrangeiro como forma de garantia de parcerias em tempos de guerra. Assim, a função da guerra seria a de não permitir a fragmentação de um grupo e dispersar qualquer outro grupo local que pudesse ameaçá-lo, numa lógica centrífuga, para manter a independência política. A ideia é de que o grupo mantenha-se sob a própria lei, não se submetendo a uma lei exterior, e opondo-se a uma lei unificadora representada por um Estado. Este seria o representante da eliminação das diferenças e da unificação das comunidades a partir de uma nova relação de poder, em que há aqueles que o exercem e aqueles que se submetem a ele. A emergência do Estado seria, conseqüentemente, a morte das sociedades primitivas, e a guerra a única forma de manter a diferenciação diante da tentativa de unificação. Esta lógica, entendida por Clastres (2004) a partir das sociedades primitivas, pode ser útil aqui para pensarmos na lógica da subjetividade, pois esta precisa se manter diferenciada e sustentar o próprio gozo, e, em nome disso, promover certos tipos de violência que não a guerra, mas também com a tentativa de garantir a integridade e a insubmissão às leis externas.

Para Szpacenkopf (2004), vivemos na *sociedade de duplos*, de iguais, em que há uma adesão dos sujeitos a um padrão oferecido pela comunicação e pela cultura, de forma a eliminar toda e qualquer diferença existente. Para a autora, há uma violência exercida sobre as camadas populares, uma vez que o Estado prega, mas sem que garanta, a igualdade de condições entre marginalizados e não marginalizados. O próprio pressuposto de que “somos iguais perante a lei” tornar-se-ia uma falácia, constituindo-se de forma injusta no que diz respeito às diferenças. Inseridos nessa realidade, os excluídos retornam a violência a eles infringida ao meio social. Segundo ainda a autora:

A violência, vale dizer, atua como efeito narcísico que exige a diferença. Todos são tratados como iguais pelas leis do consumo. Essas mesmas leis, no entanto, impõem diferenças. As pessoas, por suposição iguais, são estimuladas e solicitadas à competição e à livre concorrência, visando a garantir eficiência, performance e sucesso. Todavia, em se tratando de diferentes no que diz respeito ao poder de aquisição, a mesma competição pode funcionar não como um estímulo para o desenvolvimento próprio, mas sim como emulação da violência como garantia de supremacia perante o outro.

Dessa forma, Szpacenkopf (2004) pressupõe que a violência funcionaria, nas camadas populares, como uma forma de reação subjetivante, via identificação, diante da violência da imposição da *sociedade de duplos*.

Essa busca da proteção do gozo próprio, mediante subterfúgios de defesa, não ocorre somente nas classes marginalizadas, mas também nas demais. Todas as classes produzem, de formas diferenciadas, algum tipo de violência. Já que a distribuição igualitária do gozo é impossível, é preciso proteger o seu próprio gozo, custe o que custar. Assim, o desamparo, convertido em desolação e masoquismo, leva os sujeitos a buscar o que os salve e ofereça segurança, o que se reafirma no recente crescimento da religiosidade no nosso país. Contudo,

tais subterfúgios trarão sempre uma parcela de violência embutida. Pode ser que o crescimento do discurso solidário também se relacione com a necessidade de autoproteção uma vez que este discurso pode oferecer um saber e uma proposta de solução para os problemas que estão postos socialmente, e, com isso, podemos pressupor ainda que esse discurso envolva algum tipo de violência.

A esse respeito, e diante da ausência de um regulador do gozo, podemos falar também acerca do que descreve Enriquez (2004) sobre a violência dos sujeitos contra o outro, mas, ao mesmo tempo, do cuidado com este. Ele defende a ideia de que o outro representaria, para os indivíduos, não só uma possibilidade de constituição, mas também uma ameaça. Para o autor, o outro participa da constituição subjetiva de forma simbólica e imaginária, sendo que, alcançada a primeira, os sujeitos se tornam capazes de reconhecer a sua dívida simbólica para com os seus antepassados e para com a sua nação, povo, ou outro grupo ao qual pertença. Mas, ao contrário, na forma imaginária, a figura especular na qual se baseia o sujeito para se constituir representa também um outro “si mesmo”, que atribui qualidades e defeitos, e que gera uma angústia de fragmentação e uma persecutoriedade, pois esse é um outro que é sentido não como fonte de segurança, mas como uma intrusão. O outro nem sempre é um ser benevolente no qual o sujeito se baseia para se constituir, mas pode ser uma sombra de si, e, tal como um intruso, pode se tornar um inimigo potencial dedicado à nossa destruição interna.

Esse estranho, presente no interior do sujeito, seria também a causa de seu medo, pois, se dentro de si mesmo, há o perigo de ódio e destruição, e estes últimos sentimentos também estarão presentes no outro, de quem se passará a desconfiar. Esse outro é semelhante de si, e traz a lembrança da existência de certo ódio de si mesmo existente em todos os homens, o que passa a ser a fonte da exclusão e da desconfiança do outro. Para Enriquez (2004), o ódio de si mesmo e o ódio do outro em si ameaçam a película protetora e impedem que nos amemos tal como manda a mensagem evangélica de amar ao próximo como a si mesmo. Ficaria, portanto,

inviável a convivência fraternal entre iguais, de maneira que uma violência latente passasse a vigorar nas relações entre os sujeitos, sempre em busca de proteção.

Kehl (2002) retoma Freud e Lacan, para expressar a impossibilidade de associar o espaço para a alteridade com o amor ao próximo na mesma medida em que se ama a si mesmo. Para amar o outro como a si mesmo, seria necessário fazer dele uma cópia de si, eliminando qualquer possibilidade de diferença e alteridade. Assim, a relação de amor ao próximo seria uma captura narcísica.

Essa inviabilidade nas relações fraternais já era apontada por Nietzsche (2007), em *Genealogia da Moral*, em que discorre a respeito da noção de bondade. Como pensador, ele questiona a bondade cristã, acreditando ser esta impossível, pois ela precisa ser originada de uma intenção que deve ser esquecida para que seja genuína e elogiada. Nessa perspectiva, assegura que a bondade receitada como remédio seria mais venenosa que o próprio mal a ser combatido. Entendendo a bondade como imersa em relações de poder, considera que os menos providos de poder seriam exatamente os mais perigosos, pois a impotência e a falta de poder fariam crescer um ódio imenso e apavorante tornando esse sujeito em alguém venenoso.

Seguindo ainda nessa lógica, Nietzsche chega à questão de que o sentido da cultura humana é a domesticação do homem, ou seja, a transformação do animal em um ser pacato e civilizado, sempre a melhorar. Mas, para ele, o sujeito – a ideia daquele indivíduo que é livre para se determinar, agir e autoafirmar – não existe, é uma invenção humana para criar a ilusão de liberdade e mérito pessoal aos oprimidos e impotentes diante da vida. A bondade, a paciência, a obediência e outras virtudes são malignidade e ódio transformados às avessas por ação humana pela credulidade em uma retribuição benéfica. Nessa ótica, a crença desse pensador era numa humanidade iludida e impotente, cuja natureza seria vil e maligna

revestida, porém, de uma polidez necessária, que dera origem aos valores de “bom” e “mau” inexistentes na índole humana.

A partir dessa lógica, podemos entender que a bondade humana seria a inversão do ódio e da malignidade censurados. Para além da necessidade de afastar de nós qualquer impressão de impotência, poderíamos supor na lógica solidária, assim como em qualquer outro discurso solidário, certo refinamento da hostilidade própria do humano mais enfraquecido e menos empoderado.

Essa hostilidade e a busca por proteção poderiam incluir, em nossa reflexão, a ideia de que polimentos para esse ódio seriam necessários. Aqui, se levarmos em consideração os pressupostos de Nietzsche (2007), de que há uma natureza vil no humano, as reflexões de Clastres (2004) sobre a necessidade da violência para a manutenção da unidade subjetiva, e a necessidade humana de manutenção do gozo próprio, que discutimos aqui por meio das ideias de Birman (2006), poderemos articular que a lógica solidária, assim como outros discursos solidários podem funcionar como uma forma de inversão da violência subjetiva, constituindo-se como um encobrimento. É possível formular, ainda que ao mesmo tempo em que o discurso solidário pode servir como proteção para o desamparo, ele traz também em si uma violência intrínseca, pois haverá sempre ódio e ressentimento envolvido em sua lógica subjetiva.

Aprofundando na questão sobre a ausência de um regulador do gozo, Birman (2006) afirma que a condição de ameaça conduziu o sujeito a um impasse: ou ele precisa do outro como um igual para lidar com o sofrimento produzido pelo descentramento e pelo desamparo, ou ele acredita na sua divinização e na sua autossuficiência. É nesse contexto que se encaixa toda a violência do sujeito, pois a incapacidade de suportar a precariedade e dependência humana o levaria a um sofrimento constante e à necessidade de manter o próprio gozo, deixando-o na impossibilidade de se relacionar com o outro como igual. Isto leva os sujeitos à

violência típica daquele que deteve, no mito da horda primitiva, o acesso a todo o gozo. Contudo, tal violência deve ser encoberta, pois todos os que tiverem a pretensão de funcionar como o pai da horda terão a sua punição por meio da morte.

Resumidamente, podemos asseverar que temos um perfil de desamparo para os sujeitos, já que não mais contamos com uma entidade reguladora do gozo. Diante disso, há uma disputa entre os sujeitos em busca da garantia desse gozo, engendrando, narcisicamente, a violência que, por sua vez, não pode ser evidenciada, mas será embutida no discurso e nas posições subjetivas que os sujeitos passam a assumir, sejam elas passivas ou ativas. Dentro desta ideia, Birman (2006) fala do masoquismo, condição na qual o sujeito oferece o seu corpo e a sua mente para o domínio do outro, para que faça deles o que quiser, desde que lhe ofereça a proteção para o seu desamparo. E, da mesma forma que o masoquismo pode se dar entre duas pessoas, ele pode também ocorrer entre sujeitos e instituições. O autor menciona que a escolha de sujeitos ou instituições supostamente poderosas, capacitadas a proteger o sujeito em suas relações sociais, é capaz de produzir e reproduzir formas de servidão, dentro da lógica do masoquismo. Por outro lado, há aquele que é colocado como detentor do poder. E como decorrência disso,

A violência se revela em sua modalidade originária de existência, pela qual a figura onipotente do protetor violenta e goza com a fragilidade do outro, alimentando-se disso e engrandecendo a sua imagem narcísica. Essas figuras e instituições podem ainda agenciar outras formas de violência a partir desse patamar de base. (Birman, 2006, p.52)

No contexto do discurso solidário, a concepção descrita por Birman (2006) pode oferecer alguma compreensão, já que é pela onipotência de dar conta das mazelas do outro que ela pode se efetivar. Tomando ainda como referência toda a discussão efetuada aqui, entendemos que, na ação solidária, haverá sempre a presença de uma violência intrínseca.

Neste nível, percebemos que o mal-estar, na atualidade, vem assumindo uma direção de proteção do gozo próprio. Esta seria a forma de se recusar à posição de desamparo, que, em sua dimensão traumática, imprime dor aos sujeitos. Seria uma alternativa quando os sujeitos ficassem impossibilitados de criar saídas eróticas e sublimatórias para o desamparo. Neste sentido, pensamos que, a partir das ideias de Birman, a lógica do discurso solidário tem possibilidade de estar enredada na formação de laços gozosos que alimentam narcisicamente e protegem do desamparo por meio do uso do outro para o benefício próprio, diante da fragilidade e insuficiência humana. Isto, caso não seja possível articular as ações no campo do outro, de maneira a simbolizar o que há de precário em si mesmo, e estabelecer laços fraternos em que o outro não está posicionado como objeto para o próprio gozo e saber, mas constitui-se como sujeito.

Essas ideias se relacionam diretamente às formas pelas quais se dão as práticas atuais de relacionamento dos sujeitos com o outro. Trata-se de formas imediatas de lidar com as demandas subjetivas, que prescindem da simbolização e do contato com a dor do desamparo, e, conseqüentemente, excluem possibilidades de laço social. Falaremos mais sobre isto no próximo tópico, em que discutiremos a necessidade subjetiva na contemporaneidade de acesso direto aos objetos de gozo sem intermediação alteritária, por meio das opiniões e dos atos desvinculados de qualquer possibilidade de representação simbólica.

3.4. Fuga do Traumático

Segundo Herrmann (2003), em seu texto *Psicanálise e Política – no mundo em que vivemos*, os conceitos de “cidadania” e “ativismo ecológico” foram banalizados na contemporaneidade, engolfados pela lógica de produção vigente que os utiliza como aparelhos ideológicos. Esses valores são distorcidos, e as ideias de autorrespeito e fraternidade foram abolidas. O autor destaca, ainda, a incapacidade de mobilização coletiva e

da manutenção de opiniões, em função de um achatamento da capacidade de pensar, de forma que esta ceda lugar à opinião pública consensual.

Se, para a discussão, tomarmos por referência o conceito de pensamento desenvolvido por Heidegger, poderemos ter uma compreensão mais aproximada sobre o que seria “pensar” no contexto aqui descrito. Heidegger (1996, como citado em Souza, 2005) diferencia a existência em dois aspectos: o *ser* e o *ente*, sendo o primeiro mais amplo que o segundo. O ente seria o sujeito, com sua subjetividade prática e observável, da realidade objetiva e voltada para a razão e para a percepção. O ser, por sua vez, seria uma transcendência do ente, uma dimensão para além da racionalidade, da percepção, do mundo prático e da ação voluntária humana. Para o autor o pensamento se estende até a dimensão do ser, não se limitando ao raciocínio lógico pautado pela linguagem.

Porém, em sua visão, a metafísica sempre buscou a adequação entre o conhecimento do sujeito e o ente por ele experienciado, o que seria impossível, já que o ser jamais seria diretamente acessível. Assim, na modernidade, o que se experimentou foi o esquecimento do ser, que passou a objeto de um sujeito cognoscente, criador e mantenedor do pensamento científico. Este pensamento operativo deixa perder a essência do ser, e esta essência torna-se algo impensado. O impensado é a clareira do ser, à medida que revela a sua verdade. O pensamento seria, pois, a escuta desse sentido do ser, revelada no silêncio. Segundo Souza (2005)

o homem é reivindicado pelo ser, o ser é compreendido no homem. Eles não são iguais, mas naquilo onde se diferem, alcançam a identidade. Essa relação de correspondência entre homem e ser, é mediada pelo pensamento e neste sentido, pensar é estar na compreensão originária das coisas. (Souza, 2005, p.32)

Assim, pensar para Heidegger seria recuperar a unidade esquecida do homem promovendo um salto, um afastamento do que é familiar sem se desprender, uma mudança de

perspectiva e uma outra possibilidade de compreensão do ser sem a miopia provocada pela banalidade - o que se aproxima do ato psicanalítico. Para ele, o homem contemporâneo afastou-se dessa essência do ser e tem ficado distante do pensamento no nível proposto por ele, inclusive, como finalidade da filosofia. O homem reduziu o ente à esfera da objetividade, e o homem à subjetividade, pois, quanto mais objetivamente o homem for concebido mais evidente ele se torna. Esse caráter de evidência gera o inquestionável, que, por sua vez, promove comodidade e certeza. Mas onde não há questionamento, não há pensamento, e, nesse sentido, para Heidegger a modernidade impossibilitou o pensar.

Essa maneira de conceber o pensamento é exatamente aquela que queremos tomar aqui, pois Hermann (2003) não trata, ao falar de achatamento da capacidade de pensar, de uma perda de raciocínio ou de qualquer outro tipo de pensamento formal e perceptivo. Ele traz a incapacidade dos sujeitos em pensar sob uma outra perspectiva, transcendente ao mundo cognoscente. Nessa ausência da capacidade de pensar o esquecido do ser, a opinião, segundo Herrmann, tornou-se torcida: o indivíduo se limita a ser contra ou a favor do que já está estabelecido a priori.

Para Melman (2003), a opinião é aquilo que respalda o sujeito, na condição atual de não mais receber sua mensagem do Outro. Nessa condição de ter de receber e interpretar a mensagem que vem do Outro, o sujeito precisa se haver com o que este Outro pode querer para ele, o que traz repercussões subjetivas profundas de trabalho psíquico de simbolização. Já na situação atual, na qual o que se faz presente são opiniões que direcionam o sujeito de forma direta à satisfação sem necessidade de interpretação, estas representam um objeto real e redimem o sujeito do trabalho psíquico e simbolização. Assim, o autor entende que o que antes demandava um trabalho erótico, de intelectualidade e linguagem (por exigir a interpretação da mensagem que vem do Outro), agora passa à exibição imediata do objeto por

meio da opinião, o que leva direto à descarga do gozo, sem a possibilidade de erotização e simbolização.

A opinião é, então, a forma que o indivíduo tem para fugir do pensar-se. Para evitar o contato profundo consigo ou com o outro, os sujeitos opinam sobre tudo, de forma enfática, generalizante e certa, como um ato. Refletindo sobre isso, podemos supor que todo o abandono do qual falamos anteriormente, a partir de Freud, não pode ser pensado: produzimos atos em seu lugar. Passamos a nos pautar pelas lógicas discursivas vigentes na cultura, e fazemos isto de maneira não calculada, como meio de não pensarmos o desamparo e a dor de entrar em contato com a realidade desprotegida. Podemos articular tais princípios com algumas formas de engendramento da solidariedade, de maneira que, em alguns momentos, dentro desse movimento, possam ocorrer atos puros como impossibilidade de articulação subjetiva, na ausência da falta e do espaço necessário para o surgimento do desejo e, conseqüentemente, do sujeito.

As formas atuais de autoagressão e de desrealização, a dessubstancialização da realidade e o ato no lugar do pensamento são reflexos dessa dinâmica de funcionamento. Há algo que circula sem que possa ser pensado nem representado. Este algo, no indivíduo, é capturado pelas vias do gozo, levando-o às condições mais extremas de, ao buscar os seus interesses, boicotar-se e criar situações adversas aos seus interesses. Ele cai no curto-circuito da autoagressão, do desamparo, da violência ao outro, da ausência de sentido da vida. Afinal, uma vida sem sentido poderia ser ameaçada sem oferecer riscos de grandes perdas.

Por outro lado, o ensejo coletivo de “salvar o mundo” também poderia representar uma forma de captura do desejo no campo do narcisismo. Transformar as mazelas do homem numa sociedade igualitária, fraterna e solidária é, ao mesmo, tempo impossível e visado, é a negação do desamparo impensável. Ou seja: poderia ser buscada uma harmonização forçosa e ilusória, adequada aos preceitos sociais, para que a real ameaça pudesse ser aparentemente

distanciada, e o narcisismo preservado. Aqui, mais uma vez, poderíamos articular a incapacidade de pensar, no sentido heideggeriano, levando os sujeitos ao ato.

Pensando na questão da solidariedade e na lógica discursiva que a envolve, podemos supor que o *boom* de ONGs que têm surgido na contemporaneidade pode utilizar-se dessa dinâmica que nos tem atravessado. São questões que estão para além dos interesses financeiros e lucrativos, e vinculam-se ao que há de subjetivo e doloroso para o humano, tornando-o incapaz de pensar e parecem relacionar-se a essa forma de anestesiar-se contra o desamparo.

Segundo Birman (2006), no lugar das antigas modalidades de sofrimento centradas no conflito psíquico, decorrentes das interdições morais, o sofrimento e o mal-estar evidenciam-se, agora, nos registros do corpo, da ação e do sentimento. Para ele, com relação ao corpo, este seria a última possibilidade de fuga do psiquismo, de maneira que, antes disso, seriam os sentimentos e, posteriormente, a ação os veículos de descarga do mal-estar decorrente do desamparo. No que diz respeito à ação, a hiperatividade se impõe, de forma que os sujeitos ajam sem pensar naquilo a que visam com ela. As individualidades seriam tomadas pelo excesso que impele para a ação impensada. Caso não haja essa saída, o sujeito fica inundado pela angústia. Diante disto, a descarga deste excesso é imposta por meio de explosões emocionais incontrolláveis, sendo que disto decorre um dos nossos maiores problemas sociais na atualidade: a violência.

Da mesma forma, a compulsão seria uma modalidade de agir, mas esta se daria pela repetição, em função do não alcance de seu objetivo (que é se proteger do que há de traumático). Os excessos pulsionais não representados buscariam, então, hierarquicamente, escoar-se pela ação, e caso não fosse possível, o escoamento se daria pelo corpo. Birman (2006) explica esta hierarquia utilizando-se do conceito de narcisismo, pois é ele que impõe ao sujeito a sua preservação, de forma que o indivíduo prefira explodir a implodir. Ele

destaca, no registro da ação, a diferenciação entre a passagem ao ato e o acting-out. A diferença está na fragilidade ou ausência da simbolização típicas da passagem ao ato. Neste, o ato não revela qualquer rastro de simbolização. Já no acting-out esta estaria presente. Da mesma forma, no registro da corporeidade, a conversão histérica pressupõe simbolização, mas, no estresse, nas formações psicossomáticas e no pânico, há uma ausência desta.

Diante dos três registros apontados acima, Birman (2006) refere-se à ausência do pensamento em todos eles. Em todos estes registros, o pensamento fica incapaz de funcionar, e o modelo conflitual da subjetividade fica inoperante. Seria o pensamento o que possibilitaria ao sujeito superar o sofrimento produzido pela conflitualidade, mas, na atualidade, nem um nem outro se fazem presentes em qualquer dos registros descritos. Nesse aspecto, é possível pensarmos sobre a questão das entidades solidárias, uma vez que o tipo de mecanismo descrito acima pode fazer-se presente em sua dinâmica, já que consideramos aqui a lógica discursiva solidária como aquela que se constitui como possibilidade de existência diante do desamparo e do que há de traumático para o psiquismo.

Para descrever a questão do traumático, Birman (2006) retoma a perda da referência da soberania do Estado-nação e do descentramento do poder, a partir do que podemos entender que essas alterações provocaram efeitos na forma como as subjetividades se ordenam. O termo “soberanias” é colocado no plural para aludir, exatamente, à questão da centralidade do poder. Pois dizer “soberanias” pressupõe um descentramento do poder, caracterizando uma multiplicidade e uma pluralidade. E isto implica dizer que o poder, desde a modernidade, não se restringe mais ao Estado-nação, mas que ele foi redistribuído para a totalidade do espaço social, também no campo da sociedade civil, de acordo com os princípios neoliberais contemporâneos. É na sociedade civil que, agora, se realiza uma politização, em que o poder é investido em movimentos sociais pelas diferentes comunidades

que os sustentam. Aqui se contextualizam as organizações sem fins lucrativos, que partem sempre da iniciativa da sociedade civil organizada, em lugar da primazia do Estado.

A vinculação entre a ausência do poder central de um soberano e a consequente incapacidade dos sujeitos em se vincular aos outros se dá em função de, como Freud descreveu sobre as massas (*Psicologia das Massas e Análise do Eu*, 1921), não haver um líder com o qual os iguais se relacionem verticalmente e do qual esperam amor igual por todos membros do grupo, para que possam, então, relacionar-se horizontalmente entre si, numa partilha igualitária. Para que essa relação horizontal exista, necessariamente, há de haver uma vinculação vertical dos seus membros com um líder, o soberano. Seria a perda da verticalidade que provocaria a angústia do real e o pânico nas individualidades. Diante desta situação, os sujeitos poderiam decidir-se por um outro soberano para, por meio do desalento, fugirem do desamparo. Ou, por outro lado, eles poderiam também criar novas formas de horizontalidades, calcadas na condição do desamparo e da singularidade dos sujeitos diante do soberano. O que acontece, na atualidade, é que, na incapacidade subjetiva de pensamento e de enfrentamento do desamparo, os sujeitos são levados a verticalizar as relações que deveriam ser horizontais e, com isso, recriam, de maneira imaginária, os soberanos.

A partir dessas lógicas da subjetivação contemporâneas, podemos reforçar que o mal-estar na atualidade assume características eminentemente traumáticas. Isto porque os sujeitos ficam incapazes de sinalizar e antecipar o perigo pela ausência da angústia-sinal, ficando submetidos à experiência psíquica de morte. Por isso, surge a impossibilidade de pensar e a consequente recorrência ao ato.

O que Birman nos propõe é que saibamos valer-nos de nossas relações horizontais de poder, em vez de ficarmos entregues ao pânico das massas que perderam a proteção da figura central do soberano. A ideia é poder sair da condição anônima de massa para nos singularizarmos no campo da multidão. O que se propõe não é atribuir a soberania a um outro,

mas retomá-la para as individualidades, para que se possa sair da desposseção de si mesmo e se singularizar.

As condições traumáticas desenvolvidas por Freud, e discutidas por Birman, trazem uma importante questão que diz respeito ao sofrimento e suas possibilidades de articulação no psiquismo do sujeito contemporâneo. De acordo com Maia (2002), a passagem da modernidade para a pós-modernidade pressupõe novas formas de subjetivação, que trazem embutidas em si a característica da denegação das impurezas e da negatividade. A fragmentação, a contingência e a superficialidade passaram a imperar nas formas de ser do sujeito, como sintomas da modernidade. Nesse contexto, a autora propõe a *clivagem narcísica*⁵ como sendo uma possibilidade de os sujeitos se protegerem do império das imagens, eliminando o sofrimento.

No ideário pós-moderno, há pouca tolerância à infelicidade, e os processos de luto levam o sujeito ao abortamento de partes afetivas importantes, dentre elas, a angústia. Esta, mesmo na função de proteção do psiquismo diante do traumático, é hoje alvo da busca por aplacamento. O resultado disso é a exposição dos sujeitos a vivências traumáticas psicológicas, de modo que a angústia apareça não como um processo antecipatório, mas como angústia de morte. As configurações subjetivas são de terror e de medo de aniquilamento, havendo o rebaixamento do pensamento crítico, e o aparecimento da singularidade do sujeito passa a ser entendido como sintoma (Maia, 2002).

Nesses processos, o que há de traumático para o sujeito, de acordo com Maia (2003), é a sua separação do objeto. Neles, o mecanismo psíquico presente é o de incorporação, e não de introjeção, uma vez que esse contato com o traumático leva o sujeito a buscar modos de minimizar o sofrimento. A autora descreve que, diante dessa separação, a introjeção deixa de

⁵ A autora citada utiliza, para a discussão deste conceito, os pressupostos ferencianos que abrangem diversas formas psíquicas e ou corporais de manifestações afetivas geradas pelo trauma patológico. O conceito de clivagem discutido aqui refere-se àquele desenvolvido por Ferenczi no final da década de 20, que se aproxima das concepções freudianas relativas à pulsão de morte. Por este ângulo, a clivagem se daria como uma resposta defensiva, diferenciada do recalque, pela interrupção do processo introjetivo.

ser eficiente para proteger o sujeito, uma vez que exige mediação entre ele e o objeto. Além disso, há a limitação de que o sujeito pode acessar somente partes do objeto, internalizadas por ele. A falência da introjeção faz, então, com que o sujeito busque na incorporação um modo de evitar o contato com a angústia traumática de separação, e assim negar a perda do objeto. Neste movimento, o objeto é trazido mágica e integralmente para o interior do sujeito. Esta movimentação psíquica se dá num momento em que o sujeito não tem recursos para lidar com a perda e com a invasão da angústia traumática, e, nesse sentido, entendemos que o objeto perdido fica colocado em posição idealizada, em oposição a aspectos que devem ser rechaçados .

Aqui podemos nos remeter às noções de “Ideal do Eu” e de “Eu Ideal”. No que se refere ao primeiro conceito, o sujeito é capaz de introjetar, projetar e se identificar com o objeto perdido, numa dimensão de alteridade e de possibilidade de elaboração da perda e de vivência da angústia traumática da separação. Ao contrário, Maia (2003) considera que a incorporação refere-se a um estado em que o sujeito promove uma ruptura com esta condição alteritária, e se encontra ligado à condição narcísica do “Eu Ideal”. Nela, somente a incorporação torna-se capaz de proteger o sujeito, deixando-o seguro e aderido aos parâmetros idealizados do objeto incorporado. Assim, a idealização torna-se um processo de imaginarização daquilo que o eu deve ser.

Com isso, há um esmagamento do eu para um engrandecimento do objeto incorporado. Nesta montagem, a *clivagem narcísica* distancia o que há de inaceitável para que o objeto incorporado possa permanecer, delimitando uma realidade psíquica que não admite a dialética nem o sofrimento. Assim, o processo que envolve a *clivagem narcísica*, a incorporação e a idealização passam a ser, no mundo contemporâneo, formas comuns de se lidar com o traumático. (Maia, 2003)

Levando esses processos psíquicos em consideração, tal como os conceitos de passagem ao ato e de soberania, discutidos por Birman (2006), podemos mencionar que é, nesse aspecto de fuga do traumático, que estamos situando a questão da lógica discursiva solidária. Partimos do entendimento de que as condições traumáticas do desamparo levam os sujeitos a se defender por meio da *clivagem narcísica*, em que, eliminando as contradições, a impotência e o sofrimento, o sujeito estabelece um saber e um fazer com a dor do outro, de maneira a utilizar os polimentos da solidariedade e da caridade para ofertar a este outro um destino, tal como um mestre conhecedor exerce seu senhorio sobre o seu subalterno. Empurrados pela dimensão do desamparo diante da perda do soberano, somos todos levados a ações que não podemos pensar ou simbolizar.

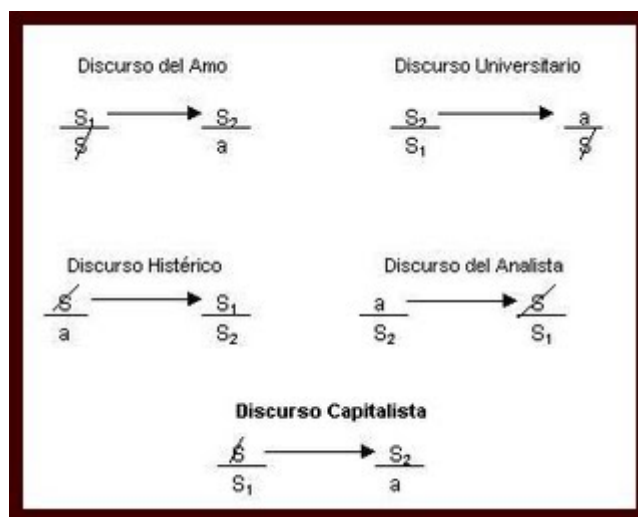
O que está em questão aqui são as formas pelas quais os sujeitos articulam-se e subjetivam-se na contemporaneidade. Tal como as dependências ou as compulsões aparecem como símbolos cotidianos dessas formas de subjetivação, a lógica discursiva solidária pode também engendrar o aspecto repetitivo que se desencadeia na atualidade como virtualização do que há de traumático para o psiquismo.

3.5. A Lógica dos Discursos na Ação Solidária

Desenvolvemos até aqui as ideias expostas por Freud (1927 e 1930), de que o homem vive em desamparo e, por consequência disso, promove a criação de ilusões tranquilizadoras, ideias estas vinculadas ao *boom* de instituições não lucrativas que vêm surgindo no contexto atual do nosso país. A partir da discussão sobre o isolamento dos indivíduos diante do contato com o sofrimento, podemos pensar aqui nas formas como uma lógica discursiva solidária pode sustentar as ações do terceiro setor no momento contemporâneo, pautado pelo narcisismo e pelo individualismo. A ausência de soberania e o desamparo parecem promover no humano uma necessidade de fuga do traumático, de maneira que faça com que ele sempre

busque autoproteção, usando, para este fim, o outro como objeto de gozo. Esta movimentação psíquica dá-se sempre por meio de polimentos discursivos, que, no caso da ação solidária, vincula-se à lógica da solidariedade. Neste aspecto, a dimensão de discurso introduzida por Lacan (1992), entre 1969 e 1970, no Seminário XVII, *O Averso da Psicanálise*, poderá nos auxiliar no entendimento de como se dá a sustentação desta lógica.

A proposta lacaniana de estruturação de discursos nos permitirá uma noção ampliada de como se constituem esses laços sociais, no que se refere às relações que são estabelecidas entre o gozo e o Saber. A ideia dos discursos, em Lacan (1992), remete não ao discurso entre sujeitos, mas aos lugares ocupados por estes dentro da lógica inconsciente que os circunda, num discurso que ele mesmo descreve como um “discurso sem palavras”. Trata-se de uma proposta de esquematização de matemas em que estão dispostos o significante primordial (S_1), o Saber (S_2), o sujeito barrado ($\$$) e objeto a (a), numa relação que estabelece formas específicas de laço.



Seguindo a proposta teórica discutida nos capítulos anteriores, podemos asseverar que a relação igualitária entre os sujeitos seria possível, se submetida à soberania de um líder superior. Porém esta realidade não pode ser possível na contemporaneidade, já que não possuímos mais as referências de Deus, do pai e do Estado como regulador do gozo. Com o neoliberalismo e a globalização contemporâneos, tais referências se perderam. Nesse sentido,

Birman (2006) elege o conceito de masoquismo como presente em todas as estruturas, de maneira que, de uma forma ou de outra, os sujeitos sempre busquem um novo senhor a quem servir como forma de fugir ao seu desamparo. Sob este aspecto, podemos remeter a lógica discursiva solidária aos processos contemporâneos de subjetivação, já que falamos de uma situação em que há um “terceiro setor” que vem para substituir o Estado no momento em que este já não mais consegue sustentar-se como soberano. De acordo com a lógica do masoquismo, este suplente do Estado traria, tal como um senhor, um saber e um fazer que poderiam solucionar as mazelas existentes no campo social, sendo que os seus usuários se colocariam servilmente a seu dispor. Nesse prisma, aproximamo-nos aqui do que Lacan denominou como *discurso do mestre*.

A proposta lacaniana é uma tentativa de simbolização do real por intermédio da escrita, de modo que se possa apreender as posições em que se colocam os sujeitos em relação ao gozo. No *discurso do mestre*, temos, no lugar de dominância S_1 , que é o local onde sujeito irá habitar, o lugar do mestre. Este mestre é detentor de um saber/ poder, que se estabelece como gozo do outro. S_2 , como escravo, fica no lugar do gozo, mas também da impotência. A conexão entre S_1 e S_2 provoca a produção de um resto, uma perda decorrente de um trabalho que o escravo é obrigado a fazer, pela injunção que o significante mestre lhe causa. Este resto é o objeto a , que é oferecido ao mestre como a mais-valia resultante do trabalho do escravo, e que Lacan denomina *mais de gozar*. Este termo está relacionado à repetição que aparece para o sujeito como algo que resiste ao poder. Mas o amo não pode acessar a sua produção de escravo, de modo que ela passe a ser causa do desejo. A Verdade do mestre (que sempre se localiza na parte inferior do matema, no lado esquerdo) é o \$, como modo de representar a ocultação da castração do mestre (Lacan, 1992).

Numa intenção sucinta e mais descritiva desse discurso, entendemos que o sujeito ocupa o lugar de primazia do saber e do poder, numa posição de afastamento da castração.

Nesta posição, o sujeito é mestre, e aparenta ter, para o outro, todas as respostas para a questão da castração, mas, ao mesmo tempo mantém o espaço da falta, que fica do lado do outro, que passa a ter que trabalhar para produzir saberes para o mestre, sem o direito de acesso à produção. Este excesso, representado pelo objeto a , é oferecido ao mestre, de modo que ao outro resta tê-lo como causa do desejo. O sujeito fica, assim, numa condição de poder diante do outro (Souza, 2003). Esta parece uma posição muito próxima àquela sustentada pelo discurso solidário, afinal, é com a resposta que dá ao outro, num lugar de saber, que os sujeitos da ação solidária se mantêm. Desse modo, poderemos supor que é como soberano que o discurso solidário se coloca, numa posição em que possui um saber/ poder do qual o outro necessita, e, para obtê-lo, deverá se submeter como escravo, numa condição masoquista.

Apesar de o *discurso do mestre* nos oferecer uma noção interessante e altamente relacionada ao discurso solidário, é no discurso do capitalista que existe a possibilidade de encontrar o caráter subversivo da formação dos laços sociais. Neste sentido, parece que será ainda mais útil a discussão desse quinto discurso que Lacan propôs, como exceção aos discursos descritos anteriormente, classificado como os “discursos radicais”. Nele, Lacan busca pelo lugar da psicanálise na cultura ou na política, e a posição política do analista.

Efetuando, a partir do *discurso do mestre*, um deslocamento somente no lado esquerdo do matema, invertendo as posições de S_1 e $\$$, chegamos ao discurso capitalista. Trata-se de um discurso que remete às formas contemporâneas de laço social, em que a lógica de mercado invade o sujeito. Nele, há uma subversão da relação do sujeito com o Saber. Se antes o Sujeito não tinha acesso ao Saber e ao objeto a , causa do desejo, agora, o Saber adquire o estatuto de bem de consumo, acessível, oferecendo a promessa de satisfação para o sujeito. Assim, podemos advogar que o Saber (S_2) perde o vínculo com o inconsciente e transforma-se em mercadoria e objeto de consumo. O não saber não é aqui uma impossibilidade estrutural, mas transforma-se em falta de informação. Nesse discurso, o sujeito crê que, por meio do Saber,

poderá comandar o objeto mais-de-gozar, e estabelece-se uma relação direta entre \$ e *a*, sendo que o primeiro passa a ser o consumidor do objeto *a*, utilizando-se do Saber (S_2), na posição do outro, para acessá-lo e usá-lo como quiser. Assim, a subversão está na acessibilidade do objeto *a*, que fica assujeitado ao Saber, às técnicas de produção e às leis do mercado (Souza, 2003).

O \$, neste, discurso não aparece como falta que conduz ao desejo e ao sintoma, mas como rejeição da castração em todos os campos do simbólico. O sujeito perde a sua relação com o inconsciente, tal como ocorre com o Saber, virando também objeto de consumo, sujeito às leis do mercado e da produção. Esta parece ser a lógica contemporânea dos laços sociais, cuja discussão feita aqui anteriormente exemplifica a necessidade do imperativo do gozo individual e do uso do outro para alcançá-lo. O escravo do *discurso do mestre* torna-se aqui proletário, distraído pelo mestre por meio do trabalho e pelo acesso que pode ter ao que se é produzido. Porém há sempre uma má distribuição do gozo, e o sujeito lança mão de suas reivindicações, atribuindo ao outro a culpa por aquilo que lhe é retirado, como forma de reclamação à função paterna, por sua fragilidade no que diz respeito à autoridade. Segundo Souza (2003), esse discurso retrata um caráter de aversão ao Pai. Os sujeitos, por sua vez, sempre proletários, disputam entre si o acesso ao gozo.

Esse discurso pode ilustrar bem a condição do homem contemporâneo, que não acessa a sua própria falta, mas busca no outro/ objeto o suprimento daquilo que lhe pode dar a sensação de cumprimento da promessa de completude. Neste caso, podemos remeter a lógica solidária a este funcionamento, se pensarmos que o outro passa a ser objeto de consumo, como aquele que pode garantir a posição de poder e supremacia àquele que exerce o bem. Esta condição de uso do outro, como modo de manipulação e acesso ao gozo, pode estar presente no discurso solidário como forma de manutenção de sua lógica, já que pode garantir ao sujeito o afastamento da condição de castração.

A rápida descrição desses discursos propostos por Lacan (1992) serve aqui para a discussão do discurso solidário, uma vez que as relações de gozo, típicas a cada um dos discursos lacanianos, podem nos remeter às formas como se dão os laços sociais no assunto que aqui buscamos entender. Essas possibilidades de articulação do discurso solidário com os discursos do *mestre* e do *capitalista* são levantadas aqui como forma de ampliar o rol teórico pelo qual a ação solidária pode ser entendida. Articulações mais densas e pontuais poderão ser encontradas na discussão deste trabalho, após o contato com as três instituições que tomamos como base para nossa análise.

Partindo dessas ideias, podemos assinalar que viemos até aqui trazendo algumas informações sobre o terceiro setor, sobre o nascimento e desenvolvimento das ONGs e das iniciativas da sociedade civil, buscando vincular o contexto sócio cultural ao campo da subjetividade contemporânea e suas teorizações em psicanálise. Ao longo do texto, algumas hipóteses foram estruturadas, ainda com o compromisso de, a partir da escuta, poder considerá-las ou refutá-las, levando-se em conta sempre os pressupostos da Psicanálise. Não cabe ao psicanalista questionar-se se deve ou não haver programas sociais de terceiro setor, ou entrar no mérito de suas ações. De fato, não se trata disso. O que se propõe é que possamos pensar nas formas de subjetivação contemporâneas e considerá-las ao olharmos para a realidade que se constrói à nossa volta. É preciso que pensemos a ação solidária distante do olhar dualista que a aprova ou desaprova, mas tomando-a em consideração e em articulação profunda com os fenômenos que caracterizam a realidade contemporânea. Isto, para que não sejamos também engolidos pelo desamparo constitutivo (mesmo sendo atravessados por ele), e fiquemos incapacitados para pensar no que se passa em nossa cultura.

Birman (2006) propõe, como saída para os impasses do masoquismo e da servidão, uma posição feminina, entendendo-a como uma característica particular do cuidado com o outro, da fraternidade, enquanto o masculino estaria cego a esse tipo de experiência. A ideia é

que o laço fraternal seria uma forma fundamental de existência, embora esta pareça sempre encontrar a possibilidade de existência nos fracos e excluídos, pois a fraternidade seria a marca da precariedade e da ausência de poder.

Neste ponto, relembremos os preceitos de Nietzsche (2007) sobre o exercício da bondade: ela é exercício de poder e retrato às avessas do ódio e do ressentimento. Para ele, não há natureza benéfica nesse tipo de ação, já que ela desvaloriza o menos empoderado e faz perpetuar a superioridade daquele que é “nobre” e autossuficiente. Neste sentido, Birman (2006) faz uma primeira observação de que só é possível haver fraternidade quando o sujeito consegue reconhecer-se como alguém que não é autossuficiente. Somente na condição de não suficiência é que o sujeito poderia reconhecer o outro como igual. Mas, na subjetivação contemporânea, promovida pela cultura do narcisismo e pela sociedade do espetáculo, a marca maior é exatamente a da autossuficiência, o que relacionando à proposta lacaniana dos discursos nos traria as dimensões dos discursos do *capitalista* e do *mestre*. Para chegar à fraternidade, segundo Birman (2006), seria exigido um trabalho de esvaziamento dessa pretensão, em que se verificaria a precariedade do sujeito e a sua demanda pelo outro.

Assim, o que se propõe aqui, a partir do escopo teórico psicanalítico, não é acusar ou defender as ações solidárias, mas contextualizá-la teoricamente no que se refere à subjetivação contemporânea para, a partir delas, compreendermos que tipos de articulações poderemos encontrar na lógica discursiva vigente nesse tipo de instituições, hoje, tão presentes em nossa cultura.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa é compreender como se estruturam, diante das formas de subjetivação contemporâneas, as lógicas discursivas e representacionais que permitem produzir modos específicos de regência do desamparo constitutivo no contexto de organizações não lucrativas situadas na cidade de Uberlândia.

4.2 Objetivos Específicos

- Identificar, durante o contato com três instituições sem fins lucrativos da cidade de Uberlândia, quais são os pontos de convergência, divergência, complementariedade e sobreposição que aparecem em seus discursos;
- Verificar, a partir do discurso institucional, quais são os elementos comuns às formas de gerenciamento do mal-estar;
- Delimitar quais são os mecanismos psíquicos e discursivos utilizados pelas instituições pesquisadas quanto à inserção no contexto contemporâneo;
- Discutir as relações que o discurso solidário estabelece com o sofrimento e suas possibilidades de articulação.

5. MÉTODO

Para viabilizar a pesquisa descrita acima, propomos uma análise qualitativa para a apreensão do discurso das entidades não lucrativas de Uberlândia, por meio do método psicanalítico que, de acordo com o que o próprio Freud teceu em sua obra, pode debruçar-se

sobre qualquer campo da produção humana, estando remetido, em sua sustentabilidade, em múltiplas lógicas desejantes inconscientes. O que se pretende aqui é poder lançar mão do método interpretativo da psicanálise para entender fenômenos que se dão na esfera da cultura, neste caso voltadas ao contexto das ONGs tão atuantes no presente momento.

De acordo com Violante (2000), Lowenkron (2005) e Hermann (2004), percebemos nitidamente que o objeto de pesquisa em psicanálise é o inconsciente. Neste sentido, toda produção humana - onde se possam emergir formações inconscientes - pode ser pesquisada pela psicanálise. Para Violante (2000) ficam claros o objeto, o método e a técnica psicanalíticas, que são respectivamente o inconsciente, a interpretação e as diferentes formas de emergência do inconsciente. Contudo, ela ressalta que para que a psicanálise opere, é necessário que se esteja no campo do discurso, no qual há uma implicação dos sujeitos num processo definido pelo objetivo de transformação, tal qual o processo de análise. Também semelhante a este processo, a pesquisa em psicanálise, segundo esta autora, deve envolver o campo relacional que possibilita a existência de um objeto de saber específico e o desejo do analista com relação a este objeto. O que fica muito bem delimitado é que, na pesquisa, o objeto do conhecimento será sempre o inconsciente, e o método, a interpretação. E estes preceitos não se restringem à situação de consultório.

Vale à pena ressaltar aqui que as concepções de sujeito e de subjetividade utilizados nesta pesquisa são de aportes lacanianos, de forma que não se pode compreendê-los fora de uma dimensão de encontro significativa. De acordo com Calazans (2002) a trajetória de Lacan leva à dessubstancialização do sujeito enquanto unidade, de maneira que este passa a ser compreendido enquanto resultado de articulações entre significantes. Neste campo seria vinculada a ideia de que o sujeito da psicanálise é o sujeito da ciência, pois a partir dela é que surgiria o corte epistemológico da ausência de respostas, afirmando a condição de falta e propiciando o surgimento do sujeito laciano. É nesta concepção de sujeito, resultante da

articulação significativa, que se entrelaçam as ideias esboçadas aqui, sempre remetendo às formas como isso se dá no campo do social.

Sobre este aspecto social, destacamos o caráter propício da psicanálise, pois para Enriquez (2005) ela trouxe às ciências sociais um vasto material metodológico para as pesquisas sobre a cultura e sobre as relações entre os homens. Seguindo as colocações de Freud, ele acredita que o indivíduo não existe fora do campo social.

Não são senão os outros (e particular, os pais ou os primeiros educadores) que podem reconhecê-lo enquanto totalidade da qual eles falam, e que acede a seu primeiro regozijo de existir no momento do “Estádio do Espelho” e como portador de desejos que podem assegurar-lhe seu lugar na dinâmica social – lugar que ele deverá investir narcisicamente a fim de continuar a tradição ou de combatê-la. (Enriquez, 2005, p.159)

É o social que torna humano o sujeito, é ele que impõe ao sujeito as leis que o permitem amar e trabalhar em comunidade. Este autor considera que a psicanálise extrapola o campo da psicologia, ampliando para as interações entre os indivíduos, as identificações, projeções e alianças intersubjetivas. Estas interações entre os indivíduos já estão no campo das ciências sociais, e neste sentido considera-se que esta e a psicanálise têm o mesmo objeto: “a criação e a evolução do laço social” (Enriquez, 2005, p.159).

Lacan (1992), no Seminário 17, detalha esta questão dos laços sociais, quando estabelece o discurso como uma distribuição de lugares que o sujeito ocupa com relação ao outro. Para ele, este é um discurso sem palavras, apesar não se manter fora da linguagem. Em sua proposição, o sujeito se colocaria diante do outro assumindo posições específicas de manutenção do gozo, de forma a marcar certos tipos de relação. Esta concepção é utilizada neste trabalho enquanto possibilidade de buscar entendimento sobre as formas de articulação dos laços no discurso solidário.

Nas pesquisas sociais de Freud, ele não utilizou do método indutivo ou dedutivo, mas criava idas e vindas, hipóteses e correções, de maneira que formam textos que contam histórias, criam imagens e envolvem o leitor numa visão compreensiva de fenômenos. Sua preocupação era a de estabelecer uma teoria do nascimento da cultura e da civilização, das suas condições de funcionamento e dos seus possíveis destinos. Com este objetivo, Freud cria o mito da horda primeva como referência simbólica do berço da humanidade, fazendo um paralelismo entre este mito e o mito de Édipo, e aproximando-os respectivamente do estabelecimento das leis da civilização do sujeito. Tendo sido estabelecida uma civilização, para que ela se mantivesse foi necessária a pulsão de vida e os laços libidinais entre os indivíduos. Mas nestes laços grupais há uma identificação primária com um líder, que por meio de um discurso de amor une o grupo de iguais, que têm como ideal de eu o próprio líder. Como todos do grupo têm o mesmo ideal, se identificam e se amam. Por este caminho, Freud, ao contrário dos sociólogos, dá ao indivíduo o lugar de construção social, e não aos grupos e instituições (Enriquez, 2005), e esta é a ponte que aproxima o estudo do indivíduo do estudo do social.

Para desenvolver a ideia do método psicanalítico a serviço das ciências sociais, Enriquez (2005) retoma os conceitos de *Eros* e *Tânatos*, desenvolvidos por Freud, bem como a sua concepção de complementariedade entre pulsão de vida e pulsão de morte, de maneira que uma se ponha a serviço da outra. Ao mesmo tempo, levanta a variedade e complexidade da inserção de *Tânatos* na vida humana, de maneira muito mais frequente do que *Eros*. Neste jogo de forças opostas e complementares, para que a civilização perdure é preciso abrir um grande espaço para as ilusões que fundamentam as crenças, além de obter dos indivíduos a renúncia à satisfação pulsional e forjar uma couraça estrutural que agasalhe esta renúncia.

No que diz respeito às ilusões, Enriquez (2005) enfatiza a sua necessidade, já que a vida em comum é perigosa para o indivíduo. Assim, a ilusão vem em socorro aos indivíduos,

conferindo-lhes maior segurança e apaziguando o vazio. Dentre essas ilusões está a de que há um ser diferenciado e garantidor da proteção do indivíduo no grupo. Este ser, potente e transcendente ao que há de comum, traz a ilusão de proteção, o que impede a aparição de feridas narcísicas, sejam elas do narcisismo individual ou grupal (narcisismo das pequenas diferenças). Na perda desta figura ideal, de acordo com Freud (e como já foi dito aqui antes segundo o aporte teórico de Joel Birman), a massa se alimentará de ilusões propostas pela vida social (tal como a felicidade conquistada por meio da riqueza, a liberação sexual como sinônimo de satisfação e prazer e a ciência como oferecedora de garantias). Assim, o autor defende a ideia de que uma sociedade sem mentiras é impossível, e sem elas o homem estaria num estado de profundo desamparo.

Segundo esta linha de pensamento, o Estado também viria assumir o lugar de ilusão, daquele que provê e protege os indivíduos. Ele assume o lugar de um supereu coletivo que barra as pulsões arcaicas e destrutivas provenientes do desamparo coletivo. Neste sentido, o Estado funciona como uma violência estruturante, que emite leis indispensáveis à estabilidade social, e por isso percebidas como naturais. Contudo, quanto maior a ilusão humana de que o Estado protege os indivíduos, mais submetidos eles ficam, de maneira a subjugarem-se também a uma opressão por parte deste. Os indivíduos ficam presos a uma “jaula de ferro”, capazes até mesmo de sacrificarem suas vidas em favor do Estado (Enriquez, 2005).

Esta dinâmica subjetiva da coletividade, compreendida na obra freudiana, traz segundo Enriquez (2005) um estofo teórico para a criação e manutenção da civilização. A partir do conhecimento do psiquismo humano, Freud conseguiu criar conhecimentos que possibilitam à psicanálise uma postura investigativa também da cultura. E com isso, podemos entender que Freud fornece um instrumento essencial para as ciências sociais. Segundo Enriquez:

O instrumento essencial é a determinação dos elementos invariantes da vida social (ex: proibição e tentação do incesto), o jogo das pulsões, o papel da pessoa central e os elementos cambiantes da dinâmica social. (Enriquez, 2005, p.169)

Este mesmo autor afirma que Freud assim o fez, mantendo-se enquanto um observador vigilante, unindo a realidade psíquica com as realidades históricas e materiais, prestando ainda a atenção nas tentativas de Deus ou do Estado de retirar dos indivíduos a sua humanidade. Assim, o autor entende que o trabalho do cientista social é

(...) compreender e interpretar uma história desordenada, administrada, em resumo, pelo diálogo conflitivo de Eros e Tânatos no qual os grupos sociais (no sentido amplo do termo) se arriscam, não sabem nunca o que devem fazer nem a significação do que fazem – uma história oscilante entre o sentido e o não-sentido e sem finalidade preestabelecida. (Enriquez, 2005, p. 169-170)

Trata-se de buscar significados para os fenômenos humanos que têm sempre uma significação para além do concreto. A teoria psicanalítica serviria, então, ao cientista social, como instrumento para entender os fenômenos humanos não compreensíveis de outra maneira. Sobre este uso da psicanálise nas ciências sociais, Rosa (2004) destaca que Lacan trouxe como conceito a psicanálise em extensão, o que a coloca submetida a um aporte teórico próprio da psicanálise, e a diferencia de uma sociologia quantitativa. Ele repensou a ordem institucional a partir de um foco teórico que visava a passagem pela castração e pelo mito edipiano, que traria elementos para pensar toda a trama social e institucional. Assim, o estudo dos fenômenos sociais receberiam um suporte psicanalítico, desde que remetidos à esta teoria de sustentação.

A análise da cultura pode ser feita aos moldes propostos por Lacan, que segundo Rosa (2004), segue a vertente do discurso, já que este produz laços sociais. Estes laços efetivados pelo discurso são definidores das diferentes maneiras de distribuição do gozo. Não se trata

aqui do discurso somente por palavras, mas aquele discurso que envolve a linguagem em toda a sua amplitude. Trata-se daquilo que faz mostrar a relação do discurso do mestre com o discurso do inconsciente, ou seja, daquilo que é esperado do sujeito diante daquilo que é viabilizado por ele e produz a condição do *mais-de-gozar*. Dessa forma, entende-se o sintoma como aquilo que escapa às possibilidades de conciliação entre o ideal social e o *real* do sujeito, isto tanto na esfera do sujeito quanto no campo do social. Nesta concepção lacaniana não há separação entre psicologia individual e coletiva, mas sintomas característicos do contexto sócio-histórico vigente (capitalismo).

Nossa pesquisa apoia-se então nestes pilares, analisando por meio da interpretação psicanalítica o discurso proferido nas entrevistas, que remete sempre ao que há de inconsciente nas relações entre os entrevistados e as instituições pesquisadas. Segundo Rosa (2004), a premissa da psicanálise é extrapolar o discurso produzido pela consciência. Há também, que se levar em consideração que neste tipo de pesquisa (a psicanalítica), o campo do saber é gerado pela verdade do sujeito, o que não garante certezas e nem generalizações. Além disso, esta autora considera que no campo de investigação o pesquisador também sofre os efeitos das descobertas. Será neste campo do discurso que a relação entre pesquisador e entrevistado propiciará a existência do sujeito lacaniano, objeto do saber que será tomado como ponto de análise.

Uma das críticas que se faz à aplicação do método psicanalítico aos fenômenos sociais, e que Rosa (2004) traz em seu artigo sobre metodologia psicanalítica, é a de que neste caso a interpretação seria aplicada em material que não é oriundo do inconsciente, já que não foi obtido por associação livre, método de investigação da psicanálise. Esta mesma autora traz a concepção de Charles Melman para ilustrar as razões pelas quais podemos entender que, mesmo não estando em situação clínica e não acessando dados por meio de associação livre, a pesquisa psicanalítica se dá por interpretação. Segundo este autor, o sintoma social é

entendido como aquilo que está nas entrelinhas de um discurso dominante presente em qualquer segmento social. Assim, Rosa (2004) defende a ideia de que são os processos sociais e particulares que determinam os sintomas característicos das formas de subjetivação presentes. Desta maneira, deve-se escutar o não dito do discurso dos sujeitos, e da mesma forma os não ditos dos enunciados sociais.

Entende-se que a psicanálise tem por método a escuta e a interpretação de um saber que advém do sujeito na relação transferencial. Dentro desta lógica de escuta dos fenômenos sociais, Rosa (2004) acrescenta que o psicanalista não aplica teorias aos fenômenos que percebe, mas sim a sua observação em interação com a teoria é que produz o objeto da pesquisa, que não é dado *a priori*, mas é produzido pela transferência. Isto porque o sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, e basta que o psicanalista abra mão do domínio da situação para que o saber do sujeito possa brotar na transferência.

Esse campo permite uma relação que estrutura a produção do saber do sujeito, desde que o psicanalista renuncie ao domínio da situação e, pontuando e interpretando, possibilite a produção de efeitos de significação no sujeito: sujeito do desejo, engendrado pela cultura, mas que, em sua condição de dividido, pode transcender o lugar em que é colocado e apontar na direção de seu desejo. (Rosa, 2004, p.343)

Para esta autora, o psicanalista deve ouvir sempre deste lugar, de uma experiência compartilhada com o outro, de uma “escuta como testemunho e resgate da memória” (Rosa, 2004, p. 344), na qual incidirão o desejo do sujeito e a resistência do psicanalista. Neste sentido, as entrevistas feitas com sujeitos vinculados a instituições podem desvelar conteúdos desconhecidos, e ter como efeito a dissolução de sintomas ou a sua denúncia no contexto institucional, já que se entende sintoma como aquilo que há de desconhecido pelo sujeito na trama institucional, embora a investigação institucional não seja o objetivo dessa dissertação.

Enfim, podemos entender que, de acordo com os autores que trouxemos para a discussão, o método psicanalítico pode ser aplicado a qualquer fenômeno humano (individual ou coletivo), de maneira que o seu objeto será sempre o inconsciente (ou o real), e sua prática se dará por intermédio da transferência.

Apoiando-se neste referencial teórico psicanalítico, foram feitas entrevistas abertas, realizadas individualmente, e que possibilitaram que os entrevistados falassem livremente sobre suas relações com as instituições envolvidas. A partir disso, estas entrevistas foram tomadas como campo de análise, por intermédio da interpretação psicanalítica dentro dos moldes propostos pelos autores aqui citados. A escolha das organizações deu-se em função da acessibilidade e da variabilidade de características, sendo que buscamos acessar três instituições diferenciadas em vários aspectos, os quais podem ser: o público alvo, o tipo de ação, a localidade onde imprimem suas ações e outras.

Além das entrevistas (gravações digitais e transcrições), utilizamos informativos, folhetos, relatórios, sites e outros documentos que as instituições puderam oferecer para a análise do discurso veiculado. Participaram da pesquisa três instituições sem fins lucrativos de Uberlândia, que serão chamadas aqui de Instituição “A”, Instituição “B” e Instituição “C”. Nelas, foram entrevistadas pessoas que ocupam diversas posições, tal como fundadores, diretores, funcionários, voluntários e beneficiários. Foram realizadas em cada instituição entrevistas com 3 ou 4 sujeitos, totalizando 11 pessoas entrevistadas.

Neste ensejo, o contato com as entrevistas foi bastante intenso e angustiante. Busquei ao longo do processo conversar com as pessoas na tentativa de fazer com que encontros frutíferos pudessem ocorrer, mas a percepção melhor a respeito do que surgia só pôde ocorrer mais intensamente no ato da transcrição das entrevistas. Estas foram minuciosamente descritas para que, no ato da repetição da escuta, a lógica do deslizamento dos significantes pudesse ser apreendida. Assim, agrupando as transcrições das entrevistas de cada instituição

puderam surgir pontos-chave do discurso, caracterizando traços, posições e lógicas discursivas comuns entre os entrevistados. A partir disso foi elaborado um texto a respeito das percepções sobre cada instituição para a posterior formalização de um texto comum a todas elas, elencando o que surgiu nesses múltiplos encontros.

Em todo este processo, o que houve de mais estimulante foi o encontro comigo mesma, pois foi a articulação entre os conteúdos das entrevistas e o que elas ressoaram em mim que possibilitou o surgimento do trabalho. Aí pude encontrar a ponte entre o social e o individual, pois percebi que o que estrutura o social está no discurso, e também em mim. Foram momentos muito angustiantes de transferência, que possibilitaram a minha implicação na pesquisa, bem como permitiram o nascedouro de um saber psicanalítico.

6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Para alcançarmos objetivo de encontrar uma possível transversalidade do discurso entre todas as instituições pesquisadas, foi necessário proceder a uma análise minuciosa de cada entrevista, agrupando-as, primeiramente, dentro da lógica de cada instituição, e somente num momento posterior relacionar e estabelecer diálogo entre os conteúdos na composição de um discurso único, cabível às três instituições.

Os procedimentos envolveram, após a realização das entrevistas, a transcrição literal de cada uma. Ao término das transcrições, foram feitas sinopses de cada entrevista realizada com os membros da Instituição “A”, levantando todos os seus pontos marcantes, considerando os temas importantes para o trabalho que puderam surgir durante as conversas. Esses pontos se referem ao modo como os sujeitos se posicionam discursivamente, do como se relacionam com a instituição, com as pessoas e consigo mesmas. Assim, a partir dessas

sinopses, pontos de relação puderam ser estabelecidos entre as entrevistas, revelando a lógica discursiva desta instituição. O que mais propiciou o surgimento desta lógica foi a criação de categorias discursivas que convergiram entre si e que estavam presentes em todas as entrevistas desta instituição. Estas categorias de convergência foram consideradas referência para possíveis pontos de divergência (aspectos que se diferenciaram entre uma entrevista e as demais), complementaridade (aspectos que não são convergentes nem divergentes, mas oferecem certo complemento às características convergentes) e sobreposição (aspectos contraditórios, mas que estiveram presentes na mesma entrevista ou instituição) entre as entrevistas da Instituição “A”, já que cada uma dessas relações exige um ponto inicial de comparação. Após vislumbrar todas essas relações possíveis entre as sinopses das entrevistas, foi elaborado um texto para descrever uma apreensão global a respeito da instituição “A”.

Esse procedimento, após alcançado seu término, se repetiu por meio do contato com as entrevistas da Instituição “B”, e, novamente, com o material da Instituição “C”, gerando um texto referente à lógica discursiva de cada instituição. As sinopses de cada entrevista se encontram em anexo (anexos 10.1, 10.2 e 10.3), e os textos que resultaram desse processo estão dispostos abaixo. Somente após a compreensão do funcionamento de cada instituição pesquisada é que poderemos relacioná-las na composição de uma lógica transversal, comum a todas elas, o que alcançaria finalmente o objetivo deste trabalho. Desta maneira, traremos aqui as três pequenas discussões sobre o que surgiu na análise das entrevistas de cada uma das instituições, para, depois, agruparmos o extrato final das apreensões numa discussão mais ampla. Vale destacar que as análises realizadas abaixo remetem a formas subjetivas de funcionamento que atravessam as instituições pesquisadas, mas não esgotam outras possibilidades de relação, e não as condenam à realização de trabalhos comprometidos ou sem valor. O que determina a qualidade do trabalho de cada uma das instituições é a forma como

se pode lidar com essas características psíquicas encontradas, que são intrínsecas a toda produção humana contemporânea, mesmo que com particularidades.

6.1. Instituição “A”

Esta instituição dedica-se aos cuidados físicos, sociais e afetivos de deficientes físicos de diversas idades. Desenvolve atividades que, segundo os entrevistados, possibilitam a melhor convivência dos portadores de deficiência física na sociedade. Ela nasceu de uma iniciativa anterior, de uma organização não governamental de atuação nacional, que instalou postos de atividades a serem desenvolvidas durante um ano, como um “projeto piloto”, de modo que, se esta experiência demonstrasse bons resultados, o trabalho seria realizado de forma definitiva na cidade. Contudo, ao final de um ano, a equipe não atingiu as metas necessárias a esse credenciamento definitivo, e todos os recursos foram retirados para o fechamento da instituição. As pessoas envolvidas, na época, se dispuseram a manter o trabalho voluntariamente, criando uma associação sem fins lucrativos para dar continuidade às atividades realizadas. Quem narra essa história é uma das pessoas entrevistadas, que participou desse processo juntamente àquela que fundou a Instituição “A” nesse período, e que já não está mais envolvida com o trabalho. Dessa época em diante, a instituição cresceu, passou a contar com parceiros locais para manter suas atividades, com uma equipe de poucos funcionários para a realização do trabalho técnico e possui uma diretoria que assume as funções administrativas voluntariamente.

Foram entrevistadas três pessoas, sendo duas delas voluntárias, parte da diretoria, atuando, respectivamente, como secretário e tesoureiro da associação; a terceira pessoa é funcionária da instituição. Almejei a realização de entrevista com um usuário dos serviços, mas isso não foi possível diante dos imprevistos que a instituição encontrou no período em que eu as realizava. A coordenação da Instituição “A” solicitara que a entrevista com o

usuário fosse feita dentro das suas dependências, mas, pela segunda vez, encontravam-se sem sede física, em função da ausência de patrocinador, o que provocava uma interrupção do trabalho e a ausência de acesso às pessoas que frequentavam as atividades oferecidas. Assim, fiquei inviabilizada de realizar a entrevista no período programado, já que não havia previsão de agendamento de um possível encontro com um usuário da instituição.

A leitura das entrevistas realizadas com os três sujeitos da Instituição “A” implicou a percepção de algumas características do discurso, que se organizam de diversas maneiras. Levando em consideração estas formas de entrelaçamento discursivo, dividiremos nossa análise em fatores de convergência, divergência, complementaridade e sobreposição. Tomando como centrais os pontos de convergência, obtivemos as seguintes características:

- 1) A crença na benignidade intrínseca às ações;
- 2) A falência do outro como sustentação da solidariedade;
- 3) A mínima diferença que sustenta a marca do poder;
- 4) A crença na harmonia social;
- 5) O esforço, a dedicação e o sacrifício em nome da ação solidária;
- 6) A onipotência revestida de humildade;
- 7) O ideal de horizontalidade das ações X hierarquização justificável;
- 8) A recusa como marca da instituição.

Esses traços, notados no discurso da instituição, levaram-nos a perceber uma posição discursiva, que chamarei aqui de “posição clivada”. Esta nomenclatura foi escolhida pelo fato de termos verificado, entrelaçado a todas as características citadas acima, o traço da recusa de todo o mal e a supervalorização da bondade. Há uma clivagem que afasta a esfera conflitiva e permite que apareça somente a harmonia. Não tratamos clivagem aqui no sentido de um mecanismo psíquico do eu, mas como um mecanismo discursivo de separação de partes de um todo, provocada pela incapacidade de mantê-las unidas. Podemos também aludir esta

“posição clivada” à ideia de alguns autores psicanalistas sobre a clivagem, como sendo um processo semelhante ao de recalçamento, com a diferença de que nela não haveria conflito, mas seria exatamente o afastamento da esfera conflitiva. Neste sentido, a “posição clivada”, aqui, será a lógica discursiva que busca maneiras e subterfúgios para manter distanciada qualquer ideia que gere desconforto ou que impossibilite a sua manutenção, num movimento de deixar de fora tudo o que seja conflitivo. Esta e todas as características citadas acima serão discutidas aqui, ponto a ponto, com o objetivo de nos levar a uma compreensão do discurso da instituição e da posição ocupada por ela e pelos sujeitos envolvidos.

Para iniciar a análise da Instituição “A”, partiremos dos pontos de convergência entre as entrevistas. O primeiro a ser explicitado aqui é o de que se faz notar a crença das pessoas na benignidade do trabalho realizado pela instituição. Entendemos, por meio do discurso, que há, de forma geral, um sentimento de que a bondade é o que move a instituição, de que a solidariedade é fundamental, e de que o trabalho individual contribui para a melhoria da vida das pessoas. Assim, parece haver uma visão de que a instituição é benéfica e essencial às pessoas que dela participam, e de que, sem os seus serviços, os beneficiários ficariam desamparados. A partir disso, surge uma satisfação pessoal diante do que é percebido como fruto do esforço individual. Essa benignidade parece ser articulada no discurso como o objeto que falta ao outro, e que pode ser oferecido pela instituição, como se ali fosse produzido algo muito precioso, necessário e desejado pelo outro.

Ao mesmo tempo, compreendemos que o que sustenta esse discurso é a falência do outro, pois, somente à medida que a ele falta algo é que se pode propiciar o apoio bondoso e necessário. No discurso dos entrevistados, aparece com frequência a ideia de que o que motiva o trabalho é o fator emocional, seja ele movido pela percepção de uma inclinação pessoal, pelo desejo de atuar em favor de uma causa justa ou pelo desejo de retribuição. O fato observado é que o elemento que une todos os fatores emocionais apontados por essas

peçoas parece relacionar-se ao estado de precariedade do outro. É este estado de falência que propicia a satisfação pessoal com o trabalho, pois é a partir dele que se pode exercer o bem. Este, para existir, precisa ser precedido de uma condição de precariedade. Assim, parece haver uma condição gozosa nessa montagem em que se pode afirmar poder com base na fraqueza alheia, tal como os trechos citados acima também evidenciam.

Essa condição gozosa fica mais clara quando se pode observar no discurso uma intenção de estabelecer a igualdade entre as pessoas participantes da instituição - sejam beneficiárias ou não dos serviços – mas, ao mesmo tempo, a aparição de elementos que fazem diferenciar aqueles que têm mais capacidade para orientar e conduzir o trabalho daqueles que ainda não conseguem ser autônomos. Um lapso na linguagem de um dos entrevistados evidencia isso com clareza: “Ele não é deficiente ou insuficiente, ele só tem algumas diferenças de nós. Isso precisa ser potencializado” (Raquel, comunicação pessoal, nove de dezembro de 2008). Mas o que precisa ser potencializado? São as capacidades dos deficientes ou as diferenças?

Melhor explicando, ora aparece a imagem de um beneficiário capaz, que pode e deve circular como qualquer um e ter as mesmas necessidades e demandas, ora aparece a descrição daquele que precisa ser orientado para chegar à autonomia, e que carrega problemas tão pesados que precisa da ajuda solidária daquele que está posto fora desse lugar falido.

Assim, notamos que é fora dessa posição de falência e de precariedade que os sujeitos que exercem a bondade se colocam. Existe uma mínima diferença, narcisicamente estabelecida, que marca essa relação gozosa e de poder - há aqueles que ajudam e aqueles que precisam ser ajudados. Há a denegação da castração institucional, e esta aparece como dona do que falta ao outro. Trata-se de um pequeno deslocamento, ofuscado no discurso da solidariedade, mas que proporciona a diferença na posição discursiva do sujeito envolvido no ato solidário, o que lhe garante a marca do poder. A diferença, nesse contexto, parece ficar

mascarada para que não se explicita a discriminação, mas, ao mesmo tempo, é sucintamente marcada como garantia de poder.

A ajuda oferecida dentro dessa lógica precisa ser cada vez mais ampliada, de maneira que o desejo de harmonização do espaço social é sempre presente, de forma idealizada. Há uma busca por uma sociedade em que o deficiente físico esteja totalmente adaptado, sem conflitos. A ideia que aparece é de sempre buscar atender mais pessoas e organizar o espaço social, o que parece gerar até mesmo uma despolitização do espaço social, em que não haveria espaço para reivindicações e descontentamento. As condições conflitivas ficam recalcadas por trás da idealização de um espaço social harmonioso. Ao que parece, o que é ruim deve ficar de fora, ser recusado. A recusa será alinhavada exatamente pelo discurso da solidariedade, que extermina qualquer possibilidade de aspectos negativos nas relações. Esta recusa do que há de maligno (o que parece relacionar-se a qualquer origem de conflito ou ambivalência) parece compor uma marca estrutural da instituição.

Até aqui, toda a articulação do discurso solidário como objeto que falta ao outro, construída exatamente como exercício gozoso de poder sobre aquele que é falido, parece trazer a benignidade como possibilidade de cindir tudo o que há de maligno, de deixar de fora outras características que não sejam a bondade e a solidariedade, como uma recusa. Como forma de ilustrar este traço da recusa ao que é ruim, podemos trazer outro ponto que converge entre as entrevistas realizadas na Instituição “A”, que é o esforço e a dedicação desmedida em prol do trabalho desenvolvido. Há até mesmo um sacrifício da vida pessoal e do trabalho remunerado em favor do exercício da bondade, deixando claro que o que sustenta o discurso é o bem. É ele que faz permanecer todas as características da instituição, todo o sacrifício, em nome de manter afastada a malignidade. A ação altruísta deve ser, acima de tudo, a mais valorizada, como um voto que afasta tudo o que há de pecaminoso (tal como nos votos religiosos de castidade, de pobreza etc).

Buscando entender melhor como é articulado o exercício da bondade, percebemos que ela se sustenta na idealização do universo social, numa busca de harmonização. Para que este objetivo seja alcançado, é necessário que os sujeitos envolvidos no ato solidário também sejam idealizados, já que precisam, sobretudo, eliminar qualquer resquício de egoísmo ou outro tipo de intenção negativa e ter “disponibilidade para fazer o bem”, como esclarece a missão da instituição. Daí, surge uma onipotência revestida de humildade, de modo que há uma descrição de quão difícil e dispendioso é o trabalho, do quanto ele é desvalorizado e sofrido, mas, ao mesmo tempo, uma exaltação de si próprio por conseguir realizá-lo. Nesse contexto, aparece a resignação por fazer um trabalho que é contrário ao que a sociedade prega, pois ele não dá lucro e não oferece conforto. O tom é sempre de muita humildade, mas há uma autoexaltação e uma aquisição de poder proveniente desse “sacrifício”, tal como se pode observar no fluxograma da instituição, em que aqueles que ocupam lugares mais altos na hierarquia são exatamente aqueles que exercem o trabalho voluntário (cuja melhor descrição se encaixa nos parâmetros da bondade e da solidariedade).

Dentro dessa lógica das hierarquias, vimos que, no discurso dos sujeitos entrevistados, apareceu como convergência uma proposta de horizontalização nas relações, combinadas a uma hierarquização justificável, como se, apesar de serem todos iguais, existem algumas pequenas diferenças que possibilitam a aquisição de uma hierarquia, mas para praticar o bem. É como se todos fossem iguais, mas uns fossem mais iguais que os outros. Essa hierarquia parece se fazer valer pelo fato de que o objetivo da instituição é harmonizar as vidas dos beneficiários, e, nesta posição, se colocam na condição daqueles que sabem o que é melhor para aquele que busca os serviços. É a instituição que potencializa o beneficiário, e, para fazer isso, justifica-se a hierarquização. A instituição assume um lugar hierarquicamente marcado, de suplência do Estado e na sistematização de saberes sobre a problemática dos beneficiários. Estes, por sua vez, se submetem a esta autoridade, para que possam galgar o caminho certo

para o desenvolvimento. Ao que parece, essa é a forma como instituição e beneficiários se relacionam: um assume a posição de autoridade, que se justifica pelo fato de tentar promover o bem-estar do outro, mesmo dentro de um discurso que prega a igualdade entre as pessoas. A benfeitoria abre exceção para a regra discursiva da igualdade. Essa característica também parece, mais uma vez, relacionar-se à condição gozosa de extrair da falência do outro um quinhão de poder e segurança, considerando sempre que até mesmo nesta justificativa se elimina o que há de hostil. Mais uma vez, podemos trazer aqui a ideia da recusa de todo o mal como marca da instituição. A agressividade e o desejo de poder não podem aparecer como traços humanos intrínsecos, mas precisam ser justificadas em nome do bem produzido.

Ao que parece, a recusa situa-se como uma posição no discurso da instituição. Considerando verdadeira a premissa de Jose Bleger (1992), de que toda instituição produz o mal que pretende combater, essa recusa aparece como marca histórica, uma vez que o trabalho surgiu dessa condição – a de uma instituição nacional que se negou a manter os serviços na cidade, e, com isso, voluntariamente, as pessoas envolvidas decidiram mantê-lo – e se manteve diante da recusa de várias fontes de apoio financeiro e prático. Ao que parece, a instituição perpetua o que ela mesmo combate: a exclusão. Ela sofre do mesmo mal, pois é sempre recusada e fica sempre no risco. Mas isso é suprimido, à medida que o discurso da força de vontade, da solidariedade e da dedicação sobressai a esta marca da recusa. Mais uma vez, o que é difícil e conflitivo fica recalcado, não podendo ser compreendido e vivido como fator humano presente, mas sendo onipotentemente enfrentado. A harmonia sempre se sobressai ao campo do conflito, num movimento de idealização e clivagem.

O campo das divergências se relaciona diretamente ao das convergências, uma vez que estas diferenciações no discurso ocorrem com relação ao que convergiu anteriormente. Nesse sentido da diferenciação, percebemos que, em alguns momentos, aparecem no discurso condições neuróticas por onde escapa alguma possibilidade de crítica ou de surgimento do

que é recalcado. Em uma das entrevistas, aparecem novos sentidos para a motivação no trabalho realizado, de modo que o fator emocional não prevalece, mas se pode fazer uma análise crítica dos pontos benéficos ou maléficos da permanência na instituição. A pessoa entrevistada tem um sentimento de gratidão e desejos positivos pela instituição, mas reconhece falhas e percebe que algumas mudanças devem ocorrer para que ela possa funcionar de uma maneira diferente.

No mesmo sentido, em divergência ao funcionamento idealizado e clivado, emerge ainda, na mesma entrevista, a percepção da igualdade subjetiva e a desmistificação das fantasias relativas às possíveis diferenças entre o deficiente e o entrevistado. Esta percepção se coloca em contradição àquela que apareceu na maior parte do tempo, em que há uma mínima diferença que sustenta a marca do poder. Nessa entrevista, aflora o desejo de mudanças institucionais e de desidealizações, de uma visão menos harmonizada e utópica da sociedade, em que se perceba a impotência para harmonizar as vidas dos beneficiários, mas a possibilidade de promover encontros. De acordo com sua fala:

A instituição é como uma passagem que as pessoas precisam. Não sei se precisam, mas acho que é rico, assim. A gente vê as histórias das pessoas, né, que acho que também, dizer assim todo mundo precisa? (...) isso ainda é um pouco contraditório, né, a gente quer a independência dessa pessoa, a gente quer a autonomia delas a autogestão e a autoanálise, mas a gente ainda tem ações que criam dependência, né. Então, nesse sentido, eu acho que o objetivo ainda tá muito no mundo das ideias e ainda não tem ações ainda concretas pra tornar consistente esse objetivo. O trabalho veio e proporcionou isso a essa pessoa e hoje ela é autônoma, ela tem uma autonomia, uma independência. Eu acho que ainda tá um pouco ambíguo. A gente propicia um pouco de independência, mas também, por outro lado, a gente é... se liga a essa

pessoa, de uma forma dependente. (Andrea, comunicação pessoal, 16 de dezembro de 2008).

Neste sentido, a entrevistada chega a uma ideia de que a instituição é vazada, ou seja, de que ela não consegue suprir as demandas, que a tentativa de alcançar a completude seria onipotente. Assim, não percebe a instituição como essencial, mas como lugar de encontro e de aproveitamento para as pessoas que podem frequentá-la. Aqui, podemos pensar em uma possibilidade de acesso à esfera conflitiva e impotente da instituição, como uma forma de aparecimento daquilo que é recalcado. Entendemos a aparição dessa única via de surgimento das dificuldades como uma fenda neurótica da instituição, que não consegue cindir totalmente, tal como num movimento psicótico, todo o mal. Há sempre pontos de ruptura com a ilusão promovida pelo recalque.

Os fatores complementares que apareceram nas entrevistas dizem respeito a algumas informações adicionais que não fizeram parte das categorias de convergência e divergência citadas anteriormente, mas, de certa forma, compõem com elas uma relação. Entre tais fatores, há a questão do compromisso como elemento de manutenção do trabalho. Este não se encaixa em nenhuma das categorias encontradas e citadas acima, mas, de certa maneira, complementa a ideia de que há de se ter honradez e fidelidade, já que o que sustenta o trabalho é a bondade. É nesta esfera da benignidade que o compromisso põe à prova os sujeitos, e os mantém vinculados, pois o abandono representaria a invasão do mal, por meio do egoísmo e da não “disponibilidade para fazer o bem”. Assim, os laços de compromisso com o trabalho solidário reaparecem aqui como um voto, que não pode ser rompido. Representaria, também, a perda de todo o poder que esse arranjo discursivo propicia.

Por outro lado, ainda com relação aos elementos complementares de análise, um dos entrevistados tem a visão de que a Instituição “A”, apesar de ter, em seus propósitos, o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários, ainda não consegue alcançá-la, pois

permanece ainda em práticas que estimulam a dependência. Sabemos que, num funcionamento narcísico, se a instituição estimular a autonomia, ela perde o sentido de existir, de modo que ela só pode contribuir para a dependência, garantindo sua própria existência. Contudo o entrevistado acredita que este é um desenvolvimento que a instituição poderá alcançar com a maturidade. Tal visão nos mostra uma busca pela autonomia, evidente na fala da pessoa entrevistada. Este parece ser, mais uma vez, um ponto de ruptura da clivagem no discurso, em que a realidade pode ser percebida em seus variados aspectos, levando em consideração os pontos conflitivos e as possibilidades de conciliação.

No que diz respeito aos pontos de sobreposição, nós os entendemos como contradições no discurso, que aparecem simultaneamente aos fatores de convergência. O primeiro destacado se relaciona à percepção de uma inércia que envolve a instituição e seus beneficiários. Este fator assoma, em meio ao discurso harmonizado, sem que seja notado como parte de uma realidade ambivalente. Ao darmos atenção a essa percepção, vemos que ela contradiz a característica de convergência da crença na harmonia social e do desejo de ampliar cada vez mais os serviços e o público usuário. Segundo dois entrevistados, há muita falta dos beneficiários nas reuniões e consultas, e não há envolvimento nas ações. Ambos entrevistados apontam também para certa apatia da equipe de funcionários no envolvimento com o trabalho. Entretanto, esses fatores não compõem a cena central do discurso, mas emergem somente como uma parte clivada da fala, sem articulação com as características de convergência, por sua vez, idealizadas e repulsivas a qualquer tipo de oposição.

Como segundo ponto de sobreposição, temos um elemento central para discussão: o apontamento para o individualismo nas ações. Uma das entrevistadas traz a questão como algo muito ruim para a instituição. A percepção é de que não há, por parte dos funcionários, sacrifício da individualidade em nome do trabalho, e ainda há boicotes e desunião do grupo. Além disso, fica latente, nas falas, a ausência de uma gestão coesa e forte que propicie a união

do grupo, deixando prevalecer as opiniões individuais – o que podemos entender como a demanda por um mestre. Esses elementos afloram como se fossem algo pecaminoso e inaceitável num local em que é necessário ter “disponibilidade para fazer o bem”. Apesar de não ter surgido como elemento de convergência, esse fator se relaciona com toda a lógica assimilada a partir dos pontos característicos listados no início desta análise. Parece adequar-se à ideia da benignidade e da harmonização do espaço social, deixando, na fresta de ruptura do discurso, o campo do incorreto, do mal e do indesejável. Assim, podemos entender que, na lógica discursiva estabelecida nessa instituição, o que é recalcado apresenta-se como algo pecaminoso.

Todos os elementos trazidos aqui parecem compor uma posição discursiva, cujas principais características são a idealização, a onipotência, o uso narcísico do outro e a clivagem. Ao que tudo indica, trata-se de uma formação subjetiva desamparada, cuja forma de proteção é a eliminação do sofrimento por meio da construção discursiva de uma “posição clivada”, em que toda a realidade se torna harmônica, os sujeitos se potencializam e o conflito é recalcado.

6.2. Instituição “B”

A Instituição “B” nasceu de uma iniciativa de cunho religioso, quando um grupo de fiéis, sustentados pela ideia cristã de que “a fé sem obras é morta”, buscou uma comunidade carente para constituir grupos de orações e discussões. A partir desses encontros, um dos participantes da igreja percebeu a necessidade de auxílio material às famílias da região e iniciou um trabalho assistencial voltado para a alimentação, moradia, saúde e educação. Deu andamento a algumas atividades de distribuição de cestas básicas e mutirões como voluntária, e essas ações foram se encorpando até que os participantes optaram por criar uma associação sem fins lucrativos, para efetivar sua atuação de forma mais sistematizada, e com a

possibilidade de buscarem verbas públicas e privadas para a implementação daquilo que passaram a almejar. Um dos participantes desse grupo inicial da igreja foi eleito presidente da Instituição “B”, e esta pessoa, a partir de então, abandonou o seu emprego para se dedicar totalmente, de forma voluntária, às ações da instituição. Desse período em diante, foram implementados serviços de auxílio à alimentação, orientações legais, marcação de consultas, encaminhamento para programas de moradia, cursos profissionalizantes, entre outras atividades que, possivelmente, surgissem como demanda. Novas pessoas foram agregando-se ao corpo da instituição, de modo que, além dos voluntários da igreja, pessoas da comunidade que já haviam passado por cursos foram assumindo funções administrativas e de apoio.

Foram feitas entrevistas com quatro dos participantes da instituição, de diversas ocupações. Um deles é o presidente, membro da igreja, presente em todo o processo inicial, que, atualmente, oferece dedicação exclusiva e voluntária à instituição. Outro entrevistado foi o tesoureiro, membro da igreja e da diretoria da instituição, que realiza o trabalho voluntariamente por meio da dedicação de poucas horas de sua semana. Os demais entrevistados são pessoas que vivem na comunidade atendida e realizam, hoje, atividades voluntárias de apoio. Uma delas fez vários cursos na Instituição “B” e, hoje, atua no atendimento de pessoas na recepção, também em tempo integral. Outra, já de certa idade e sem ocupação formal, procurou a instituição para oferecer trabalho voluntário como forma de buscar para si atividades que a auxiliassem na melhoria de um quadro de depressão. No processo da escuta, foram detectadas algumas características que convergiram no discurso de todos os entrevistados. Foram elas:

- 1) Crença na benignidade intrínseca às ações;
- 2) Falência do outro como sustentação da solidariedade;
- 3) A mínima diferença que sustenta a marca do poder;
- 4) Crença na harmonia social;

- 5) Esforço, dedicação e sacrifício em nome do trabalho;
- 6) Onipotência revestida de humildade;
- 7) Ideal de horizontalidade das relações X hierarquização justificável;
- 8) Contraposição do mundano com o divino;
- 9) Marca da instituição: os desejos materiais e pelo poder devem ser recalcados;
- 10) Masoquismo e Servidão.

Partindo desses fatores de convergência entre as entrevistas, poderemos ter uma compreensão de como se entrelaça o discurso e do que o sustenta. Deveremos considerar que a Instituição “B” é uma entidade fundada por membros de uma igreja com o objetivo de minimizar as carências das famílias da região. O trabalho é denominado por seus membros de “obra”, já que faz parte de uma prática cristã, cujo objetivo é fortalecer a fé por meio de ações. Assim, após a dedicação de pessoas da comunidade com o trabalho, a lógica das ações passaram a envolver uma separação entre pessoas de duas condições – a de ser e a de não ser membro da igreja. Esta descrição a respeito da instituição se faz necessária, para que possamos contextualizar a sua posição discursiva, pois vemos que ela tem a ver com as contraposições entre o mundano e o divino. Vemos que, de forma geral, temos nesta instituição uma “posição clivada”, tal como na instituição “A”, porém com algumas especificidades que dizem respeito à tecitura do fio discursivo (há algumas diferenças de objetivos, de público, de concepção etc). Estas particularidades serão mais bem descritas, à medida que as características forem sendo aqui discutidas.

Um dos pontos iniciais de análise foram, como na Instituição “A”, as convergências discursivas que perpassaram por todas as entrevistas. Dentre elas, detectamos a crença na benignidade das ações praticadas pela instituição. A sua prática parece ter um aspecto salvador, porquanto se aloja num bairro miserável, onde as pessoas precisam muito de ajuda ou por serem carentes de recursos materiais, ou por viverem sob a ameaça de serem

corrompidas pelo tráfico e pela ganância que leva ao roubo. Nesse sentido, a fala dos entrevistados traz a instituição como aquela que representa um oásis para as pessoas da comunidade. Tanto os membros que estão na instituição por vínculo com a igreja que lhe deu origem, quanto os voluntários que vieram da própria comunidade trazem esse discurso, sendo que os primeiros se percebem como aqueles que se ofereceram para auxiliar, e os segundos, passando pela experiência de serem salvos pela benignidade da instituição, agora, desejam ampliar a benfeitoria para outras pessoas da comunidade. Assim, a instituição é vista como aquela que traz a esperança de uma vida melhor, como a expectativa de positividade num bairro tido como extremamente violento, em que jovens são vistos como corruptíveis pelo tráfico de drogas. É perceptível a concepção de que, sem auxílio externo, esses jovens automaticamente se tornariam bandidos e corruptos, por estarem inseridos no grupo em questão. A Instituição “B” é vista como aquela que promete uma forma de vida diferente, sem violência e com possibilidades que a comunidade não conseguiria encontrar sozinha.

Sobre o segundo item de convergência, vemos que a satisfação em realizar o trabalho, de forma unânime entre os entrevistados, é apoiada por fatores afetivos, vinculados ao prazer em perceber que se pode fazer algo que se pensa que o outro é incapaz de realizar. Assim, a ideia central que permeia a manutenção e o prazer com trabalho desenvolvido pela instituição é poder oferecer ao outro algo que ele não tem, ou que ele se vê incapaz de conquistar. A impotência do outro surge como a sustentação de todas as aspirações daquele que oferece o auxílio. O trabalho só é entendido como “obra”, ou seja, como algo que seja para “servir o próximo”, se acontecer diretamente entre as pessoas da instituição e aqueles que, na condição de falidos, recebem o auxílio. Isso fica explícito quando, na entrevista com o tesoureiro, percebe-se que ele se sente à margem do trabalho, pois não lida com as pessoas atendidas pela instituição, mas com trabalho administrativo. Vemos que a concretude da ação solidária nessa

instituição parece se vincular ao contato com o outro desprovido e miserável em algum aspecto.

Esse aspecto se vincula ao terceiro, que diz respeito à mínima diferença que sustenta o poder, pois vemos que se estabelece uma diferença entre instituição e seus beneficiários. Os participantes da instituição passam a assumir uma condição menos falida do que aqueles que a procuram, no sentido de que possuem algo que o outro não tem. Trata-se de uma diferença estabelecida para a garantia de poder, mas que, ao mesmo tempo, é mascarada pelo discurso. A popularidade dos membros da instituição entre as pessoas da comunidade aparece como traço de igualdade, mas o poder é exercido à proporção que a instituição passa a diagnosticar com seus próprios critérios e escolher as famílias que mais necessitam do auxílio prestado, de forma que todas elas fiquem na dependência das escolhas da instituição. Esta passa a definir o destino de seus “beneficiários”, e nessa eventualidade, percebemos, na fala dos voluntários, que são também moradores do bairro assistido, uma diferenciação hierárquica entre ser beneficiário e ser voluntário. Esta diferença não se dá no nível financeiro, pois, como o próprio nome assinala, o trabalho realizado não é remunerado, mas a diferenciação se dá à medida que, como voluntário, uma monta de poder é adquirido. Este poder é aquele que diferencia e potencializa uns sujeitos diante da fraqueza e da falência de outros. A contraposição entre as duas falas de um dos entrevistados ilustra bem essa lógica. A primeira indica uma posição de popularidade em função de uma igualdade que se tenta estabelecer:

É o meu convívio com eles é muito bom, muito bom. Não tem ninguém aqui que fala “eu não gosto da Vandinha”, não tem ninguém aqui. Todo mundo gosta, eu tenho um relacionamento muito bom com eles. É, eu sempre chego, converso com todo mundo, cumprimento todo mundo, não sou aquela pessoa inatingível, não “ah, aquela lá você não mexe não, porque... né, é da diretoria, né, não conversa...”. Não tem nada disso

não. Aqui, a gente limpa casa, aqui a gente arruma, não tem nada não! Limpa jardim... aqui todo mundo é igual! (Vanda, comunicação pessoal, 07 de abril de 2009).

Na segunda fala, aparece o ponto de estabelecimento de diferença:

(...) pra mim é muito gratificante eu chegar aqui, por exemplo, ter uma família que precisa de ajuda, e a gente... a gente vê que aquilo é fácil pra gente, que a gente consegue aquela ajuda, a gente consegue ir até lá, falar a resposta pra ela, de tudo e... a maneira que eles recebem, a maneira assim que... coisas que se não fosse a gente era impossível, né, então, e eles recebem aquilo, o sorriso, a satisfação daquela família e tudo, é muito gratificante. (Vanda, comunicação pessoal, 07 de abril de 2009).

Nessa trama de interesses, dentro dessa lógica, de exaltar a igualdade mascarando as diferenças que garantem o poder, vão estabelecendo-se hierarquias nas formas como a instituição se relaciona com os sujeitos objetos de sua atuação. Isto nos faz remeter ao sétimo ponto de convergência listado acima, que alude à hierarquização na instituição. As diferenças mascaradas pela popularidade e pelo desprendimento dos voluntários podem ser entendidas no nível da fé, já que elas não se evidenciam no plano financeiro e material. É no plano da fé e da benignidade que as garantias de poder se fortalecem, pois assumem a liderança aqueles que são capazes de abrir mão de suas necessidades materiais e perseverarem na “obra”. Assim, devem todos ser iguais, mas, quando se trata da prática do auxílio à comunidade a hierarquia é justificada pela benignidade e pelo desprendimento da intenção voluntária.

As ações da instituição passam, assim, a ser cada vez mais ampliadas, num campo em que fé, desprendimento e benignidade se entrelaçam no discurso como formas de esconder o poder e a hierarquia adquiridos tanto no plano subjetivo (de se livrar da condição de desamparo) quanto na forma como lidam com o lugar de autoridade diante dos beneficiários. Dessa forma, vemos que existe um desejo por harmonizar a sociedade por meio das ações, pois são elas que trazem a ilusão de que a sua benignidade as justificam. Surge um desejo de

ampliar os serviços e atender cada vez mais pessoas num movimento de organização do espaço social. Como exemplo disso, percebemos, tanto nas entrevistas quanto no portfólio da instituição, a vastidão de serviços prestados ali. Quanto mais se busca a harmonização, mais igualitário fica o mundo. Há uma percepção idealizada da instituição e da sociedade, em que tudo é perfeito, não existem diferenças. A instituição é vista como a promessa de salvação do bairro e de sua violência, que fica posta como intrínseca a todos os marginalizados – a problemática do tráfico de drogas e da violência atinge as periferias num movimento de aliciamento daqueles que não possuem as mesmas possibilidades sociais que muitos outros; a Instituição “B” vem como que fazendo desaparecer essas diferenças sociais e eliminando o risco de deixar aparecer a violência.

Nessa lógica de harmonização da sociedade, também as pessoas envolvidas passam a ser idealizadas no sentido de manterem-se sempre de acordo com a benignidade da instituição. Percebemos, tal como descreve a quinta categoria apontada, o esforço, o sacrifício e a dedicação em nome do trabalho. Entre os quatro entrevistados, dois deles deixaram de trabalhar e de obter renda para se dedicarem ao trabalho da instituição. Outro dos entrevistados não trabalha atualmente, mas, em função de suas necessidades, demonstra o desejo de ser remunerado. Contudo esse desejo é descrito com muita cautela, para que não soe como ganância ou interesse secundário. O quarto entrevistado não dispõe de tempo integral para a ação, pois trabalha em uma empresa, e, por isso, sente que não faz parte da “obra”, já que exerce as funções de tesouraria em seus tempos livres. Com isso, vemos que os sujeitos envolvidos fazem sobre si mesmos uma exigência de disponibilidade e esforço independente do que se possa ganhar financeiramente com o trabalho desenvolvido na instituição.

Outra característica de convergência entre as entrevistas é percebida no discurso, e diz respeito à onipotência revestida de humildade. Há uma fala sofrida de que o trabalho não é valorizado e não recebe auxílios, e o que é feito se dá à custa do esforço de quem o propõe.

Embutida nessa ideia está a crença de que se pode abrir mão de tudo o que é mundano para realizar a missão divina, e, ainda assim, dar conta de tudo o que o mundo exige. Desse modo, todas as dificuldades enfrentadas ficam muito engrandecidas, enquanto a exaltação pelos resultados torna-se suavizada por essa renúncia pessoal. Se quem trabalha por dinheiro é materialista e quem trabalha voluntariamente tem mais caráter, surge uma humildade e uma resignação que deixa transparecer uma autoexaltação onipotente.

No oitavo item listado como ponto de convergência, temos uma característica que perpassa quase todos até aqui discutidos. Trata-se da contraposição do mundano com o divino. Em todos os itens anteriores, vemos que dinheiro e bens materiais se opõem ao desprendimento, à fé e à benignidade, e que esses fatores se entrelaçam na forma como a instituição se vincula aos beneficiários, e a como mantém o poder e a hierarquia. Essa contraposição do humano com o divino é proveniente do nascedouro religioso do discurso, em que o enfrentamento das leis dos homens para a realização de uma missão divina é o valor em questão. Assim, podemos assegurar que o trabalho é assistencial, mas o discurso permanece religioso, de uma missão cristã de auxiliar aquele que necessita. Tudo faz parte de um plano de Deus, em que se abre mão do material e mundano para ganhar em satisfação. Esta característica restritiva emerge no discurso de todos os entrevistados, num sentido de incentivar a bondade e a solidariedade e eliminar qualquer tipo de interesse material ou ganância.

Esses traços terão a ver com a marca da instituição, pois vimos que ela tem a ver com a necessidade de recalque dos interesses mundanos. Percebemos que, em todo o discurso, o dinheiro é visto como pecaminoso, enquanto prática materialista que deve ser recalçada. O ganho obtido com o trabalho é imensurável no plano financeiro. Assim, vemos as pessoas abrirem mão de sua existência material, seja pela opção de não trabalhar ou pela organização financeira restritiva, numa lógica em que o dinheiro não deve ser desfrutado, mas retido para a

manutenção de uma vida regrada, sem excessos. Esta visão fica mais clara quando percebemos, na entrevista com o tesoureiro, que ele se sente por fora do trabalho desenvolvido, já que não lida diretamente com o público na condição de igualdade entre eles, mas trabalha e é remunerado, e, além disso, na instituição, ele lida com aquilo que deve ser posto de fora – o dinheiro. Na fala de um dos voluntários da comunidade, ainda se podem notar bem os traços da resignação e da necessidade de recalque do mundano:

Sim, eu não trabalho. O meu trabalho é voluntário mesmo. Eu não quis outra ocupação não, porque as pessoas buscam trabalho assim, pra viver numa vida melhor. As pessoas hoje só têm ambição de dinheiro, e as pessoas esquecem do caráter, esquecem da comunidade, esquecem dos seus irmãos, familiares e só... Eu, na ocupação da ONG, eu já, já não viso assim o dinheiro. Ah, tem pessoas que vai trabalhar só pra juntar pra comprar uma moto, sabe. Eu não viso assim coisas materiais. Eu já viso assim um amigo, a família, o bem estar da comunidade. (Henrique, comunicação pessoal, 29 de abril de 2009).

Essa é uma particularidade da instituição, de maneira que há uma tendência a não remuneração das pessoas, e os funcionários passam a ter uma característica maligna. A benignidade está em abrir mão da remuneração, dos interesses pessoais e mundanos para que se possa alcançar a felicidade de ter uma satisfação que dinheiro nenhum consegue pagar. E o que há de mundano e maligno deve ser deixado de fora.

Como última característica de convergência, temos o masoquismo e a servidão no discurso dos entrevistados. No plano religioso, há uma entrega servil a Deus, para que se faça a sua obra, e, em nome disso, tem-se uma garantia de ganho posterior. Por outro lado, há uma entrega servil também à instituição, como aquela que pôde mudar a vida daqueles que são voluntários, e que passam a ser gratos e fiéis eternamente. O aspecto religioso faz um cruzamento com a onipotência e com o poder adquirido na diferenciação diante dos

beneficiários. A fé, a servidão e a humildade aparecem como formas ilusórias de justificar ganhos para a posteridade, mas parecem garantir, na verdade, a posição de fuga do desamparo por meio da onipotência e da aquisição de poder.

Nesse compasso, temos aqui uma lógica de diferenciação a partir do poder adquirido diante da falência do outro, com uma hierarquização justificada pela benignidade das ações, dentro de um plano em que a bondade divina deve sobrepujar tudo o que é mundano. Desse modo, o desapego material aparece como forma de manter uma proximidade que simula igualdade entre todos e, ao mesmo tempo, eleva e gradua quem servilmente se coloca à disposição do outro.

Partindo para o plano das divergências, entendendo-as como aquilo que surgiu em oposição entre os discursos dos entrevistados dessa instituição, tivemos apenas um ponto a ser discutido. Ele se refere ao item cinco da lista de itens convergentes, pois envolve o fato de que um dos entrevistados não concorda com a dedicação em tempo integral à instituição. Entre os quatro entrevistados, esse foi o único que não relatou disponibilidade total para a instituição e priorizou outros aspectos de sua vida. Trata-se do tesoureiro da instituição, que, de alguma forma, parece ser posto de fora, tal como dito anteriormente, em função de sua ligação com as questões financeiras, seja em nível pessoal, seja no âmbito da instituição. A não participação no mesmo discurso de partilha do tempo pode evidenciar a clivagem que ocorre, quando a lógica do mundano contra o divino não pode ser vivenciada por um participante, no sentido de que as não afinidades começam a se efetivar distanciando cada vez mais aquele que não se adere totalmente ao discurso.

No campo das complementaridades, surgem duas ideias que não se diferenciam no discurso, de modo geral, mas que também não são características comuns entre todos os entrevistados. São aspectos que complementam as ideias encontradas nos pontos de convergências listados acima. O primeiro deles remete-se à concepção do masoquismo e da

servidão, no sentido de haver uma posição vitimada diante daqueles que tem maior autoridade ou poder. Uma das entrevistadas se identifica com a instituição: ela está sempre presente, ajuda no que pode, mas a instituição falha com ela quando não lhe oferece os cursos que possam auxiliá-la, ou o emprego remunerado, tal como gostaria. Da mesma forma, a instituição participa no município, ajudando as pessoas “carentes” da comunidade, mas as autoridades falham com ela, pois não emitem os auxílios necessários, e a deixam na mesma posição dos “carentes”. A instituição padece do mesmo mal que a comunidade, e fica dependente e entregue às mãos de quem tem mais poder, mas, ao mesmo tempo, não consegue se desfazer desta condição, pois é ela que reafirma a posição que cinde a malignidade da potencialidade financeira.

O segundo ponto de complementaridade refere-se à marca da instituição de clivagem com o mundano. Uma das entrevistadas traz uma visão interessante da instituição: a de que ela quer ajuda para poder ajudar. A ajuda necessária é principalmente a financeira, mas esta sempre falha, pois a instituição tem dificuldades em conseguir auxílios dessa ordem seja na prefeitura, seja em empresas ou outros tipos de programas de captação de recursos. Nesse enredo, ficar sempre em dificuldade mantém o funcionamento do recalque a tudo o que é material e financeiro. Tal situação faz perpetuar a condição de divindade, já que o trabalho só pode ocorrer à custa do padecimento e do distanciamento material e do mundano. Nesse sentido, abre-se também espaço para a lógica servil e onipotente ao mesmo tempo, relacionada às categorias dois, seis e dez da lista de fatores de convergência da instituição.

Essa oscilação entre duas posições fica evidenciada em um dos aspectos de sobreposição do discurso encontrados na análise das entrevistas. Em uma delas, percebemos que o que faz uma das entrevistadas permanecer na instituição é, ao mesmo tempo, precisar das pessoas para sanar sua depressão (aplar sua falência) e se sentir bem em aplacar a falência dos outros que precisam do que ela tem para ajudar. Desse modo, ao mesmo tempo

em que ela se coloca discursivamente numa lógica servil de precisar de um outro para lhe oferecer consolo, ela também se posiciona como aquela que pode oferecê-lo, por ter aquilo que o outro não tem e de que precisa – goza com a falência do outro. Podemos frisar que essa oscilação envolve dois funcionamentos distintos, de forma que os dois são convergentes em todas as entrevistas, mas, ao mesmo tempo, sobrepõem-se formando uma lógica que se autossustenta. O gozo com a falência do outro não poderia, dentro desse discurso, justificar-se sem que houvesse o sacrifício típico da servidão. Nessa ótica, vemos que é pela sobreposição destes aspectos (“falência do outro como sustentação da solidariedade” e do “masoquismo e servidão”) que o discurso se amarra e ganha consistência.

Da mesma forma, as marcas que diferenciam e definem o poder parecem, em alguns momentos, sofrer oscilações. A instituição ora se posiciona como detentora do poder e auxilia, mas, em determinadas circunstâncias coloca-se como extremamente carente e falida diante das autoridades e financiadores potenciais. A falência financeira, como aquilo que deve ser recalado, parece ser o que evidencia a furo da instituição. Portanto, as marcas do poder não podem se dar pelo aspecto financeiro, mas pela fé e pela resignação, pois é o único fator que se pode controlar e manter na lógica discursiva.

Outro ponto de sobreposição que evidencia a dupla face do discurso diz respeito à dedicação e ao esforço dos voluntários, que, por certos instantes, não parecem tão despretensiosos. Eles demonstram grande resignação ao trabalharem sem remuneração, mas, em algumas ocasiões, mesmo que com muito cuidado e timidez, vem à tona o anseio por um dia poder receber algum tipo de emprego ou benefício a partir da instituição. Isto é dito com muito zelo, para não revelar um interesse materialista, mas somente de sobrevivência para quem já se esforçou e abriu mão de um trabalho remunerado para estar na instituição. O esforço é mais perceptível do que o desejo pela recompensa, mas este último existe e emerge, mesmo que timidamente. Este fator de sobreposição está, na verdade, em profunda

convergência com o discurso, se entendermos que os desejos mundanos aparecem tão timidamente por serem parte de algo que deve ser recalcado.

A partir desses pontos de análise, vemos que o discurso dessa instituição se amarra por oscilações que envolvem sempre o recalque do que há de mundano e material como marca da instituição. A partir disso, estabelecem-se lógicas de autoexaltação disfarçada pela dedicação e pela resignação, bem como de estabelecimento de poder encoberto pela igualdade financeira – é a ausência de dinheiro e remuneração que mascara as diferenças postas entre beneficiários e integrantes da instituição. Nessa situação, tal como no discurso da instituição “A”, temos aqui também uma “posição clivada”, em que o que rompe o funcionamento deve ser posto de fora.

6.3. Instituição “C”

A Instituição “C”, dentre as três pesquisadas, é a maior e mais bem estruturada tanto em volume de verbas e projetos executados, quanto na quantidade e qualidade de profissionais. Ela atua na área da educação, utilizando-se de uma metodologia própria de ação, coerente com todo o discurso institucional. Foi fundada por um líder que, voluntariamente, iniciou trabalhos artístico-educativos com o desejo de promover a aliança de pessoas em torno do que as motivava. Unindo-se a uma pessoa próxima, passou a inserir tais ações no contexto escolar, vinculando-as a uma empresa, que passou a oferecer recursos materiais para a realização do trabalho, como ajuda de custo. Nesse período, essas duas pessoas tinham seus empregos e dedicavam-se às atividades da futura Instituição “C” nos finais de semana. Com o passar do tempo, novos amigos agregaram-se aos ideais de sociedade que norteavam as ações, o grupo foi ganhando espaço e consolidando suas ações por meio da formação dirigida dos envolvidos, até que, numa determinada ocasião, consolidaram-se novas formas de captação de renda e constituiu-se uma associação

devidamente registrada e independente. Nesse momento é que os membros passaram a ter a instituição “C” como profissão e meio de vida. Até então, todos se envolveram com a “causa” por fatores emotivos, vinculados ao prazer e aos ideais de sociedade que almejavam. Investiram nessa ideia e, atualmente, são treze os profissionais que trabalham com vínculo direto com a Instituição “C”. O nascimento e a atuação da instituição têm a ver com a proposta de envolvimento com o prazer e com a sensibilização das pessoas diante de si mesmas. Assim, todos os membros do grupo parecem ter um vínculo afetivo profundo com esses parâmetros, o que os leva a uma atividade visivelmente apaixonada e apaixonante.

Desse grupo de pessoas, foram entrevistados: o líder e fundador da instituição; a pessoa que é considerada a segunda mentora do grupo, por ter sido quem primeiro uniu-se ao fundador e complementou a configuração da proposta; duas coordenadoras de diferentes setores, que iniciaram a sua participação no grupo quando eram ainda crianças. Por intermédio dessas quatro entrevistas realizadas com diferentes pessoas vinculadas a essa instituição, pudemos abstrair formas particulares de funcionamento, que serão descritas aqui tal como nas instituições anteriores, partindo de pontos de convergências e divergências entre as entrevistas, bem como de aspectos de complementaridade e sobreposição entre elas mesmas. Os pontos de convergência encontrados foram os seguintes:

- 1) Crença na benignidade intrínseca às ações;
- 2) Identificação maciça com a missão e com o discurso institucionais;
- 3) Idealização da instituição;
- 4) Militância;
- 5) Oscilação entre a crença na harmonia social e o enfrentamento da realidade conflitante;
- 6) Envolvimento com o trabalho por motivos afetivos;
- 7) Esforço, dedicação e sacrifício em nome do trabalho;

8) Relações de poder por meio da instituição;

9) Marca histórica da instituição: contraposição entre “fazer por prazer” e “resignação em nome do ideal”;

10) Onipotência revestida de humildade.

Nessa instituição, mediante a análise das entrevistas, pudemos perceber, mesmo que com maior dificuldade, a “posição clivada” que encontramos nas demais instituições. Aqui, o conflito aparece em algumas circunstâncias, mas de maneira despercebida, recalcada pelos entrevistados. Há uma busca por ideais por meio de uma militância técnica e teoricamente embasada, porém, ao mesmo tempo idealizada, em certas ocasiões, na criação de um discurso muito coerente, bem articulado e cativante. Assim, notamos que existe um conflito doloroso no discurso da Instituição “C”, mas que fica totalmente escondido, como forma sintomática de se manter íntegro diante da condição desamparada que fica à beira da percepção. Podemos manter a ideia de que a posição discursiva é também, na Instituição “C”, de clivagem.

Para explorar melhor essas ideias, iniciemos pelo detalhamento dos pontos de convergência encontrados entre as entrevistas. O primeiro deles se refere à crença na benignidade das ações realizadas pela instituição. Vimos que há, de forma geral, uma concepção de que a Instituição “C” é provocadora de transformações e benfeitorias a todos os que por ela passaram, no sentido de que o trabalho é justificado em função do desejo de partilhar com outras pessoas as benfeitorias que os próprios participantes já receberam. Todos os entrevistados consideram a causa da instituição muito nobre, capaz de mobilizar pessoas, de modo que, a partir disso, há o desejo de partilha e de retribuição das benfeitorias recebidas ou adquiridas.

Nessa perspectiva, o ímpeto é sempre o de promover o bem, espalhá-lo para a maior quantidade de pessoas possível, de modo que passa a haver uma “cegueira” a respeito dos aspectos negativos do mundo, como se houvesse a necessidade de silenciar todo o mal. Dessa

maneira, a instituição é entendida como aquela que promove o bem e, como tal, assume o lugar de quem tem algo a oferecer, e o outro, por consequência, fica no lugar de quem não tem nada a dizer ou contribuir, na ausência da possibilidade de participar e criar. É nesse sentido que podemos entender que a crença na benfeitoria das ações da instituição pode carregar em si uma parcela de ilusão somada a um tanto de onipotência castradora.

Um dos pontos que evidenciam essa grande mobilização em prol dos benefícios que a instituição gera é a forma como seus participantes se vinculam a ela. A crença na bondade das premissas da instituição é tão intensa, que promove uma identificação maciça dos seus participantes com a sua missão, bem como com o seu discurso. Há uma unidade na fala dos entrevistados que mostra a coerência e a solidez das propostas da instituição, e da consequente fusão entre os objetivos, ideias e processos de desenvolvimento das pessoas entrevistadas e estes mesmos aspectos da instituição. Isto fica expresso quando o fundador fala da sua “vocação” pessoal, e a iguala à “vocação” da Instituição “C”, da mesma forma que considera o seu desenvolvimento pessoal como sendo o desenvolvimento da instituição. Percebemos isso também quando outros entrevistados versam da igualdade dos ideais pessoais e dos ideais da instituição.

Nesse sentido, pessoas e instituição se confundem de modo que os entrevistados percebam seus objetivos e habilidades como sendo os mesmos da instituição, o que mostra um processo de fusão, tal como apontou Freud em *Psicologia das Massas e Análise do Ego* (1921), discorrendo sobre os processos de identificação no funcionamento grupal, com destaque para o papel do líder. Tal como ele descreve, há uma introjeção da instituição e de seu líder como ideal do ego pelos membros do grupo, e uma identificação entre eles que confere unidade e fidelidade à instituição. Isto pode ser entendido como um processo em que o líder e fundador estabelece parâmetros discursivos para os demais que os seguem, utilizando

o mesmo padrão de vocabulário, de formação universitária (dos quatro entrevistados, o líder e outros dois têm a mesma formação), de estilo de vida e de estética.

Esse aspecto da identificação se relaciona intimamente com a idealização da instituição, que identificamos, também, como convergência entre todas as entrevistas. Há uma ideia de que o trabalho e a filosofia do grupo são fortes o suficiente para dar conta de todas as contradições sociais. As pessoas parecem se agrupar em torno do líder, que possui os ideais e crenças que alimentam os participantes, de modo que todos, reunidos, passem a se mobilizar em torno de uma causa comum, da qual lançam mão fazendo os sacrifícios necessários para manterem o trabalho. Surgem, nas entrevistas, palavras como “grandeza”, “nobreza”, “beleza” para qualificar a proposta da instituição como sendo aquela que possibilita “transformação” (palavra citada em todas as entrevistas). É como se o ideal da instituição fosse sagrado e exigisse de todos à sua volta o máximo de dedicação, sacrifícios e fidelidade por ser muito grandioso e digno. Esta idealização promove o que discutíamos anteriormente sobre a fusão dos entrevistados com a instituição, uma vez que os sujeitos passam a se identificar com aquilo que vem de um líder.

A partir dessa identificação maciça e da idealização da instituição, notamos que o discurso assume um tom de militância, com a organização das ações em prol de alcançar os ideais de sociedade que orientam a instituição e seus participantes. Dessa forma, surge o desejo de intervir junto aos poderes públicos e à conjuntura política e econômica para reduzir os danos e promover melhorias sociais. Resumindo esta concepção, vemos que há um engajamento social e também para com a instituição, embasado em pressupostos teóricos fortes, que pressupõem uma análise realista da conjuntura mundial, combinada a fatores ingênuos provenientes do desejo de mudança.

Esse fator de militância se relaciona intimamente com a quinta categoria descrita entre os pontos de convergência da instituição, que se refere à posição de oscilação entre a crença

na harmonia social e o enfrentamento da realidade conflitante. Por um lado, há a noção de um mundo globalizado, neoliberal e pleno de contradições sociais, cujas problemáticas são complexas e não permitem soluções alcançáveis. Por outro, cria-se um discurso contagiante e harmônico pelo qual todas essas problemáticas passam a se minimizar diante da beleza da vida, das pessoas e dos inter-relacionamentos. Isto fica muito claro, quando o líder expõe sobre as suas críticas ao discurso do “desenvolvimento sustentável”. Ele mesmo afirma a falência desse discurso diante da impossibilidade de assimilar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social e com a preservação do meio ambiente (esta é a proposta do desenvolvimento sustentável), pois o mercado, nitidamente, assume a hegemonia perante os demais, de modo que fique impossível alcançarmos o equilíbrio entre esses três aspectos. Desse modo, ele assegura a impossibilidade de transformar o mundo de maneira global sem iniciativas mundiais que propiciem isso. Ao mesmo tempo em que ele expressa essa descrença na atuação do terceiro setor como atuante nessa área, na sequência, ele reforça seus conflitos a esse respeito, e, de repente, se vê referindo-se às grandes melhorias que a Instituição “C” já promoveu, não só para pessoas que participaram diretamente de algum trabalho, mas de muitas outras que a ele tiveram acesso por meio de materiais produzidos pelo grupo. Desse modo, parece evadir de uma lógica que remete à impotência para encontrar abrigo numa fala de esperança. Nessa exposição, ele propõe uma saída local que, apesar de limitada, é possível. Contudo esta saída fica também idealizada e desconectada com o discurso anterior, já que amplia o alcance das ações e elimina as limitações na composição de um discurso harmônico e belo. O conflito parece estar exatamente no aspecto que remete à idealização, pois ele não parece permitir possibilidades menos ousadas, de modo que, mesmo sabendo das limitações de ação, o discurso é de que a Instituição “C” pode promover mudança plena em intensidade e ampla em alcance.

A partir desse conflito visível do líder, entende-se haver um salto para uma proposta que não fique subestimada diante dos parâmetros ideais. Criam-se uma pedagogia e uma forma de ação que pressupõem o reconhecimento e o contato com as maravilhas do mundo, bem como com a beleza do ser humano, sendo que por meio dessa forma de ação, poderia ser possível apaziguar os conflitos existentes. O discurso da instituição vem como uma formação de compromisso nesse contexto em que a esfera conflitiva da realidade social não pode ser enfrentada. A instituição cria essa identidade discursiva como uma saída para a contraposição entre o desejo e a realidade frustrante, de modo que essa invenção venha salvar esses sujeitos da condição desamparada, bem como manter viva a instituição. A partir dessa lógica, regida por um significante que dá origem ao nome, à identidade visual e à filosofia de ação, a instituição assume uma posição clivada diante da realidade, da negação do conflito e de apaziguamento por meio da criação de uma realidade harmônica.

Como percebemos pelos pontos levantados até aqui para a discussão, o envolvimento dos participantes com a instituição se dá de maneira emocional, promovida pelas identificações e idealizações que circundam o grupo. A isso se somam outros fatores, tais como a origem da instituição, que se relaciona às ações de dois amigos em busca de melhorias sociais, que foram envolvendo outras pessoas e ampliando cada vez mais algo que se multiplica em nome do bem. Nesse sentido, é comum, entre todos os entrevistados, a postura de que mais se ganha do que se oferece, e de que muita satisfação é retirada do trabalho. Portanto, podemos asseverar que a manutenção das ações da instituição se dá em função das identificações e idealizações dos sujeitos participantes, o que promove grande fidelidade em nome da manutenção de um discurso, que, emocionalmente, funciona como saída para o desamparo e para o conflito.

Em decorrência dessa importância que assume a instituição no funcionamento psíquico desses sujeitos, cria-se uma esfera de grande dedicação e esforço em torno de todas

as realizações da instituição. No início das ações, as pessoas trabalhavam voluntariamente em prol da causa, e hoje são remuneradas para que possam ter dedicação integral e propiciar melhores condições de intervenção. Em cada um dos entrevistados, puderam ser notados esforços dedicados. Nesse contexto, nas histórias pessoais de cada entrevistado, percebe-se certa porção de sacrifício pessoal, financeiro, familiar e social em nome da causa, pois é ela que garante a integração psíquica necessária diante dos conflitos. Podemos afirmar que todo o sacrifício necessário em nome da instituição será válido, já que, identificados com ela, os sujeitos exigem entre si a coesão daquilo que garante a sustentação da postura apaziguadora.

Além da possibilidade de promover a confortável clivagem do conflito, a filosofia da instituição parece propiciar também uma possibilidade de empoderamento aos sujeitos a ela vinculados. Como em qualquer discurso, as relações de poder estão aqui presentes, e são articuladas de maneiras diversas em situações variadas. Contudo, em um de seus aspectos, a colagem dos sujeitos aos objetivos da instituição parece permitir maior poder de ação, de modo que, apropriando-se do discurso institucional, há um empoderamento que proporciona maior força a esses sujeitos. Em consequência, a colagem passa a se justificar também pela potencialidade que ela confere. Isto se percebe pelo fato de que, em todas as entrevistas, há o destaque para as intenções pessoais e para o fato de que a instituição é que permite o alcance efetivo de todas elas, de forma eficiente, rápida e flexível. Nesse sentido, podemos entender que a Instituição “C” se torna um aparato que viabiliza a realização dos ideais do grupo e, nesse lugar, se constitui como uma criação protetora de suas ilusões e idealizações.

Agregado a tal aspecto, temos um ponto também importante a ser destacado, pois diz respeito às formas como esses benefícios trazidos pela instituição aos sujeitos são articulados na sua conduta. Trata-se do décimo item na lista de categorias de convergência, que remete a certa onipotência em realizar tantas ações de maneira tão eficaz, disfarçada pela exposição resignada e humilde das descrições de todas as dificuldades e empecilhos que a instituição

traz consigo. Há sacrifício de todos em nome da instituição, de forma que cada um descreve como foi necessário abandonar as funções prazerosas de origem para atuarem em setores mais administrativos, à medida que a instituição foi crescendo e exigindo maior investimento em questões legais, burocráticas e teóricas. Assim, todos descrevem o esforço como algo difícil, mas, ao mesmo tempo, como sendo o que permite a competência na atuação, e, em decorrência disso, surge uma disfarçada autoexaltação pela capacidade de sobreposição às dificuldades e pelas tantas habilidades adquiridas ao longo do percurso pelos entrevistados. Isto pode ser mais bem compreendido, quando trazemos a fala de um deles, que traduz bem esse sentimento comum percebido nas entrevistas. Essa pessoa coloca a dificuldade de se trabalhar no terceiro setor, da estrutura que não favorece as ações, da necessidade de fazer grandes mobilizações e da impressão de que estão “remando contra a maré”, mas, ainda assim, apesar de tantas dificuldades, manifesta satisfação com os resultados do trabalho.

Como último ponto de convergência, podemos citar o que foi entendido como marca histórica da instituição, e que se relaciona a todos os mecanismos descritos até aqui. O que parece fundar esta instituição, tal como já dito anteriormente, é uma forte identificação e a idealização como formas de manter a clivagem do conflito e o empoderamento que propicia a manutenção das ilusões sobre a sociedade e sobre a capacidade de intervenção benéfica no mundo. Assim, criam um discurso harmônico de encantamento com o mundo e de grandes possibilidades de mudanças a partir da sensibilização de pessoas em prol de uma causa. Em nome de perpetuarem esse trabalho, toda dedicação foi extraída de seus participantes e, como expúnhamos anteriormente, muitos sacrifícios foram feitos por eles no que diz respeito às suas funções. No início das ações, cada um dos entrevistados se envolveu com a instituição pela sensibilização com a causa, que é das belezas e do prazer que a vida pode proporcionar. Isto é justamente o que desejam reproduzir em cada pessoa que participa das ações da instituição. Desse modo, entendemos que todo o discurso harmônico justifica a adesão de

peças a uma lógica alegre e prazerosa de ver a vida, em algumas circunstâncias até mesmo contagiante. Em paralelo a essa sensibilização comum a todos os entrevistados, do “fazer pelo prazer” que os mobilizou a estar na instituição, inferimos que, ao longo do percurso histórico do trabalho, muitas atribuições distantes desse modo de funcionamento foram agregadas às suas funções, e essas pessoas se distanciaram daquilo que gostavam de fazer na origem do trabalho. Atualmente, os entrevistados não atuam naquilo que os cativou, e, de certa forma, manifestam uma certa resignação em nome do ideal, pois eles dizem abrir mão daquilo que era extremamente prazeroso para se sacrificarem em prol da manutenção da instituição. Nesse sentido, vemos que, se a Instituição “C” quer contagiar pessoas com a alegria e com o prazer de perceber o mundo de uma forma diferente, ao contrário, lavam-nos a sofrer daquilo que combatem, já que os entrevistados demonstram certo descontentamento em não mais lidar com aquilo que lhes era prazeroso. Dizem sentir-se felizes com o conhecimento de que, mesmo não podendo mais estar atuando em suas áreas de origem, estão propiciando isso a muitas outras pessoas. Nesse caso, vemos que a marca histórica da instituição tem a ver com a impossibilidade de viver aquilo que pregam como “causa”.

Partindo para os pontos de divergência entre as entrevistas, vimos que apenas um dos entrevistados não demonstra o mesmo caráter de militância como desejo de transformação da sociedade e do mundo, mas justifica sua vinculação ao grupo somente pelo desejo de partilhar com outras pessoas as transformações que ele pôde sofrer em sua vida. Na entrevista, ele refere que o desejo por realizar o trabalho é simplesmente porque ele não consegue sair dessa lógica, pois ela tem a ver com sua vida, e, por isso, quer deixar essas marcas para outras pessoas.

Da mesma forma, essa mesma pessoa desmistifica parcialmente a idealização da instituição como um grupo unido em prol dos mesmos objetivos. Deixa claro que, apesar do prazer que a instituição proporcionou inicialmente, a orientação de sua formação exigiu

privações para que pudesse ser direcionada aos objetivos da instituição. Assim, ela traz a dimensão do sacrifício e do sofrimento que a participação desse grupo embute, o que, entre os outros entrevistados, fica à margem, como se as renúncias não limitassem suas vidas e não implicassem sofrimento. Esse entrevistado revela em seu depoimento que, em certas ocasiões, ele fica muito cansado, e passa por sua mente desistir do trabalho, em função das dificuldades que existem no relacionamento com as pessoas e dos sacrifícios que ele tem que fazer em nome da instituição. Vai trazendo, então, vários dados sobre a realidade do trabalho, das resistências que encontram, de colegas que desistem do trabalho e saem da instituição, das burocracias, da monotonia de algumas tarefas, da impotência que fica evidenciada em algumas circunstâncias e das dificuldades. Conta que o que o faz ficar são pequenos momentos que lhe proporcionam felicidade, e o cativam. Com isso, traz aspectos não idealizados, de um grupo que se desfaz, que sofre com a partida das pessoas, dos momentos difíceis, dos conflitos. Nessa entrevista, o sofrimento aparece com maior clareza, em detrimento da imagem idealizada do grupo. Nesse caso, podemos entender que é justamente no ponto onde pode surgir a angústia que podemos observar a formação de compromisso que representa o discurso da instituição. Quando esse entrevistado adere menos intensamente a essa postura, aproxima-se a possibilidade de surgir o conflito, que fica clivado nos demais. Entendemos essa entrevista como divergente em alguns aspectos, mesmo que ainda exista coesão com o discurso da instituição.

No que se refere a possíveis complementaridades, tomamos as relações de poder como ponto de reflexão. Vimos que a instituição, em alguns momentos, estabelece relações de poder em que se garante potente com relação a outras pessoas ou instituições. Contudo há que se destacar aqui que não se trata de uma instituição que permanece na posição de exercício gozoso de poder, mas que tem a possibilidade de atuar democraticamente na maior parte de suas ações, buscando continuamente o aval de instituições e de sujeitos para a participação em

projetos e atividades, guiados sempre pelo desejo de cada um. Portanto, quando falamos do empoderamento que a instituição oferece aos seus participantes na atuação em busca de seus objetivos pessoais, não nos referimos a uma relação de poder prevalentemente abusiva, mas circunstancialmente potencializada em favor de um dos aspectos relacionais, de modo que, nos demais, parece haver uma ligação de poder democraticamente estabelecida. Podemos supor isso pelo fato de, em várias entrevistas, termos notado a presença de uma metodologia democrática de trabalho, tal como na realização de oficinas somente com aqueles que se dispuserem a isso e na definição das ações do grupo por meio da consulta e discussão coletivas.

Ainda como ponto complementar para discussão, podemos nos remeter à idealização e identificação com o líder da instituição. Essa ideia complementa aquela que se refere à idealização e identificação com a instituição, mas queremos aqui frisar a relação que pôde ser percebida entre o líder do grupo e os demais entrevistados, durante as entrevistas. Ele parece exercer um papel importante de liderança do grupo, pois se expressa por um discurso forte, uma trajetória militante e de esforços, de modo que parece definir parâmetros discursivos para todos os demais. Isto é verificado pela homogeneidade nas falas dos entrevistados, de modo que todos trazem a mesma ideia de sensibilização pelo belo e multiplicação desse encantamento, numa postura em que, em alguns momentos, até mesmo as palavras escolhidas coincidem.

Ao mesmo tempo, enquanto todos se mantêm na esfera da resignação e do sacrifício dos prazeres oferecidos por suas funções originais em prol da realização das atividades burocráticas que a instituição exige, o líder parece gozar, atualmente, de situações privilegiadas de contato com seus dons artísticos e com suas habilidades pessoais. Verificamos que esse líder ocupa uma posição privilegiada entre o grupo, pois pode acessar aquilo de que os demais devem abrir mão, e, além disso, estabelece padrões de conduta e de

identificação para o grupo. Diante disso, podemos entender que os processos de identificação aqui são muito semelhantes ao que Freud propôs em *Psicologia das Massas e Análise do Ego* (1921), em que os iguais se identificam entre si, à imagem e semelhança de um líder introjetado como ideal de ego, que detém todo o poder e oferece proteção amando a todos igualmente.

Como único ponto de sobreposição no discurso, foi notada a contraposição de aspectos que fundam o funcionamento da Instituição “C”. Dentre todas as instituições pesquisadas, esta é a que se destaca por um caráter teórico, técnico e profissional mais denso e mais bem sustentado. Contudo, ao que parece, é a que constitui uma posição mais densamente banhada por fatores afetivos, pois vemos que a intensidade da idealização e das identificações agregam um caráter extremamente defensivo. Pode ser que essa sobreposição seja a forma possível de articular o discurso da instituição, pois a exacerbação de harmonia parece estar a favor da suplantação do forte conflito que emerge no plano intelectual.

Poderemos partir para um entendimento global dos mecanismos dessa instituição. Vimos que há um conflito importante no cerne das subjetividades de seus participantes, que é manipulado e escondido por um discurso muito coeso e harmônico, que supõe o fim da conflitiva. Dessa forma, em torno desse enredo, o grupo se identifica e idealiza tanto a instituição quanto o seu líder, ficando numa posição militante e, ao mesmo tempo, de oscilação entre a crença na harmonia social e o enfrentamento da realidade conflitante, contando, porém, com a potencialização que a instituição pode trazer para a manutenção de suas ilusões. Nesse contexto, a resignação em nome da instituição denota-se como um componente importante de manutenção da dinâmica do grupo, que, como podemos verificar, é também “clivada”.

7. DISCUSSÃO

A partir das descrições a respeito de cada instituição e de suas formas de funcionamento, foram percebidos fatores em comum, de modo que buscaremos elaborar uma discussão a respeito do que pode constituir a lógica discursiva solidária, ao menos no que se refere às instituições pesquisadas neste trabalho. Muitas das características listadas nas descrições de cada uma das instituições coincidiram ou assemelharam-se, de modo que empreenderemos, aqui, um processo de aproximar os sentidos, sintetizando formas amplas de manutenção do discurso solidário.

Entendemos que as muitas lógicas discursivas encontradas na análise das entrevistas nos levaram a formas institucionais de funcionamento. Sabemos que instituição alguma, bem como sujeito algum, escapa às tramas inconscientes, às contradições e às formas esquivas de manutenção de gozo. Além disso, temos consciência de que esses traços se repetem nas relações institucionais, mas não eliminam as possibilidades de existência de outros recursos construtivos que deem amparo e possibilidades de criação de novas formas de relacionamentos que propiciem a subjetivação.

A partir da análise do funcionamento de cada instituição, constatamos que quatro grandes traços atravessam o discurso de todas elas. São eles: 1) a idealização, 2) a clivagem narcísica, 3) a onipotência e o desamparo e 4) a entrega masoquista. Esses traços foram entendidos como modos comuns, entre as instituições pesquisadas, de manejo subjetivo diante do desamparo, e parecem relacionar-se com todas as demais características presentes em cada uma. Iniciaremos a discussão pela sintetização de cada um desses mecanismos para, depois, nos atermos ao seu entrelaçamento.

Idealização

Haverá paradeiro para o nosso desejo
Dentro ou fora de um vício
Uns preferem dinheiro
Outros querem um passeio perto do precipício
Haverá paraíso
Sem perder o juízo e sem morrer
Haverá pára-raio
Para o nosso desmaio
Num momento preciso
Uns vão de pára-quedas
Outros juntam moedas antes do prejuízo
Num momento propício
Haverá paradeiro para isso?
Haverá paradeiro
Para o nosso desejo
Dentro ou fora de nós?
Haverá paraíso
 (Arnaldo Antunes)

Haverá Paraíso? Qual será o paradeiro para o nosso desejo de completude e de alcance dos ideais imaginários? Talvez este seja um dos principais pontos de formação da lógica solidária encontrada nas instituições pesquisadas: a busca por formas de alcançar uma realidade ideal, completa, sem contradições ou falhas. Isso parece estar articulado a um funcionamento em que não se pode entrar em contato com o mundo conflituoso, contraditório e sem soluções simples, mas faz-se necessária a criação de uma ordem harmoniosa para todas as coisas. Durante a leitura das entrevistas e dos textos elaborados para cada instituição, ficou claro que esse é um mecanismo comumente utilizado como modo de fuga do desamparo, como busca incansável por uma condição ideal de vida, na impossibilidade de entrar em contato com o que há de falho.

Esse processo pôde ficar mais nítido quando analisamos o modo de funcionamento da Instituição “C”, tomando por referência o conceito de identificação desenvolvido por Freud (1921) em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. Nessa instituição, tomamos conhecimento de um líder assumindo o lugar de ideal do eu, como aquele que representa todo o ideal individual proveniente do narcisismo primário e que não pôde ser sustentado pelo ego, sendo projetado como parte de si inalcançada e amada. Amar esse eu inatingível dá origem às

identificações, que, nesse contexto, não podem deixar de ser idealizadas, já que remetem ao ideal do eu. Dessa forma, vimos na Instituição “C” que seus membros se identificam entre si, espelhados no líder, num processo de idealização também da instituição como aquela que possibilita grandes ações e transformações. Nesse processo em que se idealiza o outro, os sujeitos são levados também idealizar a si mesmos, de modo que seus funcionamentos não possam contradizer aos parâmetros ideais narcísicos. Este movimento remete-nos aos conceitos de introjeção e incorporação discutidos por Maia (2003), se assimilarmos essa identificação maciça com o líder com o processo de incorporação. Neste processo, na ausência do objeto perdido, os sujeitos o incorporam como forma de manter vivo dentro de si aquilo que foi perdido. Mas esse objeto é vinculado ao Eu Ideal, que o sujeito passa a buscar, ficando impedido de sair do narcisismo para a procura altruísta pelo Ideal do Eu. Este funcionamento, típico na contemporaneidade, fica evidente nas idealizações que ocorrem na instituição, por se dar entre seus membros com relação ao líder e à instituição, mas também parecem ocorrer nas demais instituições, uma vez que a incorporação do bem aparece em evidência, como forma de fazer exaltar o objeto ideal perdido. Este parece ser o ensejo explícito na música citada como epígrafe, de modo que, de alguma maneira, parece existir a necessidade de procurar pelo objeto perdido, o que aqui, no caso das instituições pesquisadas, parece se dar por meio da idealização das formas de vida.

Essa forma subjetiva de funcionar foi observada em todas as instituições pesquisadas, mesmo que não tenha sido de forma tão intensa, nesse processo de identificação maciça com o líder, tal como na Instituição “C”. Foi comum, entre todas elas, a crença no ideal de harmonia social, num desejo de ampliar sempre as ações em busca de um mundo melhor, em que não haja qualquer tipo de sofrimento. Nessa situação, todos os esforços são despendidos em nome do alcance dessa realidade inalcançável. Passa-se a uma ilusão em que, a partir da idealização de si mesmo, no sentido de crer na onipotência e na autocapacidade de promover

mudanças, se pode um dia alcançar o mundo internalizado como ideal narcísico. Podemos entender aqui esse parâmetro da idealização como o processo de busca pelo Eu ideal, preso às malhas narcísicas, tal como descreve Maia (2003), na qual o sujeito fica impedido de se desprender desses ideais como forma de se proteger da experiência esmagadora de angústia relacionada ao trauma.

As ações passam a constituir-se como caminho constante e incansável por aquilo que é almejado. Não se trata ingenuamente do desejo de mudar todo o mundo, mas de constituir um discurso sem falhas, que consiga abarcar o sofrimento das pessoas, na crença de que é possível suprir a falta do outro. Essa crença é que parece ser o maior fruto da idealização: a de que se pode transformar a vida do outro alcançando para ele e para si mesmo os ideais impostos narcisicamente.

Vemos que a busca é pelo paraíso, pelo mundo ideal, que promete uma condição menos desamparada ao sujeito. Isto nos remete às questões trazidas por Freud em *Mal estar na Civilização* (1930) e *Psicologia de Grupo e Análise do Eu* (1921), também amplamente discutidas por Birman (2006). O enfrentamento do desamparo constitutivo, da renúncia pulsional e da insegurança na distribuição do gozo diante da ausência de um soberano que garanta ao sujeito proteção, faz-nos confrontar com formas de subjetivação que visam aplacar o contato com a dor e a procura por mecanismos de fuga. Discutimos, no decorrer do trabalho, a hipótese de que o discurso solidário poderia constituir-se como um mecanismo de afastamento da condição desamparada por meio da idealização de um mundo eminentemente bom e de sujeitos que, potencializados, empenhar-se-iam em promover um mundo melhor e sem dores. Mas “haverá paraíso sem perder o juízo e sem morrer”? Esta parece ser a lógica notada aqui: a de que se criam ilusões e para que se possa sonhar com a possibilidade de alcance do tão desejado “paraíso”.

Considerando que há uma insistência dos mecanismos de idealização, entenderemos que este é um traço marcante que sustenta a lógica discursiva das instituições pesquisadas. Vemos, também, que ela refere-se a um processo narcísico, que motiva e dá origem aos demais mecanismos de fuga da condição desamparada. Esse processo parece estar intimamente relacionado ao próximo a ser discutido, como destaca Maia (2003), ao descrever o processo de incorporação do objeto perdido como propício para o desenvolvimento do mecanismo da clivagem narcísica.

Clivagem Narcísica

*A poesia prevalece!!!
O primeiro senso é a fuga.
Bom...
Na verdade é o medo.
Daí então a fuga.
Evoca-se na sombra uma inquietude
uma alteridade disfarçada...
Inquilina de todos nossos riscos...
A juventude plena e sem planos... se esvai
O parto ocorre. Parto-me.
(...)
E a tensão que parecia não passar,
“O ser vil que passou pra servir...
Pra discernir...”
Pra pontuar o tom.
Movimento, som
Toda terra que devo doar!
Todo voto que devo parir
Não dever ao devir
Não deixar escoar a dor!
Nunca deixar de ouvir...
com outros olhos!
(O teatro Mágico)*

Todos os mecanismos discutidos aqui são sustentáveis como formas possíveis de manter vivo o psiquismo diante da condição desamparada que os sujeitos enfrentam. Da mesma maneira, a clivagem presente na lógica discursiva das entidades pesquisadas emerge como a maneira de manter afastado todo o conflito que concerne ao desamparo. Nesta condição, diante de algo disruptivo e ameaçador, parece não haver saídas para a conciliação,

mas para o afastamento. Mais uma vez, destacamos, aqui, que não se trata da clivagem como mecanismo de defesa do ego, mas como uma ferramenta discursiva de afastar todo o mal e tudo o que é conflituoso, sem a imposição do sofrimento.

O conceito de clivagem narcísica foi aludido aqui por um motivo importante, que diz respeito à sua condição de não infringir sofrimento ao sujeito. Foi nesse sentido que Maia (2002) articulou tal conceito ao afirmar o sintoma da modernidade como sendo a necessidade contemporânea de afastar os híbridos e recusar a negatividade, numa condição subjetiva superficial em que a realidade passa a ser então fragmentada. Nesse sentido, a menção à clivagem narcísica aqui se refere à condição encontrada nos discursos das instituições pesquisadas, que envolve o afastamento de tudo aquilo que pode ser maligno, numa contextualização da realidade em que os sujeitos são percebidos como abençoados, fora de uma condição de sofrimento.

Durante as entrevistas com os variados sujeitos de cada instituição, pudemos notar que, de modos particulares, cada um deles criava um discurso e todo um modo de funcionamento em prol do objetivo principal de manter clivada a esfera conflituosa de maior valor para aquela instituição, e que se vinculava às suas marcas históricas. Desse modo, percebemos que há uma exigência existencial de que o mal, o mundano e as contradições fiquem longe, sem possibilidade de interferência no funcionamento de cada uma das instituições pesquisadas. Na Instituição “A”, por exemplo, em que a missão reza a “disponibilidade para fazer o bem”, a desunião entre a equipe e os interesses individuais apareciam como pecaminosos, suficientes para serem entendidos como um desvio que deveria ser corrigido. Da mesma forma, na Instituição “B”, o dinheiro e tudo o que se relaciona à vida material deveria ser distanciado, de maneira que as pessoas remuneradas passam a ser interesseiras e gananciosas. Na Instituição “C”, por sua vez, o que fica impossível de enfrentar são as contradições próprias da realidade, as incoerências e impossibilidades. Nesta, o

discurso precisa ser harmonizado na tentativa de distanciar-se do enfrentamento da realidade conflitante.

A poesia, transcrita acima, “Amadurecência”, traz a passagem de um sujeito para um novo estado ou qualidade, como indica o sufixo utilizado pelo poeta para indicar o processo de ruptura com uma condição anterior, de abandono de condições pregressas para o nascimento de uma nova realidade interna. Para ele, isso se dá como um parto, em que o medo gera a fuga para uma nova configuração do sujeito, cedendo espaço para uma nova forma de enfrentar o mundo, não deixando escapar aquilo que lhe é exigido, mas também não permitindo escoar a dor. Não escapam também a fraqueza ou a malignidade intrínseca: “O ser vil que passou a servir... Pra discernir...”. Esse processo de “amadurecência” pode ser relacionado, aqui, à profunda necessidade dos sujeitos em partir para uma “alteridade disfarçada”, potencializada, mas, ainda assim, “inquilina de todos os nossos riscos”.

É nesse aspecto que podemos discutir melhor a questão da clivagem narcísica: a de ruptura com a realidade ambivalente, na criação de um novo ser, desvinculado do medo e da dor. Discutimos anteriormente esta questão, para nos remetermos à fuga do traumático. Aludindo ao texto de Freud (1920), *Além do Princípio do Prazer*, entendemos que a angustia serve como sinal para proteger o sujeito do trauma psíquico, mas também discutimos por meio de outros autores (Herrman, 2003; Melman, 2003; Birman, 2006) as condições contemporâneas de afastamento dessa angústia protetora para a elaboração de uma nova realidade em que há o achatamento da capacidade de pensar, não há simbolização, e a passagem ao ato se torna mero escoamento. Maia (2003) resume bem esta condição, quando descreve o papel da clivagem narcísica para afastar o indesejado, deixando espaço para o objeto incorporado, tal como referimos acima, no processo de identificação.

No contexto desta pesquisa, vimos que tais ideias são aplicáveis, uma vez que, diante da necessidade de incorporação de objetos idealizados, a clivagem se faz presente como

aquela que garante a permanente harmonia no discurso. As três instituições pesquisadas se fazem valer de uma condição de desejo pela bondade, pela atuação em prol da harmonia e da conquista de um mundo melhor. A partir disso, incorporam uma ideia de que se deve lutar pela justiça social, e passam a encarnar o papel de justiceiros, num movimento de recobrimento de si. Isto fica muito claro na Instituição “C”, em que, além da idealização a respeito do mundo, ocorre também o mesmo processo com os membros da instituição com relação ao seu líder. Os membros entrevistados dessa instituição apresentam um discurso extremamente semelhante ao do líder-ídolo, como uma colagem que revela a incorporação desses ideais. Nesse processo, a subjetividade perde espaço, é clivada pela necessidade narcísica de proteger um eu que não consegue atingir seu Eu Ideal.

Nessa esfera de exigências narcísicas de busca de um ideal, trazemos, aqui, uma realidade em que o sofrimento do sujeito é lançado para distante de si, num movimento de brusca ruptura, para que se abra espaço para a harmonia a ser incorporada. O que vimos é que, no discurso solidário, os sujeitos da ação se colocam como livres do sofrimento. Este está sempre sendo deslocado para o lado do outro. Parece ser uma economia pulsional, em que se goza a partir do sofrimento do outro. A ideia é de que se sofre com o sofrimento do outro, e se “cura” curando o outro. O sofrimento não emerge como algo interiorizado, mas externalizado, lançado ao outro. Esta ideia aparenta estar intimamente relacionada à incapacidade subjetiva de integrar “bem” e “mal”, de modo que parece haver sofrimento com a malignidade do mundo e de si, o que impulsiona a fazer com que o “bem” vença sempre, garantido a tão almejada harmonia. A possibilidade de mescla dessas realidades afigura-se apavorante, e, nesse pequeno vão sempre aberto, se faz sustentar o sintoma.

A condição de fazer o bem para pôr de fora e não entrar em contato com o mal leva os sujeitos a formas específicas de ação. Durante as entrevistas, vimos que, em algumas instituições, as propostas são direcionadas aos seus usuários como algo pronto, a despeito da

participação e da demanda dessas pessoas. Nota-se ser comum a preocupação com a elaboração de boas ações direcionadas ao outro, mas não necessariamente a abertura de espaço para que esse outro se manifeste. A maior necessidade está em realizar o bem como forma de reaver a própria falta. Desse modo, cria-se uma atmosfera em que tudo se dá, e o outro recebe com gratidão fraternal, numa lógica em que, da mesma forma que não se abre o espaço para o sofrimento próprio, também não é possibilitado o espaço para que o outro dimensione o que ele espera. Todas essas questões se vinculam àquilo que Nietzsche (2007) já dizia sobre a sobreposição do bem pelo mal, em que este se inverte por meio das ações altruístas num processo de censura daquilo que é ruim, como aponta também a epígrafe deste item. O sujeito, em sua vil condição de humano, inverte e ratifica-se por meio da bondade que oferece ao outro. Mas, como ilustra Enriquez (2004), o outro também pode ser um inimigo, uma vez que, como imagem especular, numa condição imaginária, pode ser uma ameaça, uma vez que manifesta o mesmo ódio e a mesma violência que o próprio sujeito sedia. Dentro desta lógica imaginária, o outro também não pode reivindicar, pois, assim, ele se tornaria egoísta, e, nesta lógica de não exteriorização de si, o que prevalece é o afastamento de todo o “mal”, já que ele pode representar o extermínio de si mesmo diante da fúria do outro. Neste aspecto, vemos que o imperativo no discurso solidário presente nas entrevistas parece se relacionar à necessidade de se fazer sempre algo pelo outro, mas, ao mesmo tempo, não se permite a sua real inserção, e isso é o que discutiremos no próximo item.

Esse mecanismo de afastar o que há de mal também aparenta estar intimamente relacionado à fuga do desamparo, pois, ao sermos incompletos, incapazes, mundanos e contraditórios, somos também parte de uma realidade sem anteparo. Isso passa a ser inadmissível subjetivamente, principalmente quando vinculado a uma realidade psíquica em que a idealização torna difícil a convivência humana falha e contraditória. O processo de clivagem parece se relacionar à incapacidade de contato com a castração, no sentido de que

não se pode assumir como faltoso, mas a falta fica depositada no outro, tal como descreveremos melhor no mecanismo sobre onipotência e desamparo.

Onipotência e Desamparo

*Não sei por que nasci
pra querer ajudar a querer consertar
O que não pode ser...
(...)
Carpinteiro do universo inteiro eu sou.
No final,
Carpinteiro de mim!
(Raul Seixas e Marcelo Nova)*

O trecho acima é de uma música cantada por Raul Seixas, e retrata bem o que proponho discutir aqui. Trata-se de um modo de funcionamento subjetivo, que envolve a predisposição de oferecer ao outro, solidariamente, algo que possa torná-lo melhor ou “consertar” o que não está em ordem à sua volta. Esta lógica foi percebida entre as instituições pesquisadas por meio do discurso relacionado à intenção de benignidade ofertada ao outro, bem como da necessidade de potencialização de si mesmo por intermédio dos aparatos oferecidos pela instituição. O que deixa claro este modo de funcionamento é que todo o polimento solidário e bondoso mascara intenções narcísicas e, como declara Raul Seixas, o que se pretende é criar subterfúgios para dar conta de si mesmo. Melhor dizendo, remediar o desamparo do outro serve como distração para não se entrar em contato com o próprio desamparo. Até aqui, podemos vislumbrar o que claramente Freud já estabelecia entre 1927 e 1930 a respeito da religião e da ciência, e de seus importantes papéis na construção de anteparos diante da dor do desamparo. Da mesma forma, a proposta lacaniana sobre o *discurso do mestre* pode ser intimamente associada a esse modo de posicionamento subjetivo.

A posição do *discurso do mestre* pode ser cabível aqui pelo fato de que, tal como a ciência ou a religião, algo parece ser constituído como estrutura garantidora de referência à

qual o outro se submete para proteger-se. Nesta lógica discursiva, estabelecem-se relações de poder/ saber em que o sujeito se vê empoderado, detentor de algo do qual o outro precisa. Da mesma forma, no âmbito do discurso solidário, a oferta bondosa ao outro, visível em todas as instituições pesquisadas, evidencia uma dinâmica em que o sujeito acredita que pode oferecer ao outro algo muito bom do qual este não pode desfrutar se não for pelas mãos daquele que oferece, e, por isso, remetemos aqui esta dinâmica à onipotência. Isto parece levar-nos a dois pontos importantes: um que se refere à condição de possuir o objeto que falta ao outro; o segundo é o de que, neste estado, o outro passa a assumir um lugar de nulidade daquele que nada tem a ofertar ou contribuir, e se submete a receber daquele que o tem. Diante do exposto, traçam-se, aqui, posições de gozo em que aquele que possui o objeto faltoso ao outro goza com a sua falência, pois é a partir dela que o primeiro se potencializa. Neste sentido, podemos assegurar que fica evidente que a sustentação do discurso solidário se fortalece entre os sujeitos entrevistados quando percebem as dificuldades e carências daqueles que constituem alvo da ação, sejam eles pessoas ou instituições. Este parece ser o fator que mantém o sentimento de felicidade e satisfação, que parece, muitas vezes, sustentar as ações solidárias.

Nessa posição de tudo ter, é necessário que, para que o discurso se sustente, a falta fique do lado do outro, de modo que este seja o escravo que trabalha e produz aquilo que satisfaz e mantém o sujeito onipotente em sua posição de mestre. Esta diferenciação, trazida na obra lacaniana nas comparações entre senhor e escravo, é evidente aqui entre os proponentes das ações solidárias e os usuários dos serviços oferecidos. Sobre esse aspecto, podemos remeter à questão da necessidade do sujeito em criar diferenciações entre si para que se possa colocar no lugar onipotente. Nesse sentido, cada uma das instituições buscou formas de criar diferenciações subjetivas que marcam relações de poder, sempre suturadas por falas em defesa da igualdade. Na Instituição “A”, por exemplo, defende-se a igualdade entre usuários do serviço (portadores de deficiência física) e membros da instituição, contudo esta

se vê no direito de estabelecer certos parâmetros para que o usuário siga, de modo que, quando é para “fazer o bem”, a hierarquização é justificada, e certo poder é adquirido. Da mesma forma, a Instituição “B” se usa dessa dinâmica para diferenciar aqueles que recebem daqueles que oferecem auxílio, sendo que, para estar na condição de maior poder, é necessário que se desapegue dos bens materiais e das ambições – ou seja, os mais próximos do divino são os que mais adquirem poder. A Instituição “C”, por sua vez, mais racionalizada, não submete pessoas ao auxílio direto, mas a autopotencialização é perceptível no fato de que os entrevistados se sentem mais capazes de agir em prol de seus ideais mediante a instituição, que lhes dá mais força nas relações de poder com outras instituições e pessoas.

Essas diferenciações e hierarquizações parecem estar a serviço da manutenção de um discurso em que há um senhor que, para permanecer como tal, se mantém sempre de posse do objeto desejado, a despeito dos demais. Esse monopólio dos objetos de gozo faz com que o outro permaneça sempre insatisfeito e dependente de um senhor que lhe ofereça aquilo de que precisa. Afinal, se uma instituição solidária permite o alcance da independência de seus usuários, ela deixa de ter utilidade e, conseqüentemente, deixa existir, de maneira que, para se manter viva, ela permanece sempre na posição daquele que tem o que o outro não pode acessar.

Outro aspecto referente ao modo de articulação desse gozo solidário torna-se ainda mais significativo, quando tomamos como referência o *discurso do capitalista* (Lacan, 1992), em que a subversão da condição do sujeito com relação ao *objeto a* coloca-o em posições gozosas que oscilam entre a condição de capitalista e a de proletário. Na condição de capitalista, de modo semelhante à condição de mestre, o sujeito está na sua busca incessante pelo *objeto a*, com a diferença de que o sujeito se vê de posse dele. Na posição de proletário, o sujeito produz e oferece ao capitalista aquilo que produziu, procurando, sempre, reaver diante dele a mais valia que lhe cabe. Mas esta diferença jamais pode ser alcançada, o que faz

com que esse proletário se submeta, insistentemente, ao capitalista, na busca de em algum dia alcançar o que procura. Esse circuito de dependência alimenta a ilusão tanto do proletário quanto do capitalista. Fica evidente a relação que se estabelece entre os sujeitos da ação solidária e aqueles que a buscam como usuários, sendo que os primeiros se colocam em posição de capitalista, e os usuários dos serviços, em posição de proletários-reclamantes. Dessa maneira, é pelo *discurso do capitalista* que podemos entender a posição de gozo que se erige dentro dessa condição de dependência mútua, em que há o uso do outro, por parte dos sujeitos ou das instituições que aderem ao discurso solidário. A afirmação da onipotência dos sujeitos, na busca da fuga do desamparo, dá-se preferencialmente por esta via.

Diante disso, crer que as ações de uma instituição são benéficas é assumir a posse do objeto faltoso ao outro. Isso conduz ao passo seguinte, que é oferecê-lo como forma possível de manter a posição de onipotência. É necessário que se encontre o par possível, a quem se possa ofertar. Nessa dinâmica, pressupõe-se a morte do outro, pois, ao supri-lo daquilo que ele não possui, resta a ele um lugar de nulidade e de silêncio. Assim, preparando para o outro tudo o de que ele precisa, essas instituições detentoras parecem assumir mesmo uma condição de “carpinteiro do universo”, que promove qualquer coisa que o outro estiver precisando, para que possam garantir-se numa condição segura de detentor daquilo que não lhes pode faltar.

Por outro lado, esses mesmos sujeitos também podem ser vistos como alvo da dependência com relação ao senhor capitalista, o que alude à condição de entrega masoquista, que será discutida logo a seguir.

Entrega Masoquista

*Jorge sentou praça na cavalaria
E eu estou feliz porque eu também sou da sua companhia
Eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge
Para que meus inimigos tenham pés, não me alcancem
Para que meus inimigos tenham mãos, não me peguem, não me toquem*

*Para que meus inimigos tenham olhos e não me vejam
E nem mesmo um pensamento eles possam ter para me fazerem mal*

*Armas de fogo, meu corpo não alcançará
Facas, lanças se quebrem, sem o meu corpo tocar
Cordas, correntes se arrebentem, sem o meu corpo amarrar
Pois eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge
(Jorge Ben Jor)*

A letra de música acima remete a São Jorge, padroeiro e protetor que, de acordo com a crença popular brasileira, com sua espada e seu cavalo, está sempre pronto a defender aqueles que procuram por sua ajuda. Na fé fervorosa, quem se veste “com as roupas e armas de Jorge” e faz parte do seu exército passa a ser inatingível, basta que se entregue a ele como um de seus guerreiros. Essa lógica de entrega em troca de proteção envolve um processo que podemos entender como masoquista, que, de certo modo, se vincula à religiosidade, mas também a outras formas de relação entre sujeitos ou instituições.

A ausência de Deus, do Pai e da incidência forte do Estado trouxe aos sujeitos contemporâneos a sensação de que não há uma entidade referencial que lhes garanta a proteção necessária, bem como uma igualitária partilha do gozo. Nesse contexto, como lembra Birman (2006), o sujeito fica num impasse: ou ele aceita o outro como igual e conta com a sua ajuda para lidar com o mal-estar produzido pelo desamparo, ou ele cria condições nas quais exista alguma figura divinizada à qual os menos protegidos se submetam em busca de proteção. Esta última opção caracteriza as saídas masoquistas que os sujeitos podem encontrar. Neste aspecto, se observarmos a vinculação às instituições não lucrativas e aos seus discursos como uma forma de criar um anteparo que possibilite a fuga do desamparo, perceberemos a entrega masoquista presente nas instituições pesquisadas.

A entrega masoquista parece compor um modo de relação entre os sujeitos e as suas ilusões, de forma que, na crença ilusória de que este escopo discursivo possa protegê-lo do desamparo, o sujeito entrega a ele a sua alma e a sua vida.

Tomando os entrevistados desta pesquisa como sujeitos da ação solidária, podemos remontar à segunda condição possível dentro do discurso do capitalista: a de proletário. De acordo com Sousa (2006), todo sujeito pode ser entendido como um proletário dentro do *discurso do capitalista*. Aqui, podemos entender que os sujeitos da ação solidária dão a impressão de também se posicionar de modo dependente e escravizado diante de um senhor que lhes exige a produção. Nas entrevistas, encontramos a oscilação entre o desejo de participar da instituição e o de deixá-la. Essa contradição é sempre ensaiada e abrandada, de modo que o sujeito, mesmo que, muitas vezes, insatisfeito ou explorado, permanece na instituição em nome da solidariedade praticada, e do bem estar que ela proporciona. Parece haver uma dependência, algo que faz com que essas pessoas se coloquem servilmente em favor da prática do bem, exterminando qualquer possibilidade de aparecimento da particularidade do sujeito.

Esse funcionamento paradoxal entre bem e mal nos faz referir à lógica das clivagens narcísicas (Maia, 2003), em que não há possibilidade de integração, mas o afastamento de todo o mal. Isto parece estar vinculado às colocações de Nietzsche (2007) sobre o bem e o mal, numa oscilação em que o primeiro é a versão censurada do segundo, engendrando formas disfarçadas de exercício da malignidade intrínseca ao humano. Da mesma forma, a necessidade subjetiva de manter afastado tudo o que é mal, egoísta e violento é que parece estar em vigência nessa posição discursiva solidária, relacionada à condição de proletário no *discurso capitalista*.

O sujeito da ação solidária aparenta se tornar mesmo um escravo desta necessidade de “combater o mal com o bem”, ficando refém da possibilidade de um dia alcançar uma condição que ultrapasse o aspecto humano, e se aproxime à pureza daquele que se desprende de si para fazer o bem ao outro. Neste intuito, foi comum ouvir, no decorrer das entrevistas, as queixas sobre as dificuldades de se manter o trabalho, as frustrações e limitações que ele

envolve, e, principalmente, a resignação e os sacrifícios que são exigidos de cada um. Toda essa entrega parece se sustentar pelo ganho narcísico que garante ao sujeito a tranquilidade necessária para que ele se mantenha existindo diante das ameaças de contato com o que há de traumático em sua condição de desamparo. Esta faz com que os sujeitos, incapazes de se depararem com suas condições fragilizadas, recorram a um senhor a quem façam a entrega de si, e se tornem escravos em nome da garantia de proteção.

Muito frequentemente, foi ouvida a expressão de que o esforço exigido pelas instituições é intenso. Em cada instituição, esta lógica se sustentou de maneiras diferentes, podendo ser articulada pelo discurso da bondade, pelo desapego dos bens materiais ou pelo sacrifício do individual em nome da causa. O fato é que, em todas elas, a lógica do sofrimento e da entrega em nome da instituição foi proeminente. É como se essa entrega oferecesse algum tipo de garantia subjetiva, já que outro tipo de ganho não sustenta o discurso. A bondade, o desapego e a resignação em nome da causa são ferramentas discursivas que fundamentam o ganho narcísico encontrado na vinculação a estas instituições. O que parece consistir em saldo positivo para os sujeitos não é somente a satisfação com a bondade e com os belos resultados da instituição, mas o gozo possível alcançado com o discurso, que garante a proteção diante do desamparo e das formas mortíferas de gozo.

Podemos evocar a ideia do *discurso do capitalista* como uma posição de gozo, que se faz sustentar pela sua bilateralidade no que diz respeito às possibilidades para que o sujeito possa se manifestar. Esse discurso esboça uma lógica que funciona não somente para os agentes de instituições solidárias, mas para todos aqueles que, de alguma forma, se vinculam ao discurso solidário, seja como aquele que deseja auxílio, ou como aquele que está disponível para ajudar. Este discurso, bem como o *discurso do mestre*, traz-nos, portanto, a dimensão do desamparo do sujeito, o que o faz oscilar entre a onipotência e a servidão.

Há, de forma geral, uma relação servil entre as pessoas entrevistadas e as instituições pesquisadas. Elas parecem se entregar como escravos, numa relação masoquista. Neste aspecto, torna-se muito interessante a contraposição entre essa posição masoquista e a posição de mestre ou capitalista que assumem os sujeitos, ora diante da instituição e ora perante os seus usuários. Ao que parece, são essas sobreposições que possibilitam a boa amarração discursiva, que levará também em conta os outros três mecanismos discursivos presentes na lógica solidária aqui discutida.

A partir da discussão dos quatro mecanismos de fuga do desamparo citados acima, utilizados pelas instituições pesquisadas, precisamos considerar algumas questões, que sugerem reflexões importantes. Uma delas refere-se à diferenciação entre os sujeitos que participaram desta pesquisa, por meio da concessão de entrevistas, e as instituições das quais participam. Muitas vezes, os sujeitos se fazem valer das instituições para recobrirem suas ansiedades e protegerem-se do perigo do desamparo. As instituições, por sua vez, passam a constituir-se como lógicas criadas e mantidas em prol do funcionamento psíquico vigente entre os envolvidos. Neste sentido, quando mencionamos a lógica discursiva das instituições, estamos nos referindo àquilo que foi estruturado pelos sujeitos, devido às suas demandas psíquicas, como formas de proteção. Dessa forma, o discurso da instituição é o discurso dos sujeitos.

Feita essa observação, falaremos sobre como as características das instituições pesquisadas puderam ser agregadas nos quatro grandes traços componentes do discurso solidário. Entendemos que as características peculiares a cada instituição fazem parte de

funcionamentos psíquicos que abrangem não só os sujeitos e instituições pesquisados aqui, mas o homem contemporâneo de modo geral.

A crença na harmonia social, característica comum a todas as instituições pesquisadas, bem como a idealização e identificação com a instituição, e ainda o caráter de militância, parecem estar intimamente relacionados aos aspectos da “Idealização” descritos aqui. Da mesma forma, as marcas históricas de cada uma das instituições trazem, junto aos aspectos idealizados, a demonstração dos processos de “Clivagem Narcísica”. Esses dois primeiros traços do discurso se correlacionam intimamente, uma vez que um se coloca a serviço do outro, num jogo de forças que se sustenta, já que, diante de idealizações, a única possibilidade de existência para o sujeito é afastar tudo aquilo que não se molda aos parâmetros narcísicos idealizados.

Da mesma forma, também a “Onipotência e o Desamparo” podem se articular com a “Entrega Masoquista” complementarmente. As características de crença na benignidade das ações, a falência do outro como sustentação da solidariedade, a mínima diferença que sustenta a marca de poder, a onipotência revestida de humildade, o ideal de horizontalidade combinado às hierarquizações justificáveis, todas elas são encontradas nas instituições e que se relacionam ao traço da “Onipotência e Desamparo”, conforme foi descrito anteriormente. O funcionamento de criação de uma lógica, em que um sujeito pode se tornar referência para o outro, esteve aqui altamente relacionado à “Entrega Masoquista”, cujos esforços, dedicação e servidão se dão em prol do alcance da missão benigna.

A lógica da idealização-clivagem narcísica torna-se evidente, quando tomamos por referência as missões das instituições pesquisadas e a premissa de que cada uma padece daquilo que combate (Bleger, 1992). Em todas elas vemos o desejo de aplacar algum tipo de mal-estar, e, diante disso, são criados parâmetros ideais para que sejam alcançados. Estes frutos da idealização passam a constituir-se como objetivos inalcançáveis, em que cada uma

das instituições tropeça e faz perpetuar em si mesmas a condição de sofrimento que buscam afugentar. Na instituição “A”, por exemplo, a recusa enfrentada por portadores de deficiências físicas no espaço social é vivida também pela própria instituição, quando sofre o abandono de patrocinadores, investidores e órgãos públicos. Na Instituição “B”, por sua vez, a valorização do desprendimento aos bens materiais e a procura pelo divino fazem com que a própria instituição sofra da necessidade de buscar formas de se manter, e acaba entrando em colapso. Na instituição “C”, por sua vez, a busca pela inserção do prazer na educação pode tornar penoso o trabalho da própria instituição de seus membros. Assim, é na delimitação idealizada das “missões” dessas instituições que algo se perde, já que se localiza na dimensão do impossível. A clivagem narcísica parece servir, tal como apontou Maia (2003), como forma de afastar da consciência aquilo que desmascara as impossibilidades da harmonização que essas instituições almejam. Neste aspecto, idealização e clivagem narcísica constituem um mecanismo conjunto de manutenção das lógicas institucionais diante do desamparo e das exigências narcísicas impostas aos sujeitos.

Por outro lado, a condição masoquista, combinada à onipotência, também fica visível no discurso inflamado e repleto de justificativas e racionalizações que visam sustentar a lógica solidária. Para os sujeitos da ação solidária, é possível que a única forma que encontram de se manterem íntegros com relação ao seu desamparo é assumindo uma postura onipotente, cujo objetivo é a eliminação das contradições sociais, fazendo desse lugar o único cabível para a sua subjetividade. Isto parece tornar esse sujeito um escravo dessa saída, já que é a única possível. Perante os discursos do *capitalista* e do *mestre*, faz-se presente a posse de um saber em que esses sujeitos e instituições se sustentam, numa mistura de onipotência e servidão masoquista.

Tais lógicas de funcionamento idealização-clivagem narcísica e onipotência-masquismo, ambas em relação com o desamparo constitutivo, aparentam estar envolvidas

com uma questão importante discutida na introdução deste trabalho, que diz respeito à despolitização do espaço social. Vimos, durante a exposição teórica, que a participação política ficou rechaçada na contemporaneidade, de modo que os movimentos sociais na atualidade praticamente inexistem, e iniciativas da “sociedade civil organizada” passam a buscar por si mesmas formas de manutenção de ações agrupadas em guetos identitários. Nessas circunstâncias, o que é político passa a ser “sujo”, corrupto e indesejável. Assim, essas lógicas descritas acima se fazem presentes no processo de despolitização, em que há uma queda da participação política das comunidades, mas, ao mesmo tempo, se fazem vigentes tantas iniciativas que visam à ação social em prol do desenvolvimento de áreas consideradas carentes no país. Este parece ser o perfil dessas novas iniciativas, em que grupos de *experts* se propõem a oferecer às populações afastadas das reivindicações políticas algo que lhes possa sanar as faltas, como se tivessem uma solução.

As comunidades, por sua vez, aderem a essas propostas como formas masoquistas de se submeterem a esse saber acalentador. Nesses guetos, não há espaço para insatisfações e reivindicações políticas, mas a busca pelas respostas oferecidas por entidades ou instituições que proponham soluções.

O que percebemos, aqui, é que essa despolitização é fruto dos processos de subjetivação contemporâneos, em que, tal como descrevem Birman (2006) e Fortes (2004), são narcísicos. As iniciativas são vinculadas a pequenos grupos, que, para incluírem seus iguais, excluem os diferentes, formando grupos identitários com funcionamentos específicos e centrados narcisicamente, como Freud (1921) apontara em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, quando mencionou o “narcisismo das pequenas diferenças”. Esse funcionamento pressupõe uma lógica grupal de submissão a um líder que garanta a coesão e a manutenção da existência do grupo. É uma maneira de convívio social que engendra a servidão típica da

posição masoquista discutida aqui por intermédio de Birman (2006), em que o sujeito se coloca a serviço daquilo que lhe garante a existência e a fuga do desamparo.

Na condição assumida pelas iniciativas privadas e da “sociedade civil organizada”, em que há a inclusão dos sujeitos a despeito da exclusão de tudo o que remeta à diferença, constituem-se formas contemporâneas de criação de “pequenas diferenças” que garantam a hierarquização e a vinculação dos sujeitos a algo que lhes dê a sensação de pertencimento e alento, diante de algo que represente senhorio, sendo referência para o enfrentamento do desamparo. Talvez, com isso, possamos entender o grande fluxo dessas iniciativas, e a forma comprometida e esforçada com que os sujeitos se vinculam a elas, chegando até mesmo à condição de servidão. Trata-se de uma posição assumida pelas instituições e pelos sujeitos, sendo estes últimos tanto aqueles que a ela servem quanto aqueles que nelas buscam serviços.

Nessa condição de servidão àquilo que ofereça proteção e segurança ao sujeito diante do desamparo constitucional, acreditamos que grupos identitários proporcionem aos sujeitos referências que parecem ser tomadas como fonte de idealização e identificação. Assim, as missões e os líderes desses grupos são tomados como figuras idealizadas pelos sujeitos da ação solidária. A partir disso, para além da identificação com esses referenciais, parece comum ocorrer até mesmo a incorporação desses objetos ideais, como já discutimos aqui por meio das teorizações de Maia (2003) a esse respeito, de modo que a esse contexto assimila-se o processo de clivagem narcísica como modo de afugentar as negatividades de qualquer processo que ameace a estabilidade narcísica do sujeito. Neste sentido, entendemos como a lógica da idealização-clivagem narcísica se vincula densamente à posição masoquista na montagem da posição discursiva solidária.

Se tomarmos a compreensão contemporânea da psicanálise sobre os processos de subjetivação, ilustrados aqui, principalmente por Birman (2006), saberemos que muitos são os fatores que fizeram irromper o mal-estar entre nós. A ausência de referenciais centralizantes,

bem como a necessidade de partilharmos o gozo entre iguais levou-nos a condições narcísicas altamente defensivas. Essa condição de desamparo exige das subjetividades o contato com a impossibilidade de garantias e, conseqüentemente, impõe escolhas: os sujeitos podem se encapsular narcisicamente elegendo algum soberano como protetor subjetivo, ou articular laços horizontais de contato com a realidade de ausência de um líder que garanta a segurança. Sabemos que as saídas subjetivas contemporâneas, prevalentemente, seguem a opção que impõe menor dor e instabilidade narcísica. É com relação a esta saída que articulamos a sustentação do discurso solidário.

Este trabalho possibilitou-nos vislumbrar bem essas teorizações de que, na impossibilidade de estabelecer laços horizontais na ausência de um soberano, produz-se uma lógica discursiva que faça anteparo à dor. Nesse contexto, na decorrente necessidade de conceber um mundo idealizado, sem contradições, afasta-se tudo o que possa ser conflitante e cria-se uma ideia de que se pode ser potente e transformar o mundo, efetivando a entrega masoquista a algum tipo de instituição que prometa a articulação de todos esses fatores. Melhor dizendo, a idealização e a clivagem compõem um funcionamento psíquico de exigência narcísica, articulando-se na formação de um universo harmônico. Mas, além da idealização do mundo, há também a idealização de si, o que leva à necessidade de se posicionar como não faltoso, de modo que ao se colocar diante do outro como aquele que tem o que lhe falta, toda essa condição onipotente exigida é atendida. Esta configuração de idealização/ clivagem/ onipotência leva a oferecer ao sujeito formas sutis e mascaradas de gerenciamento do mal-estar. Cabe a ele, pois, em busca desta garantia, submeter-se masoquisticamente em troca da segurança que procura.

Vemos, então, que o entrelaçamento dessa lógica se dá de modo muito bem articulado. Contudo há uma observação pertinente a respeito de percepções obtidas ao longo do trabalho. Aspectos importantes foram trazidos pelos elementos de sobreposição às lógicas de cada

instituição pesquisada. Há sempre uma complexidade que envolve a tecitura do discurso, pois, caso contrário, ficariam muito evidentes as amarrações subjetivas. Assim, “bem” e “mal” se contrapõem e se complementam em tempo integral, assim como as posições de “mestre” e “escravo”. Ao mesmo tempo em que os envolvidos se colocam na posição de mestre, como possuidores do saber e do poder, ocupam também a posição de escravos, que precisam se submeter ao esforço desmedido em prol da instituição, para nela encontrar o refúgio de que necessita. Se o discurso prega a benignidade, e há a crença de que o trabalho é feito para o bem do outro, boa parte de malignidade narcísica lhe é conferido à medida que coloca o outro no lugar da impossibilidade, o que alude ao *discurso do capitalista*. Essas oscilações e sobreposições é que aparentam garantir a boa sustentação do discurso, no sentido de mascarar as relações de poder.

Questionamo-nos, desde o início deste trabalho, sobre o que sustentaria a ação solidária no contexto contemporâneo, invadido por tantas questões narcísicas. Bauman (2005) discorre sobre os refugados da sociedade, que são aquelas pessoas que estão excluídas do espaço da lei e da participação econômica e política. Na sociedade do narcisismo e nesta condição de exclusão, tais pessoas tornam-se o foco da ação solidária, o que nos leva à percepção de uma aparente contradição. Aqui podemos nos remeter ao conceito contemporâneo de “razão cínica”, em que o gozo se torna imperativo para o sujeito, e, assim, as normas passam a ser seguidas de forma cínica, já que o sujeito as prega, mas não adere a elas, para não ter de abrir mão do gozo (Safatle, 2008). Neste sentido, a ação solidária parece seguir alguns preceitos sociais de fraternidade, mas, ao mesmo tempo, embute em si mesma “razões cínicas”, que permitem aos sujeitos buscarem o gozo sem destoar das normas vigentes da “responsabilidade social” e da solidariedade.

Todas essas articulações a respeito do discurso solidário sustentam as observações de Enriquez (2004) de que, na cultura contemporânea, muito se tem falado nas possibilidades de

se ver o outro como semelhante, mas, ao mesmo tempo, é nela vigente a cultura do total enfraquecimento dos laços sociais. As características narcísicas e hedonistas dos sujeitos, na atualidade, são incompatíveis com as tão frequentes alusões a ações solidárias, empreendidas, em grande escala, pelas ONGs, por institutos de responsabilidade social vinculados a empresas e muitos outros tipos de iniciativas. Contudo essa lógica discursiva que fizemos evidenciar aqui, por meio do contato com as instituições pesquisadas, leva-nos à compreensão de como essas incompatibilidades, na verdade, são somente aparentes. A fuga do desamparo leva os sujeitos contemporâneos a encontrar saídas subjetivas que visem a garantias diante do contexto sócio-histórico e político que enfrentamos, cuja realidade envolve a ausência de referenciais seguros nos quais os sujeitos possam manter-se apoiados, distantes das possibilidades de se vislumbrar relações horizontais ou políticas. Neste cenário, o discurso solidário parece constituir formas muito bem articuladas de se renegar toda a fragilidade própria do homem, bem como o individualismo e a autoproteção que surgem como consequências.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por isto, se alguém responde à demanda de amor dando alguma coisa sem metaforizar, não está amando. É um engano, um logro. “Há no rico, uma grande dificuldade de amar”. Porque ele se apressa em responder à demanda, dando o que tem. Para Lacan, “dar o que se tem, isso é a festa, não é o amor”.

(...)

Assim, cada um só tem a dar um nada. Isto é transferência, dar o que não se tem, o verdadeiro amor.

(Ferreira, 2001, pp. 94-95)

Ao longo destes dois anos de trajetória no mestrado, debrucei-me sobre questões muito presentes em minha vida, uma vez que um de meus ambientes de trabalho envolve a prática em projetos sociais. No decorrer destes questionamentos, ocorreram muitas desconstruções e novas elaborações. Muitas foram as reflexões acerca dos processos sociais, do contexto histórico e político pelo qual passamos, da despolitização do espaço social e da exacerbação do discurso solidário na contemporaneidade.

Quando faço alusão ao “discurso solidário”, remeto não somente às ONGs e às instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos do terceiro setor, mas a uma forma de nos posicionar diante de parcelas excluídas da sociedade. É comum, na atualidade, vermos propagandas, programas televisivos ou campanhas solidárias em prol de algum grupo identitário específico. Ao mesmo tempo em que esse modismo da solidariedade é cada vez mais difundido, notamos o distanciamento dos sujeitos de qualquer preocupação que não se refira aos próprios interesses. Este foi um questionamento importante que empreendi e que deu origem a esta pesquisa. Como pode ser possível a existência simultânea de lógicas tão distintas?

O que percebo é que, ao mesmo tempo em que se difunde um discurso de solidariedade, há um esfacelamento da capacidade de se pensar e de criar vínculos. Assim, as iniciativas de auxílio se dão, quase sempre, a partir de um grupo que se dispõe, mesmo não fazendo parte da população auxiliada, a oferecer-lhe ajuda, contando com a colaboração da sociedade por meio de doações ou algum tipo de trabalho voluntário. Neste tipo de inserção, a sociedade é conduzida a se julgar participativa, e a comunidade foco das ações a se sentir atendida. Por outro lado, os proponentes realizam ações sem articular laços com a comunidade, oferecendo a ela serviços que podem ser consumidos. Fica evidente a tentativa de oferecer algo ao outro, mas, ao mesmo tempo, a ausência de vínculos.

Esse tipo de atuação parece não permitir a implicação das pessoas em suas próprias questões. Aqueles que se doam, seja na forma de trabalho, seja financeiramente, se redimem da participação política com suas próprias questões, e aqueles que recebem o que lhes é oferecido ficam também impedidos de incidir por si mesmos na esfera política que lhes diz respeito. Esta lógica não parece ser provocada ou induzida por qualquer uma das partes, mas ser sintoma do que vivemos na subjetividade atualmente. A fuga dos conflitos parece nos levar a condições de passagem ao ato, em que estar com o outro deixa de ser possível.

O que se nota é que as iniciativas solidárias são, geralmente, particularistas e despolitizadas, numa ausência da articulação de laços sociais entre os interessados. Elas, muitas vezes, são desvinculadas de um todo, no sentido de que cada um faz a sua parte, mas sem envolver-se politicamente, e ainda menos eroticamente.

No atual contexto político, econômico e social, a incidência da globalização e do neoliberalismo promoveram não só a ampliação das fronteiras entre os sujeitos, mas também uma mercantilização dos laços. As relações não parecem se dar dentro de uma dialética em que as pessoas possam discordar, participar ou reivindicar seus direitos diante do Estado. Este parece enfraquecido na concepção da população, e esta, por sua vez, não consegue conceber a participação como forma articulada de inserção social. Ao contrário, a lógica de mercado parece reger todas as suas necessidades. Tudo o que se necessita deve ser consumido como um produto. Dessa forma, as iniciativas da “sociedade civil organizada” tomam o espaço das trocas sociais e passam a não ter sustentação política. Tais aspectos foram grandes percepções obtidas neste trabalho, pois se vinculam às formas subjetivas vigentes na sociedade contemporânea, em que toda a lógica narcísica da solidariedade é levada a inserir-se.

Nesse contexto, vemos que a lógica solidária e a da ausência de articulação de laços podem aparentar ser opostas à primeira vista, mas têm uma ligação que se autossustenta. Com a ideia de auxiliar o outro dentro desse formato de isenção de si, cada um pode manter a sua

economia narcísica estável, já que não lhe são exigidos esforços de implicação e formação de laços, mas, ao mesmo tempo, propicia o sentimento de “consciência limpa” por ter feito algo para contribuir com a sociedade. Ao que parece, trata-se de uma amarração muito tênue, em que os sujeitos se garantem narcisicamente diante de tantos esforços desprendidos, mas ao mesmo tempo não se mobilizam subjetivamente para o encontro com o outro, pois este encontro remete à condição de desamparo.

É nesse enredo que se tece o fio discursivo da solidariedade. Torna-se um fazer que mascara as impossibilidades humanas de aproximação e vinculação. Neste sentido, é que os mecanismos de composição do discurso, encontrados e discutidos aqui, se põem a serviço, numa lógica de fazer manter o equilíbrio necessário para a manutenção da estabilidade narcísica dos sujeitos envolvidos. As instituições, assim, passam, muitas vezes, a ter a necessidade de manterem-se existindo a qualquer custo, mesmo que precisem dispor dos maiores esforços. Estes são pagamento para o conforto narcísico, o que nos faz crer que, apesar da proposta fraterna, a principal meta é subjetiva, de afastar o sujeito do sofrimento e da instabilidade narcísica.

Após toda a teorização feita aqui, mediante o contato com os sujeitos entrevistados e com minha prática diária em comunidades, fica expressa a percepção de que, para um melhor equilíbrio, não se faz necessária a extinção das ações solidárias, mas uma articulação que leve em conta a participação social. Há que se ter um equilíbrio entre a participação do Estado e da comunidade junto a estas iniciativas solidárias que representam a lógica de mercado. É somente nessa articulação que se possibilita a mínima participação do outro, e que os laços onipotentes e masoquistas podem encontrar modos mais fluidos de engajamento. No envolvimento dessas partes, as idealizações, clivagens, e outros mecanismos psíquicos de enfrentamento do desamparo podem ser minimizados, à medida que são partilhados. A meu ver, articulações políticas possibilitam nortear e fazer implicarem-se os sujeitos envolvidos no

ato. Na sua ausência, como vimos no decorrer do trabalho, a lógica religiosa ou fantasiosa de um mundo cuja realidade é paralela e ilusória incide relacionando ao infantil e ao traumático que há em nós.

Podemos aludir aqui a uma importante questão que surgiu no decorrer da pesquisa: seria possível a existência de ações ou instituições de promoção social fora do discurso solidário aqui descrito? Seria esta a única medida para um trabalho social? Acredito que seriam, sim, possíveis outras formas de agenciamento das ações sociais. Para entendermos melhor estas possibilidades, uma nova pesquisa haveria de ser empreendida. Contudo, o que percebo aqui, a partir das discussões levantadas neste trabalho, é que quaisquer que sejam as formas possíveis, a articulação política de inserção das três esferas sociais seria importante para a não mercantilização dos laços.

A condição do desamparo nos será sempre inerente, e os refúgios para ela serão buscados por todos. Neste sentido, não acredito que existam formas ideais de articulação da ação social, mas penso que sair da iniciativa individualista é uma boa opção. Deixar de fazer sozinho para fazer em parceria pode ser uma forma interessante de unir forças que possam minimizar o sofrimento e permitir o fortalecimento dos laços entre os sujeitos. Assim, unir o instrumental teórico e técnico das iniciativas da “sociedade civil organizada” aos recursos e aparelhos públicos, e inserindo a participação comunitária por meio de associações de bairro e líderes sociais, as possibilidades de ação ficam mais enriquecidas, mesmo que algum esforço seja demandado dos sujeitos. Fazer isso implica o contato com as próprias impotências, com a falta e com a necessidade do outro, o que leva à condição traumática do desamparo. Por isso, esta ideia, muitas vezes, até mesmo óbvia, parece tão difícil de ser implementada.

A partir dessa visão mais integrada, acredito que é viável articular ações sociais fora do discurso solidário, conforme foi descrito nesta pesquisa, se for possível o enfrentamento da

realidade desamparada que nos circunda, de modo que se possa tolerar a impotência de si e do outro, na tentativa de articular encontros construtivos sem, contudo, almejar a soluções.

Como sabemos, a dura tarefa de “amar ao próximo” é impossível, pois, para isso, ele deveria ser um igual, o que, entretanto, não seria amor, mas a morte do outro. Diante disso, não é possível vislumbrarmos uma realidade em que um sujeito se proponha atuar em prol de outro por amor, mas, sim, em nome de algum gozo adquirido. Sabendo que todos nós temos nossas formas particulares de buscá-lo, entendemos que tentativas de sair da condição de mestre e detentor do saber/ poder pode auxiliar o agenciamento de novas formas de relações, em que, no mínimo, o outro tenha lugar de intervenção. Dessa forma, pensar nas ações solidárias, não como práticas diretas, mas como possibilidades de articulação social, pode ser uma hipótese interessante para a melhor distribuição do gozo, em que a psicanálise muito pode contribuir. Se tomarmos em consideração a posição de não saber que o analista deve assumir diante de seu analisando para pensarmos a condição dos líderes das ações solidárias, talvez o espaço para a participação e a implicação do outro seja possível. Isto nos leva a entender que a ética da psicanálise seria possibilitadora de novas relações no que se refere às ações solidárias. Esta seria a condição para o surgimento do outro como sujeito, e, assim, chegaríamos à condição de “dar o que não se tem”, o que seria um verdadeiro ato de amor, ao contrário de dar o que se tem.

Diante de todos esses elementos, surgem novos questionamentos que se dirigem às possibilidades de articulação de ações sociais fora desta lógica discursiva, que denominamos aqui de solidária. O que defendemos como possibilidades remete àquilo que pudemos extrair da pesquisa empreendida e de todo o processo que lhe foi intrínseco. Contudo uma amplitude de possibilidades existe em outras instituições, e em várias outras partes do mundo, que possam ilustrar diversos tipos de lógica discursiva. Assim, novas indagações podem ser feitas com o intuito de conhecermos formas de vínculos, inclusive, nos casos em que a articulação

política parece viável. Muitas questões permanecem: já que é impossível amar ao próximo, seria possível empreender ações solidárias dentro de uma outra lógica? Como seria possível? Estas possibilidades seriam efetivamente solidárias? A psicanálise poderia contribuir com isso? De que maneira? Ficam estas interrogações para uma empreitada posterior.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, R. (1999). A “Terceira Via” de “Tory” Blair: a outra face do neoliberalismo inglês. Outubro. São Paulo, n3, 18-27.

Baumann, Z. (2001). Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Baumann, Z. (2005). Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Birman, J. (2005). Mal-estar na Atualidade: a Psicanálise e as novas formas de subjetivação (5ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Birman, J. (2006). Arquivos do Mal-estar e da Resistência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bleger, J. (1992). Psico-higiene e Psicologia Institucional (3ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas

Calazans, R. (2002). Considerações a Propósito do “Sujeito da Ciência”. In: W. Beividas (Org.). Psicanálise, Pesquisa e Universidade. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

Clastres, P. (2004). Arqueologia da Violência: A guerra nas sociedades primitivas. In: P. Clastres (Ed.). Arqueologia da violência. São Paulo: Cosac & Naify, PP.231-270.

Costa Junior, L. (1998). Terceiro Setor e Economia Social. Cadernos do III Setor. São Paulo: FGV/ EAESP, v. 2.

Coutinho, J.A. (2006). As Ongs e as Políticas Neoliberais. Revista Eletrônica de Jornalismo. Brasil, 10 novembro 2006.

Dupas, G. (2005). Tensões Contemporâneas Entre o Público e o Privado. Cadernos de Pesquisa, 35(124), 33-42.

Enriquez, E. (2005). Psicanálise e Ciências Sociais. Ágora, Rio de Janeiro, VIII(2), 153-174.

Enriquez, E. (2004). O Outro, Semelhante ou Inimigo?. In: A. Novaes (Org.). Civilização e Barbárie. São Paulo: Companhia das Letras.

Ferreira, G. A., Neto. (2001). Amor é Dar o Que Não se Tem. In: O. Cesarotto. (Org.). Idéias de Lacan. São Paulo: Iluminuras.

Fortes, I. (2004). O Sofrimento na Cultura Atual: Hedonismo versus alteridade. In: C. A. Peixoto Jr. (Org.). Formas de Subjetivação. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Fraga, P.C.P. (2002). As ONGs e o Espaço Público no Brasil. Revista Tempo e Presença, 26-33.

França Filho, G.C. (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia Análise & Dados, 12(1), 9-19.

Freud, S. (1913). Totem e Tabu. In Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1920). Além do Princípio do Prazer. In Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1921). Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1924). O Problema Econômico do Masoquismo. In Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1927). O Futuro de Uma Ilusão. In Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1930). Mal Estar na Civilização. In Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago.

Giddens, A. (1991). As Consequências da Modernidade. (R. Fiker, Trad.). São Paulo: Editora UNESP. (Obra original publicada em 1990).

Gohn, M. G. (2000). Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania. São Paulo: Cortez.

Guerra, C.E. & Aguiar, A.C. (2007). Institucionalização do Terceiro Setor Brasileiro: da filantropia à gestão eficiente. Convibra – Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Acesso em 10 de maio, 2008, em <http://www.convibra.com.br/2007/congresso/artigos/188.pdf>

Herrmann, F. (1997). O Pensamento. In F. Herrmann (Ed.). Psicanálise do Quotidiano (Parte 3, cap. 7, pp. 129-161). Porto Alegre: Artes Médicas.

Herrmann, F. (1997). O Ato. In F. Herrmann (Ed.). Psicanálise do Quotidiano (Parte 3, cap. 8, pp. 162-177). Porto Alegre: Artes Médicas.

Herrmann, F. (2003). Psicanálise e Política – no mundo em que vivemos. Revista Trieb da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, II(2), 235-263.

Junqueira, L.A.P. (2004). A Gestão Intersetorial das Políticas Sociais e o Terceiro Setor. Saúde e Sociedade, 13(1), 25-36.

Kehl, M. R. (2002). Por que Articular Ética e Psicanálise?. In M. R. Kehl (Ed.). Sobre Ética e Psicanálise (introdução, PP. 7-38). São Paulo: Companhia das Letras.

Lacan, J. (1992). O Seminário, livro 17: O Averso da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Landim, L. (1993). A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão do impossível. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Maia, M. S. (2002). Angustia de Vida e Angustia de Morte: sobre os processos de subjetivação e contemporaneidade. In: V. L. Besset (Org.). Angústia. São Paulo: Escuta. pp.89-103.

Maia, M. S. (2003). Quando o Trauma se Constitui como violência: o trauma dessubjetivante. In: M. S. Maia (Ed.). Extremos da Alma. Rio de Janeiro: Garamond. PP.145-176.

Martins, C. E. (2004). Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina. Cebri Tese, p. 1-25.

Melman, C. (2003). Novas Formas Clínicas no Início do Terceiro Milênio. Porto Alegre: CMC Editora.

Mendes, L.C.A. (1999) Estado e Terceiro Setor: uma análise de duas iniciativas de aproximação. Anais: Administração Pública, Rio de Janeiro: ANPAD. p.57.

Nietzsche, F. (2007). Genealogia da Moral. (A. C. Braga, Trad.). São Paulo: Editora Escala (Obra original publicada em 1887).

Peixoto Jr, C. A. (2003). Uma Breve Leitura do Sintoma Social Dominante na Atualidade. In: A. Márcia (Org.). Soberanias. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Pereira, W.C.C. (2001). Nas Trilhas do Trabalho Comunitário e Social: teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes: PUC Minas.

Rosa, M. D. (2004). A Pesquisa Psicanalítica dos Fenômenos Sociais e Políticos: Metodologia e fundamentação teórica. Revista Mal-Estar e Subjetividade, Fortaleza, IV(2), 329-348.

Roudinesco, E. e Plon, M. (1998). Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Sader, E. S. (2005). Hegemonia e Contra-Hegemonia. CLACSO, julho de 2005, p. 15-34.

Safatle, V. P. (2008). Por uma Crítica da economia Libidinal. Psicanálise e Cultura. São Paulo, 31(46), 16-26.

Santos, B. S. (1999). Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

Sennett, R. (2006). A Cultura do Novo Capitalismo. Rio de Janeiro: Record.

Soares, L. T. (2004). Globalização e o Papel do Estado na Proteção da Vida. II Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária. Acesso em 08 de janeiro, 2009, em http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:uf2Uo7E8EJ4J:www.anvisa.gov.br/DIVULGA/noticias/2004/221104_conferencia.pdf+globaliza%C3%A7%C3%A3o+e+o+papel+do+estado+na+prote%C3%A7%C3%A3o+da+vida&hl=pt-BR&gl=br&sig=AHIEtbT2LNFEQyERbk7AIQalFyhLfwS9o

Souza, A. (2003). Os Discursos na Psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Souza, E. B. (2005). O Fim da Filosofia em Heidegger. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Szpacenkopf, M. I. O. (2004). Violência: A quebra do reconhecimento entre estado e cidadão e o efeito de duplo. In: C. A. Peixoto Jr. (Org.). Formas de Subjetivação. (Rio de Janeiro: Contra Capa.

Tractenberg, M. (2005). Psicanálise e Socialismo. A Utopia dos Socialismos – Ou quanto à possibilidade da Psicanálise socorrer o socialismo democrático. Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, 39(3), 125-8.

Valadão, V.M., Jr.; Souza, A.C.L.M. (2005). Terceiro Setor: um levantamento das atividades não lucrativas na cidade de Uberlândia – MG. Anais VIII Semead, São Paulo, 1-8.

Veras Neto, F.Q. (2001). O Terceiro Setor, Reorganização Autogestionária da Sociedade Civil ou Neoliberalismo Disfarçado?. Revista Crítica Jurídica – Revista Latino-Americana de Política, Filosofia y Derecho, (18), 215-235.

Voig, L. (2005). Elementos Introdutórios Sobre o Terceiro Setor no Brasil. In A. MacDowell (Org.). Responsabilidade Social e Terceiro Setor em Discussão: as grandes lideranças empresariais e sociais em Natal. Natal (RN): Natal Voluntários.

10. ANEXOS

10.1. Instituição A: sinopse das entrevistas

Entrevista com Membro da diretoria, participante do período de fundação - Raquel

Data: 09-12-08

- Sentimento de responsabilidade pela coletividade: não esperar que o governo mantenha a harmonia de tudo, mas mobilizar a sociedade civil para que ela cuide daquilo que possa ser necessário para o bem-estar coletivo. Não se espera tudo passivamente do Estado. A atividade individual é tomada como forma de iniciativa.

- Ideia da entrevistada de que sua contribuição individual é importante na promoção de mudanças e melhorias para beneficiários, bem como para a sociedade como um todo.

- Impressão de que aquilo que mantém a permanência na instituição não é algo racional, mas emotivo, que vem de um desejo de contribuir.

- Lapso na linguagem: em um momento da entrevista, a entrevistada comete um lapso, pois fala das dificuldades do deficiente, e diz que estas diferenças devem ser potencializadas:

“Ele não é deficiente ou insuficiente, ele só tem algumas diferenças de nós. Isso precisa ser potencializado.”

Parece haver um conflito entre potente *versus* deficiente: ao mesmo tempo em que aparece na fala o desejo de desmistificar a imagem vitimizada do deficiente e torná-lo capaz, parece que há a necessidade de manter certas distinções entre quem atua e o deficiente que recebe o serviço. Ao mesmo tempo em que se deseja eliminar as diferenças, e tornar o deficiente igual e tão potente quanto os demais, parece haver uma necessidade de diferenciação.

- Desejo não só de auxiliar aqueles que demandam, mas de expandir e aprimorar cada vez mais o que já fazem no presente.

- Grandes esforços para manter o trabalho: as pessoas se desdobram, fazem grandes sacrifícios em nome do trabalho na instituição. O objetivo era fundar a ADD em Uberlândia. Não deu certo, e a instituição retirou o apoio, mas a vontade pessoal de quem estava à frente ultrapassou os impedimentos e manteve o trabalho em seu nome.

- Marca histórica: RECUSA. A instituição A nasceu de uma primeira iniciativa em que os responsáveis recusaram-se a oferecer ou assumir um trabalho que as pessoas envolvidas achavam importante. Diante desta recusa, essas pessoas assumiram a responsabilidade de efetivar o que já era proposto pela instituição originária, mas que fora então recusado. Assumiram para si o desenvolvimento dos mesmos objetivos da instituição que se recusou a manter o trabalho.

- Visão de que o trabalho é contrário a tudo o que a sociedade prega, de que há um sacrifício do pessoal pelo social. O trabalho na ONG é encarado como um desafio pessoal e profissional, de superar dificuldades, suportar adversidades e aprender.

- Vem-me a impressão de que no discurso da entrevistada aparece algo que remete a um mundo hostil, que não oferece suporte, como se o trabalho realizado por ela e pela instituição fosse algo muito difícil, que ninguém valoriza, ninguém ajuda, e tornasse muito pesado, muito dispendioso e difícil – a instituição originária não ajudou, as empresas não ajudam, a prefeitura não ajuda, a população não ajuda. Há um ar de sofrimento na fala - recusa.

- Inversão da onipotência: ao mesmo tempo em que se fala das instituições e pessoas que não colaboram com o trabalho, há uma exaltação disfarçada do próprio empenho, como se mesmo com todos os empecilhos e problemas, realiza-se o mesmo. O tom é de humildade, mas o que está no fundo é uma onipotência de quem consegue fazer tudo.

- Desejo de potencializar a vida do beneficiário, de auxiliá-lo a encontrar maneiras para se ter uma vida boa, com qualidade. Neste sentido, a instituição passa a colocar algumas

condições para que o beneficiário possa acompanhar o que a instituição traça como caminho a ser seguido afim de alcançar as melhorias estipuladas – são exigências para que os beneficiários permaneçam na instituição, ou seja há uma hierarquia na relação entre instituição e beneficiário.

- Há um desejo de harmonizar a sociedade, de torná-la melhor e, às vezes, até mesmo uma idealização de que o deficiente tem que estar adaptado, feliz. Que todos possam reconhecer suas deficiências e que sintam-se iguais entre si. Desejo de salvar o mundo e torná-lo bom.

- Inclinação pessoal para o trabalho. A entrevistada reconhece que tem tendência ao trabalho com comunidades carentes, com grupos de risco e outros trabalhos mal remunerados e difíceis. Coloca isso como uma disposição pessoal.

- A entrevistada deseja sempre manter uma conduta não paternalista, pois não acredita ser a melhor forma estipular metas para a vida das pessoas ou delas ter pena, e oferecer tudo o que for de melhor. Mas, ainda assim, parece saber qual é o melhor caminho para que as pessoas aprendam a ser autônomas.

Entrevista com membro da diretoria (tesoureiro) - Joaquim

Data: 17-12-08

- O entrevistado não conhecia a instituição, não tinha vínculo nenhum com o trabalho desenvolvido por ela. Aceitou um convite para ajudar em função de uma causa que ele passou a conhecer e julgar justa, e, além disso, enxergava nela algumas deficiências para cuja eliminação poderia colaborar.

- Há uma tendência a se esforçar e sacrificar a vida pessoal em prol do trabalho social. O entrevistado não tinha tempo livre para o desenvolvimento do trabalho, mas decidiu dedicar-se em detrimento de sua vida pessoal, ficando seu tempo bastante comprometido. E

em períodos de excesso de trabalho, sua preocupação, no seu discurso, era temer prejudicar a instituição.

- Na escolha pelo trabalho o fator determinante foi emocional, e não racional. Houve também o desejo de pôr em prática algo desafiante que havia acabado de aprender, mas ele acentua que este interesse foi secundário em relação ao fator emotivo de ajudar numa causa em que aparentemente não havia outra pessoa para assumir aquele lugar.

- Percepção de que o trabalho é fundamental para a vida de algumas crianças, de que é a instituição que promove o bem-estar daquelas pessoas, como uma responsabilidade em “organizar” a vida destas pessoas – a instituição tem um grau a mais de saber, e por isso as pessoas submetem-se e a tomam como necessária.

- O entrevistado motiva-se com o trabalho em função de este ser único na área de atuação específica. Percebe que as crianças que sofrem de deficiências físicas não têm oportunidade, em outras instituições, de receber o auxílio que ali recebem. Comove-se com as necessidades das crianças portadoras de deficiência física.

- O interesse, pela percepção do entrevistado, não é financeiro nem político. Todos os membros da diretoria da instituição possuem fora dela cargos bem remunerados, e o que buscam no trabalho voluntário é de fundo emotivo.

- Desejo de ampliar os serviços e aumentar a potência e o alcance do serviço prestado.

- O entrevistado traz a sensação de que o trabalho é sempre desamparado pelas instituições públicas, pelos patrocinadores, e que sempre estão passando por “apertos”. Ele e os colegas precisam despender esforços para conseguir dar conta de tudo, mesmo sem a colaboração daqueles de quem esperam auxílio. Há, inclusive, um impulso à iniciativa pessoal, no sentido de lutar contra todos os fatores desfavoráveis ao trabalho.

- Não importa qual seja o público alvo da ação da instituição. No discurso do entrevistado, o que importa é que ele recebeu benefícios em sua vida pessoal, sente-se vencedor, e deseja partilhar com outras pessoas aquilo de que desfruta.
- Há uma satisfação em ver o resultado do trabalho e em ver a quantidade de pessoas beneficiadas, como se isto fosse uma produção própria, como se todos esses fatores fossem resultado de um empenho pessoal.
- A permanência no trabalho, mesmo em tempos de dificuldades pessoais parece ter-se sustentado pela necessidade de cumprir um compromisso feito com a diretoria, num medo de abandoná-la ou deixá-la desamparada.
- Da mesma forma que a outra entrevistada, este também parece tecer um conflito na fala: ao mesmo tempo em que quer colocar os beneficiários fora de um padrão vitimizado, num contexto em que são potencializados, há também uma tendência a vê-los como muito impotentes, necessitados, de forma que a ajuda da ONG é fundamental enquanto conhecedora do melhor a se fazer pelos beneficiários.
- O entrevistado toca várias vezes na questão da vida financeira e fiscal da instituição, querendo ressaltar que não há nada ilícito nela, e que ele não busca ali nenhum tipo de ganho que não o da satisfação com o trabalho. Esta repetição faz pensar no que pode haver de ilícito na sua lógica discursiva e naquilo com que ele se envolve e empenha.
- O entrevistado diz ter-se apegado mais ao trabalho quando viu as dificuldades, e teve sua intensidade de dedicação aumentada quando precisou superar as adversidades pelas quais passaram em alguns momentos.

Entrevista com funcionária da instituição - Andrea

Data: 16-12-08

- A entrevistada entende a instituição como fazendo parte de um processo de amadurecimento. Ela acredita que os seus objetivos ainda são utópicos, já que existe uma distância entre estes e a prática, que se concentra na questão concreta do esporte. Ela percebe que, no início, a instituição realizava um trabalho assistencialista, de suprimento das necessidades e demandas dos beneficiários, e que isto já melhorou, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

- Fica visível para ela a divergência de opiniões a este respeito tanto entre funcionários quanto entre a diretoria. Ela percebe o pensamento onipotente de querer suprir o outro e também a riqueza em permitir que ele próprio crie seu caminho em busca das próprias necessidades. Para ela os beneficiários são autosuficientes, capazes, iguais a todos.

- Traço histórico de recusa: Há a percepção de uma incoerência da instituição: ela atende a deficientes físicos, mas apesar de haverem no prédio onde ocorrem as atividades um elevador de acesso para o segundo piso, está estragado há algum tempo. Esta limitação impediu a continuidade de um trabalho desenvolvido pela entrevistada, de um grupo terapêutico com os beneficiários. Há uma restrição no acesso

- Ela entende que os beneficiários são completos, capazes de autonomia, e que a instituição não deve buscar suprir as necessidades de cada família atendida, até porque este seria um pensamento prepotente. Ela entende que ninguém supre ninguém, e que a instituição não é necessária para ninguém, mas é enriquecedora.

- A entrevistada entende que nem todas as pessoas têm o entendimento que ela tem sobre o trabalho, que há pessoas com concepção ainda assistencialista, como foi a proposta inicial da instituição. Ainda hoje, tanto na diretoria quanto entre funcionários, há quem pense na proposta de suprir necessidades dos beneficiários.

- Percebe um movimento individualista na equipe de funcionários, que age de acordo com as suas próprias crenças, e não em uma base comum. Ocorrem até mesmo boicotes à

diretoria no sentido de manterem suas posições individuais. Aponta a falência da gestão neste ponto, discorrendo sobre a importância deste papel para o fortalecimento dos laços entre as pessoas da equipe, e na coesão do trabalho.

- A entrevistada tem uma percepção de que a instituição tem uma tendência à inércia, de que com o passar do tempo as relações foram ficando engessadas. Se no início havia abertura para participação, hoje ela não percebe essa abertura, e se sente mal a ponto de ter optado por deixar a instituição. Ela atribui estes movimentos à nova diretoria, à falência do papel de gestão (o gestor não conseguiu mediar as diferentes opiniões e unificar o trabalho, acabando por adoecer e sair), mas também a uma tendência da instituição, da qual ela também faz parte.

- Transparece o sentimento de gratidão e de desejos positivos para a instituição, mas a entrevistada reconhece suas falhas e percebe que para o seu melhor desenvolvimento será necessário deixá-la.

- Percebe uma contradição entre o objetivo da instituição, que é promover a autonomia dos beneficiários, e o que se faz, pois as práticas incentivam a dependência. Ela entende isso como fazendo parte do amadurecimento da instituição, que ainda vai chegar, de acordo com a sua crença, num ponto em que promoverá um trabalho libertador.

- Ocorre a percepção de que o posicionamento inerte da instituição atinge também as famílias beneficiárias. Ela percebe a dificuldade em manter grupos de discussão com pais, e entende que parece ser uma tendência à inércia que perpassa o trabalho como um todo.

- Ao pedir que falasse sobre o significado da instituição para a vida dela, fala sobre aproveitar o espaço da instituição para crescer profissionalmente, e depois sair para outras experiências melhores. Após dizer isso, esquece-se de qual era a pergunta, e aí sim, ela fala sobre o que aprendeu com o trabalho: desconstruir a fantasia de que o outro tem diferenças em função da deficiência. Ela aprendeu a perceber todos como iguais.

10.2. Instituição B: sinopse das entrevistas

Entrevista com Presidente – Vanda

07-04-09

- A entrevistada conta que a iniciativa nasceu de um grupo da igreja, de mulheres que se reuniam para ajudar pessoas de uma região carente da cidade. Ela, seguindo os preceitos da igreja, nos quais acredita, buscou participar. Há uma diferenciação entre quem é da igreja e quem não é.
- Conta que permaneceu neste grupo porque percebia as carências das pessoas, e se sentia útil.
- Chegou a ponto de pedir demissão de sua atividade profissional para poder ficar por conta do trabalho voluntário, na ONG. Passou a frequentá-la todos os dias, na ânsia de dedicar cada vez mais tempo para este trabalho.
- É notável a presença de uma contraposição entre “as leis de Deus” e as “leis dos homens”. No discurso, parece haver uma disponibilização em prol do Divino e para efetivar a sua missão no mundo humano, com todas as suas burocracias e necessidades institucionais.
- Aparece aqui também o sentimento de solidão no trabalho, de maneira que a descrição é de uma atividade que ninguém topa: ninguém dispõe de tempo para o trabalho voluntário, captar verbas é difícil, tudo é difícil, tem que ter persistência.
- Descreve o trabalho como sendo a oferta de suporte a quem precisa, encontrando pessoas que realmente necessitam, analisando as suas necessidades e promovendo o auxílio. É essencial preocupar-se com as pessoas e com a comunidade.
- Há uma vastidão de serviços prestados pela instituição. O foco descrito em seus objetivos é desenvolver atividades profissionalizantes com jovens, mas a ONG acaba por

atender demanda de todos os tipos, desde a oferta de cesta básica e roupas até o auxílio para agendamento de consultas médicas no hospital de clínicas da faculdade de medicina, e qualquer tipo de auxílio que lhe seja solicitado. Há uma busca por conseguir de atender a todas as demandas da comunidade.

- Com o passar do tempo o grupo de oração deixou de existir, e o vínculo com a Igreja foi reduzido. O trabalho passou a ser assistencial, e não religioso. Mas, ainda assim, o preceito religioso é que embasa o discurso e as ações da instituição.

- Percebe-se a entrega passional ao trabalho, com a fé de que Deus manterá a harmonia em sua vida, e que no futuro ela será recompensada de alguma forma. Mas nos dois anos de gestão a fé é de que “Deus provê” e de que “a recompensa vem depois”. O discurso é de sacrifício e de amor em nome de um bem que ela acredita ser maior, mas a lógica parece ser servil no sentido de que coloca sua vida à disposição, sem salário, sem apoio e contando somente com a “providência divina”, que para ela parece funcionar como garantia;

- A entrevistada espera ser remunerada após o seu mandato na diretoria, quando então poderá ter salário.

- Além de servil a lógica discursiva é também onipotente porque parece envolver um movimento de estar à frente do trabalho na certeza de que dará conta de todo ele, algo que ninguém pôde fazer pela comunidade. Há uma autoglorificação, pois ela se dispôs, ela dá conta, ela faz, e ninguém mais; mas ao mesmo tempo o discurso traz uma gratidão pelas pessoas que a auxiliam com recursos materiais que ela não pode adquirir. A posição em que ela se coloca, parece servil, mas carrega um traço forte de onipotência – dá-se ao luxo de abandonar a atividade remunerada para viver de favores, doações e presentes, parecendo humilde; mas mostra, porém, que pode sobreviver desta forma e fazer muito por aqueles que nada têm – coloca-se no lugar deles, mas ao mesmo tempo diferencia-se por saber e poder dar-lhes aquilo que precisam.

- Para ela, a instituição ainda não “engatou” um bom ritmo porque não existe condição de remunerar ninguém. Todos os monitores são voluntários, e por isso cedem uma pequena parte de seu tempo, não ficando por conta da instituição o tempo todo. Somente ela se propõe a isso, e, assim, o que ela podia adiantar, ela já o fez. Da parte dela, ninguém pode reclamar.

- Ocorre a percepção de que o trabalho é essencial para a vida daquelas pessoas.
- O que se ganha com o trabalho não é da ordem financeira, mas divina – no discurso dela.
- Quando questiono sobre os ganhos, ela menciona o prazer que tem em perceber que ela pode resolver os problemas das pessoas com facilidade, que ela pode fazer algo que eles não podem ou não conseguem. Em suas palavras:

“Ana Paula, pra mim é muito gratificante eu chegar aqui, por exemplo, ter uma família que precisa de ajuda, e a gente... a gente vê que aquilo é fácil pra gente, que a gente consegue aquela ajuda, a gente consegue ir até lá, falar a resposta pra ela, de tudo e... a maneira que eles recebem, a maneira assim que... coisas que se não fosse a gente era impossível, né, então, e eles recebem aquilo, o sorriso, a satisfação daquela família e tudo, é muito gratificante. E pra mim, pra mim eu to sendo sustentada com isso, sabe, de ver o prazer das pessoas sendo ajudadas, de ver o prazer dos meninos que vem (...)”

- No discurso, a entrevistada coloca-se como popularizada, próxima às pessoas que recebem o serviço. Esta necessidade de se colocar como próxima, como igual (vai à casa das pessoas, toma café com elas, sabe da vida e dos problemas de cada um, passa pelas mesmas dificuldades financeiras, pois não tem trabalho remunerado, etc) parece ser uma exigência para não permitir que apareça a diferença que ela estabelece para si mesma diante destas pessoas. Porque elas precisam de seu auxílio para resolver seus problemas? a diferença está embutida aí, pois ela fica como potente diante dos despotencializados.

- Parece existir uma mobilização da entrevistada no sentido de buscar verbas para remunerar as pessoas que trabalham voluntariamente na instituição, porque vê neles a necessidade de ganho financeiro, pois têm famílias, etc. Mas, e ela? Não precisa? Ela diz ficar com a sobrecarga de trabalho porque não tem quem o faça, justamente por não serem remunerados e não estarem por conta da instituição. Ela é quem faz mais e não ganha nada por isso.

- Há algo que a entrevistada só pôde dizer na surdina, pois após o encerramento da entrevista, ela me disse que adorava o seu trabalho anterior, que era muito bom, e que quando cogitou sair, seu chefe propôs dobrar-lhe o salário, para que ficasse. Mas ela não aceitou, e disse a ele que a questão não era dinheiro. O que ela queria era dedicar-se a um trabalho que a fizesse sentir-se bem. E conta que foi como um plano de Deus, pois um ano antes, o chefe conversava muito com ela, e fez com que ela conseguisse pagar todas as suas dívidas – conta que era extremamente consumista, que sempre que ia a uma loja, tendo ou não tendo dinheiro ela comprava, passava cartão, e vivia endividada. Considerava-se bastante consumista e materialista. Diz então que foi mesmo o plano de Deus. E, segundo ela, foi tão bom, que o chefe concedeu a ela o acerto - no contrato que assinam com a empresa, tem uma cláusula que diz que a empresa não faz acerto com o funcionário. Apesar disso, quando ela disse que ia sair, e não aceitou aumento, mas disse que era pra fazer trabalho social voluntário. Assim, o chefe quebrou a regra do contrato e concedeu os benefícios de seguro desemprego e fundo de garantia. A entrevistada conta que nesta época, quando trabalhava na empresa, vivia com dores de cabeça muito fortes, passava mal, e era sempre provocada por stress. Depois que veio para a instituição, tudo isso acabou. Conta que sua vida mudou, pois não tem mais essas dores, e vive com os recursos que tem. Diz que está muito feliz. Parece que quando não ocupava a posição subjetiva que assumiu hoje, era tomada de muito mal-estar. Funcionar da

forma como funciona hoje serviu-lhe como remédio para o seu mal-estar. Mas isso ela só pôde me contar em particular, após a gravação da entrevista.

Entrevista com voluntário da instituição – Henrique

29-04-09

- A ONG apareceu na vida dele na hora certa, antes que ele se envolvesse com drogas, pois segundo ele esta é a realidade do Brasil. Não fazia nada, e com a ONG ele passou a obter conhecimento e mostrar-se útil;
- Depois de receber as benfeitorias da ONG e de se sentir potencializado, o desejo agora é de multiplicar e retribuir, dando a quem não tem;
- Há ambição em subir cada vez mais de função na ONG, pois ele percebe que pode ser cada vez melhor em seus propósitos.
- Quanto mais subir na instituição, menos se preocupará com dinheiro, pois o que importa é o caráter (e o poder que esta posição lhe atribui, já que passa de passivo no acolhimento do serviço prestado pela ONG para a de ativo: já é potente e capacitado a oferecer alguma coisa a quem não tem).
- Parece-lhe que a posição de voluntário traz um empoderamento e um estabelecimento de alguma diferença que o faz ser promovido a uma outra condição.
- É notável a insatisfação com um trabalho voluntário realizado em outra instituição, pois lá havia uma hierarquização entre voluntários e funcionários, sendo que o funcionário era tido como superior. No trabalho atual, não há funcionários; então o entrevistado sente-se melhor, pois neste ele pode ensinar e ter alguma função superior. Esta dinâmica aparece num discurso de igualdade, onde funcionários e voluntários não deveriam ser diferentes, mas na retribuição aparece uma certa diferença entre quem já aprendeu e quem não tem proficiência.

- Nesta primeira experiência ficou claro que quem é estranho ao bairro, vem de maneira hierarquizada, técnica, profissional e remunerada. Instala-se então a preferência de que tudo seja feito somente entre pessoas do bairro, entre iguais. A benignidade está no não materialismo;
- Existe a ideia de que na ONG, como não se tem funcionários, todos são voluntários, e consequentemente são iguais aos beneficiários. Mas entre eles, instala-se uma hierarquia de saber e poder;
- Há um desejo de troca de saberes articulados horizontalmente, entre colegas, e não com técnicos que trabalham como funcionários e vêm trazer um saber externo à realidade da comunidade. Entende a ONG como um lugar onde não há autoridade à quem se deva reportar, mas todos são iguais e trocam ideias;
- Ao mesmo tempo, a coordenadora da instituição B, assim como muitos outros voluntários, não é do bairro, mas é aceita por sua postura de compartilhar saberes e também por não ser remunerada. Vemos que há uma contradição: a não aceitação é pela conduta ou pela remuneração? Há um conflito de interesses – saber ou dinheiro? O dinheiro parece algo pecaminoso;
- Ao que parece o fator que une os iguais é a ação voluntária, não remunerada. Quem é remunerado é “mundano”, e os não remunerados, mesmo que não sejam do bairro, são iguais. A ausência do dinheiro passa a ser valorizada enquanto característica de benignidade.
- Este entrevistado também abriu mão do trabalho e dos bens materiais para trabalhar na ONG.
- Para ele o que conta é o caráter, a família e a comunidade. Ele não trabalha para si mesmo, mas para auxiliar outras pessoas a conseguirem empregos. Segundo ele, trabalhar para ter uma vida melhor é um objetivo materialista de que ele não deseja partilhar. Prefere trabalhar pela comunidade e pela satisfação que isso traz.

- A posição parece ser também servil, de abrir mão da própria vida para ajudar o outro, mas esconde um ar de onipotência, de quem se diferencia dos outros por sua dignidade e caráter inigualável. Quem trabalha por dinheiro é sujo, e assim, na sua iniciativa voluntária, a autoexaltação revela a onipotência;
- Ao que parece, na comunidade ele adquiriu um “status”, de modo que possa ensinar e partilhar o que tem a mais. Fora da comunidade, não pode fazer isso.
- O ganho que a instituição oferece é satisfação em ajudar, e experiências que não podem ser pagas com dinheiro – o dinheiro, apesar de rechaçado e visto como mundano é sempre trazido pela fala;
- Apesar de não desejar uma hierarquia entre funcionários, e rechaçar a ideia do trabalho remunerado, há um desejo por diferenças de poder dentro da instituição. Ela não pode existir por meio do dinheiro, mas se faz perpetuar de outras maneiras, por meio do saber e do poder.
- Havia, por parte do entrevistado, um preconceito com relação ao bairro, e uma impressão de que todos os que nele moravam eram pessoas ruins, violentas. Mas depois, participando da ONG ele percebeu que não. A partir de então toma a comunidade como parte de si. Parece haver uma contradição, pois ao mesmo tempo em que vê benignidade nas pessoas e percebe-as como iguais, faz uma diferenciação entre as boas e as ruins. As boas são as que estão participando da ONG. Para se tornar melhor, há que se passar pela ONG, pois este é o seu objetivo: melhorar as pessoas, livrá-las do mal iminente que assombra o bairro;
- A instituição passa a ser então aquela que, por meio de sua ação totalmente voluntária, pretende não só harmonizar a condição do bairro, mas também eliminar todo o mal da ganância e do materialismo.
- A instituição é descrita pelo entrevistado como um lugar perfeito, onde todas as relações são horizontais, não hierarquizadas e onde jamais ele irá se “chatear”. Diz-se sentir bem neste local o tempo todo, mesmo que tenha muito trabalho.

- Há uma posição masoquista em se entregar servilmente à instituição para que ela cuide de suas falhas, mantendo-se preso a ela por eterna gratidão. Adotar também a posição oposta com relação aos demais.

Entrevista com Tesoureiro da instituição – Elias

22-05-09

- O entrevistado considera ter uma participação distante da instituição pelo fato de não se envolver com as atividades diretas com a comunidade. Considera-se à margem pelo fato de se ater às questões financeiras da entidade.

- Está presente desde o início da instituição, na origem religiosa do trabalho. Chama o trabalho realizado pela instituição de “obra”. Acredita que a ideia do trabalho é religiosa, mas foi retirado todo o conteúdo religioso para que outras pessoas pudessem aproximar e se beneficiar;

- Há uma diferenciação entre as pessoas que iniciaram o trabalho como participantes da igreja e aqueles que entraram posteriormente e não fazem parte do aspecto religioso.

- A origem religiosa baseia-se na palavra cristã de que “a fé sem obras é morta”, e de que é necessário “amar ao próximo como a si mesmo”; estas foram as ideias que deram origem ao trabalho, de perceber a necessidade de estruturar e fortalecer a fé em busca da promessa divina;

- Há a percepção de que com pouco se faz algo que pode ajudar as pessoas;

- O entrevistado sentiu-se melhor e mais realizado quando pôde exercer uma atividade direta com a comunidade. É como se o trabalho fosse realmente válido quando se tem o contato com a comunidade por ele beneficiada;

- A percepção de benfeitoria só acontece quando o entrevistado percebe as melhorias nas vidas das pessoas auxiliadas. Não percebe auxílio financeiro com as atividades de tesouraria;
- O entrevistado desenvolveu um programa de organização financeira doméstica para auxiliar as pessoas a se organizarem com os recursos que têm. Ele desenvolveu isso a partir de uma dificuldade própria, com o objetivo de resolver sua condição, e também auxiliar outras pessoas a manterem o padrão de vida que podem ter;
- As dificuldades financeiras que teve foram superadas por ele mesmo, e hoje ele percebe um diferencial na sua organização financeira e na de outras pessoas que o rodeiam. Foi da vontade dele que este potencial desenvolvido fosse aproveitado na utilização com outras pessoas que não o possuíam;
- Do ponto de vista do entrevistado, a organização financeira deve ser feita entre todos, independentemente da classe social. Há que haver um planejamento dos gastos de acordo com o que se tem. Ele deseja transmitir esse conhecimento não só na ONG, mas em qualquer lugar onde puder;
- Ressalta a dimensão prática do que ele quer ensinar. Conta como ele consegue fazer algo que é praticamente impossível para a maioria das pessoas. Mas ele consegue e quer ensinar, partilhar;
- O entrevistado desenvolveu também uma disciplina com relação à utilização do tempo. Ele procura dividir sua vida em setores, para que possa circular em todas as situações desejáveis, na intensidade possível em cada época de sua vida. Não acha interessante prejudicar-se em outros planos da vida para estar no trabalho voluntário. Desenvolverá ações mais intensas quando tiver tempo disponível para isso. Por enquanto, como tem outras prioridades, ajudará somente na parte financeira, que ocupa menos tempo;

- Segundo o entrevistado, há um ganho com o trabalho. Percebe que, ao olhar a realidade à sua volta, ele nota que seus problemas não são tão grandes como pareciam, pois os vê muito mais sérios entre as pessoas auxiliadas. Ele pôde perceber como sua vida é agraciada e estruturada.

- Mais uma vez o dinheiro aparece. Aqui, não como algo que não se pode ter, mas que não se pode gastar. Há que se guardar e manter um padrão de vida limitado às possibilidades concretas. O risco financeiro deve ser evitado. Compra-se aquilo que é necessário, numa lógica de retenção do que pode ser prazeroso. Mesmo ganhando bem, há que se viver poupando, com orçamento justo. Sendo tesoureiro da instituição, ele cuida do que deve ser recalcado – o financeiro.

Entrevista com voluntária da instituição – Joana

28-05-09

- Incômodo com a incapacidade das ações. A voluntária já efetivou auxílio em alimentação para muitas famílias, mas agora, com a diminuição das doações ela se sente mal. Quando falta aos outros, ela auxilia, mas quando falta a ela essa condição, dá-lhe um mal-estar.

- Sente-se cobrada pela população que foi “cortada” do benefício, e fica impotente diante deles. Coloca então as suas dificuldades e os seus esforços diante da situação. Oscila entre a impotência remetida a um outro superior que pode auxiliar e a onipotência de se sentir responsável pelos demais desamparados.

- Tornou-se voluntária pelo convite de outras pessoas que quiseram ajudá-la. Ela foi solicitada para desenvolver um trabalho que não tinha quem o pudesse fazer, mas poderia também, com isso, ajudar a si mesma, ocupando o seu tempo e fazendo o bem para alguém;

- Iniciou suas atividades na instituição como voluntária, e mesmo assim coloca-se como responsável pela solução do problema de alimentação das famílias, buscando conhecer as condições necessárias para consegui-lo.

- A entrevistada é viúva, e se sente bem em realizar o trabalho voluntário porque com ele há sempre pessoas procurando por ela, e ela se sente querida pelas pessoas. De certa maneira, nesse ponto, sente-se agraciada com relação aos demais.

- A voluntária quer solucionar a questão dos beneficiários, e para isso ela reza por eles e pelos doadores, para que não falem aos donatários. Ela diz: “peço a Deus pra proteger eles lá, pra conseguir doar mais, né pra gente adiantar o lado da gente que tá precisando também, né”. Há uma intercalação de posições no que diz respeito à posição de ativo e passivo.

- Ao falar do que aguarda da instituição, surge a esperança de um dia conseguir trabalho remunerado na instituição, quando sua sede oficial estiver pronta. Este desejo é dito com muito cuidado, muito acanhamento. Ela espera que as pessoas se lembrem dela pelo esforço que já fez até agora, enquanto voluntária.

- A entrevistada não é aposentada; é viúva mas não recebe pensão. Mora sozinha, e vive da ajuda dos filhos. Mesmo assim, realiza trabalho voluntário, tendo por enquanto somente a esperança de vir a receber alguma coisa.

- Há um tipo de compromisso: a instituição a ajuda, e ela ajuda a instituição. A entrevistada ajuda em troca de estar com as pessoas e sanar a depressão. Será fiel enquanto a instituição existir, retribuindo às outras pessoas no que ela puder. Ocupa ora uma posição hierárquica de maior empoderamento, e ora uma posição falida, necessitada de auxílio. As hierarquias parecem sempre valer, em ambas as posições ocupadas, pois estão solidificadas pelo masoquismo.

- É como se a instituição pudesse resolver todos os seus problemas, tanto os atuais quanto os futuros. Há uma relação masoquista e servil. Foi a instituição que trouxe de volta

sentido para a vida de D. Joana. Após o falecimento do marido, ela se isolou das pessoas, mas aceitou trabalhar na instituição para estar perto da filha (que também trabalha na instituição B) e achou bom ser acolhida pelas pessoas de lá. Diz que na instituição fogia da realidade.

- A entrevistada beneficiou-se também da alfabetização de adultos. Ela percebe que precisa desse auxílio, pois há uma angústia que precisa ser aplacada, seja com remédio para dormir, seja com a presença das filhas ou com a frequência em algum tipo de curso onde tenha contato com pessoas. Mas os que a instituição oferecia não mais existem— e, nesse sentido, a instituição falha com ela, assim como as autoridades falham com a instituição.

- Conta que o que a faz permanecer na instituição é o contato com as pessoas e a possibilidade de repassar seus conhecimentos para quem precisa.

- O dinheiro aparece como necessário para a sobrevivência. Mais do que isso, não é bem vindo. A amizade é um valor maior, que dinheiro nenhum paga.

- A entrevistada pensa que a ONG pode resolver muitos problemas do bairro, salvar crianças e jovens do crime e das drogas.

- Para a entrevistada, as autoridades não conseguem pensar em quem não tem boas condições porque eles já têm as deles, e quem tem condições não se interessa em saber se o outro tem ou não. Ela julga isso como algo errado.

- Vê a instituição como fraca, impotente diante dos problemas, e precisando de ajuda, tal como os beneficiários. Segundo ela, não dá para auxiliar sozinho a quem precisa.

- Há a vontade de expandir cada vez mais o trabalho, mas isso sempre contando com voluntários.

- Surge a fala de que o trabalho voluntário é sacrifício de poucos, pois é muito difícil, e acaba que as pessoas desistem. Ficam poucos, somente aqueles que não esperam retorno nenhum.

- Parece que a posição ocupada pela entrevistada é semelhante à da instituição: a de quem precisa de auxílio (principalmente o financeiro) e também auxilia (voluntariamente). Quer ajuda para poder ajudar.

10.3. Instituição C: sinopse das entrevistas

Entrevista com coordenadora geral: Jaqueline

Data: 26/05/09

- O envolvimento com o trabalho deu-se pelo acaso, como resultado das práticas como educadora, de usar a arte para ampliar a vivência dos alunos. Os resultados eram percebidos como muito belos, e então difundiram-se entre amigos, voluntariamente, até que surgiu a necessidade de criar a ONG.
- A ONG surgiu como necessidade de organizar a atuação em prol daquilo que eram ideais de sociedade para este grupo de pessoas.
- O desejo é de contribuir socialmente na intervenção junto ao poder público, e de promover mudanças possíveis a partir do terceiro setor.
- Diferencia o trabalho da ONG daqueles que resultam da filantropia, colocando esta como assistencial e o trabalho da ONG como criador de competências. Idealiza o país como um lugar onde não haja necessidade de filantropia (para acudir causas urgentes de alimentação, moradia, etc), mas que tenha um povo que saiba se manter e produzir.
- Vê o trabalho da instituição C como produtor de benfeitorias no sentido de que promove mudanças no mundo e nas pessoas.
- Traz uma ideia de que para atingir o ideal dessa sociedade igualitária é preciso mobilização dos três setores, e insere as atividades da ONG como contribuintes na área do terceiro setor.

- No início das ações, antes da formalização da instituição, o trabalho ocorria voluntariamente, seguindo os parâmetros de um instituto empresarial, que oferecia ajuda de custo.
- O desejo é de melhorar a qualidade do ensino, e, por intermédio da ONG, encontrou maior facilidade de realizar os projetos, pois não existe a burocracia do poder público. Sente-se mais produtiva, e acredita que pode ajudar mais estando na instituição do que na escola.
- Apesar de atualmente não realizar trabalho voluntário, a entrevistada considera que o seu ganho é a ampliação de vários aspectos em sua vida e o contato com a arte que o trabalho lhe oferece. Considera que ganha mais do que dá, mesmo na época em que não recebia remuneração financeira para isso.
- A partir dos benefícios que a entrevistada recebeu pelo contato com as artes, ela quer, por meio do trabalho, propiciá-los também a outras pessoas.
- O trabalho é alimentado por um desejo de “conexão” com o mundo, de percepção do que está à nossa volta, de encantamento com a existência e atribuição de sentido e de beleza em tudo isso.
- A entrevistada descreve como foi o seu envolvimento para iniciar o trabalho. Conta que se sensibilizou com músicas que falavam da ideologia, e de como uma pessoa pode descortinar isso tudo e descobrir a vastidão de sentidos existentes. Após descobrir isso, queria propiciar também para outras pessoas.
- Descreve o prazer e a alegria que a tomaram quando pôde acessar esta nova realidade que gerou sensação de amplitude.
- O desejo que a entrevistada relata é o de partilhar a alegria de sentir a arte com elementos de humanidade, fazer contato com as crianças para que elas sejam tão felizes quanto ela foi ao perceber tudo isso.

- A entrevistada não gosta de segregação cultural, e tem uma forma engajada de propor a quebra dessas barreiras culturais. O gosto pela arte tem que se dar com aquilo que conecta o sujeito ao mundo;
- Há uma visão interessante de que se trabalha com quem quer. A instituição C não propõe trabalhos com a intenção de trazer público alvo, mas oferece-os a todos, e trabalha com quem se dispõe, sem preocupação com a conquista daqueles que não quiserem participar.
- O trabalho é realizado com a vontade e com o afetivo de cada pessoa que procura, para que a instituição promova, como catalisador, o encantamento.
- A proposta da instituição, apesar de ter um cunho extremamente afetivo, é bastante técnico, embasado teoricamente.
- A entrevistada é apaixonada pela sala de aula, e foi onde ocorreu o seu processo de encantamento; mas atualmente vê-se distante dessa realidade, para poder gerenciar o trabalho da instituição C, o que lhe é exigido em função da melhor atuação desta.
- A entrevistada acredita que abandonou a sala de aula, que tanto ama, para poder propiciar um trabalho de maior envergadura, por envolver a imersão em fatores políticos, sociais e culturais, que ampliam a educação para além do aspecto da sala de aula.
- O desejo dela é ver o que é público funcionar bem em prol da população, com eficiência.
- Segundo a entrevistada, a escola não pode dar conta de toda a demanda de conhecer e ampliar o contexto cultural dos alunos sozinha. Precisa de ajuda, e o trabalho desenvolvido por ela tem esse sentido.
- O que mantém o trabalho da entrevistada é sua busca por um ideal de sociedade, sendo que seu ideal coincide com a missão da instituição.
- Há a visão idealizada, de uma sociedade sem sofrimentos.

- A entrevistada traz a noção de que trabalhar neste setor é diferente dos demais, e por isso fica difícil. Neste, é preciso desdobrar-se para conseguir as condições necessárias para a atuação.
- Há uma preocupação em produzir o máximo e o melhor possível para o público e com dinheiro público.
- As dificuldades do trabalho trazem uma ideia de que as pessoas remam contra a maré, mas, ainda assim, sentem-se satisfeitas com isso. Há uma exaltação pela escolha resignada em nome do ideal.
- Há uma descrição do mundo com vários problemas que motivam a atividade da instituição – a idealização do trabalho, como se essas questões pudessem ser resolvidas.
- A entrevistada mostra com orgulho os materiais produzidos pela ONG. Há um sentimento de pertença da entrevistada para com a instituição. As ações e o trabalho são algo que têm muito a ver com a sua história, e ela os adota como uma produção própria.

Entrevista com fundador e líder: Leo

Data: 02/06/09

- A origem do entrevistado tem bases religiosas, e ele se coloca como alguém que tem como premissa de vida questionar o mundo, desde a sua infância.
- Para ele, o trabalho da instituição começou por acaso, ao aceitar convite para realizar apresentações com crianças. Ele se envolveu, levou o trabalho para a apreciação de uma amiga que também se envolveu e o levou para escolas onde lecionava; assim, as ações foram tomando corpo.
- Desde o início, o que motivou o trabalho com coral, foi sua insatisfação com o cenário cultural da cidade. Ele queria era promover algum tipo de mudança.

- O entrevistado descreve que o que o impulsionava era a grande vontade em realizar o trabalho, pois não tinha habilidades específicas.

- O início deste trabalho despertou-o para as próprias habilidades que ele desconhecia. Orgulha-se disso e também da correspondência das crianças, bem como da admiração do trabalho por parte do público da cidade.

- Envolve os participantes de forma democrática, perguntando as suas opiniões.

- O entrevistado toma de uma forma muito pessoal a tarefa desenvolvida, como sendo parte de sua evolução, intimamente relacionada à evolução das atividades da ONG. Ele conta como foi sabendo perceber e aproveitar situações para a melhoria do trabalho e para o envolvimento das pessoas certas.

- O encontro da parceira foi fundamental para estruturar a instituição, pois foram unidas as ações do coral com o trabalho que esta parceira já realizava em escolas, enquanto professora. Segundo ele, este é o berço da instituição.

- Estas ações ocorreram até aquele momento voluntariamente, por puro gosto pelo que faziam. O entrevistado trabalhava em uma empresa, e utilizou-se de todas as oportunidades que esta ofereceu para envolver e amadurecer as ações que ele já fazia nas horas vagas, para a instituição C;

- Ele acredita que o trabalho desde o início apresentou uma vocação pedagógica, assim como ele enquanto pessoa.

- O entrevistado assume suas qualidades enquanto líder e sua facilidade nos relacionamentos interpessoais.

- Há o princípio de fazer o máximo com o mínimo de recursos possível;

- O entrevistado, na época, encontrou uma forma de conciliar o seu trabalho com as ações paralelas que fazia na ainda não constituída Instituição C; por fim, acabou desligando-se de suas funções na empresa e se dedicando mais ao trabalho de vocação pedagógica.

- Ele descreve também os grandes esforços despendidos para a realização do trabalho, pois não tinha verbas suficientes, precisando adquirir muitas habilidades para conseguir realizar o que almejava. Segundo ele, foi muito desgastante, mas propiciou muito conhecimento, que ele mesmo afirma ter.
- A esse trabalho juntamente agruparam-se outras duas pessoas, e, após o término do projeto apoiado pela empresa onde trabalhava, o entrevistado reuniu-se com essas pessoas, propondo à empresa a continuidade das ações, por meio de uma sistematização do trabalho.
- A empresa aceitou a proposta e esse grupo passou a trabalhar com escolas públicas. Realizou também, pouco depois, a consolidação do trabalho e da filosofia das propostas por intermédio da institucionalização da ONG.
- A saída do entrevistado de seu emprego envolveu algumas dificuldades, pois ele precisou saber lidar com a percepção das pessoas em relação ao grupo que se formava. Este não era vinculado à empresa, mas que muitas vezes foi visto como tal pelo fato de ele ter alcançado muitos títulos para a mesma.
- O entrevistado mostra-se muito orgulhoso com a trajetória que estabeleceu para a instituição, e pela forma como pôde conduzir as situações, principalmente no modo como agiu, evitando que a empresa se apropriasse da ideia, que ficou mantida como algo legítimo da Instituição C.
- A opção por manter a instituição C desligada da empresa de origem foi para manter a autonomia e a liberdade nas ações.
- O trabalho consolidou-se mais após a institucionalização, pois então puderam buscar apoio de outras empresas e de patrocínios públicos, o que trouxe uma grande bagagem para o grupo.
- Na fala do entrevistado fica implícita a condição de quem foi um pioneiro, e alcançou grandes conquistas, pois muitas foram as dificuldades.

- A retomada da história pessoal parece surgir como uma forma de mostrar os méritos pessoais diante das muitas dificuldades encontradas no percurso, mas que não impediram o sucesso do trabalho.

- O entrevistado tem ressalvas ao movimento de responsabilidade social, pois percebe que este movimento busca o desenvolvimento equilibrado da economia, do social e da preservação do meio ambiente, mas percebe que há uma hegemonia das questões econômicas que perpetuam as desigualdades sociais. Em sua percepção, esta política da responsabilidade social tem um discurso falido por estar refém do mercado.

- Defende, então, como forma de desenvolvimento sustentável, a existência de ações fora do paradigma da filantropia, que promovam formação a longo prazo.

- O entrevistado relata a esfera conflitante do trabalho neste ponto, pois percebe a inviabilidade de modificar a estrutura perversa do mercado, mas ao mesmo tempo propunha ações sustentáveis que sabia ser impossíveis em alguns aspectos. Havia uma questão delicada, pois estava vinculado aos projetos de uma empresa, e ao mesmo tempo em que questionava as ações mercadológicas, não podia causar uma ruptura. Conciliou tudo, percebendo que não seria possível tudo fazer, mas sim poucas coisas com foco de qualidade nos relacionamentos humanos. Parece ter havido um grande esforço de sua parte a fim de manter o trabalho para, de alguma forma, auxiliar pessoas na compreensão do mundo.

- Ressalta o poder de mudanças que o trabalho provoca no nível social, e percebe que isso pode ser bom, dependendo de como o líder articula; Sente-se então, se sente extremamente responsável. Ao mesmo tempo considera ter feito essa tarefa com muita competência, pois destaca os méritos da instituição.

- Há uma percepção das limitações de ação da instituição C.

- Destaca o conflito de interesses entre a empresa e a instituição, mas vislumbra as possibilidades de conciliação pelo conhecimento da instituição em parceria com a boa vontade da empresa.

- O entrevistado preocupa-se com a diretriz de vida voltada para aquilo que traz prazer. Conta sobre sua experiência de ter podido consolidar uma carreira que é diretamente ligada às suas aptidões e prazeres, e opta por dividir isso com as pessoas, tomando tal atitude como um dos princípios da instituição. Chama isso de honestidade existencial.

- Em nome de manter esse trabalho prazeroso, alguns sacrifícios precisam ser feitos. Além dele, as outras pessoas do grupo também se submeteram às penas do trabalho burocrático para conseguirem realizar o que tanto desejam.

- Dentro dessa lógica do fazer por prazer, o entrevistado discute a questão artística, que para ele é a mais prazerosa. Coloca-se como alguém que teve que parar temporariamente para o desenvolvimento da instituição. Agora, ele está podendo retomar e desenvolver mais o seu lado artístico musical.

- O entrevistado, por meio da instituição, desenvolveu habilidades artísticas que o possibilitaram criar. É considerado como aquele que alcançou uma posição privilegiada, e ele mesmo descreve as dificuldades com certo traço de autoexaltação.

- O entrevistado desenvolveu suas habilidades, e tem interesse em realizar uma carreira solo, mas, ao ser questionado, reforça o seu desejo altruísta de envolver as pessoas e lavá-las junto dele para o desenvolvimento, tal como tem feito ao longo dos anos de existência do trabalho da instituição.

- Há uma exaltação do trabalho enquanto uma obra própria, de si mesmo.

- O entrevistado fala de uma vocação para a liderança, mas não enxerga isso como mérito pessoal. Percebe como habilidade, que deve ser posta a serviço dos seus ideais de transformação social.

Entrevista com coordenadora de um dos setores: Thaís

Data: 22/06/09

- O início da participação foi casual, pois foi convidada para cantar na primeira apresentação; o grupo foi se estabelecendo e ela foi ficando. Não tinha ideia de que se tornaria uma instituição e de que ela fosse trabalhar com isso.
- O convívio se dava pelo prazer em cantar e estar com os amigos.
- Do início para a atualidade, houve uma mudança de posição dentro da instituição – de participante passou a fazer parte do grupo pensante.
- A entrevistada adequou sua formação profissional ao que fazia no grupo da instituição C. Mudou de curso uma vez, e depois de adaptada à instituição, mudou de cargo; passou à área de comunicação que não tem a ver com sua formação. Percebe, porém, ser essa função essencial para a manutenção da existência do grupo.
- O sacrifício da mudança de função identifica-se com o esforço que ela pode despende para poder promover alguma mudança no mundo, mobilizando e sensibilizando pessoas.
- Vê a instituição como aquela que almeja alcançar a ampliação dos padrões estéticos e artísticos da sociedade.
- A instituição é tida por ela como resposta e possibilidade de alcançar os seus anseios estéticos e artísticos.
- A escolha pela instituição C não se deu somente pelo veio artístico, mas pela concepção de mundo, que permite fazer algo que vá modificá-lo, melhorando a vida de alguém. A entrevistada buscava formas de poder ser ativa no mundo, e encontrou essa possibilidade na instituição C.
- Para estar no grupo precisou enfrentar a indisposição dos pais, pois queria fazer algo que fosse da sua vontade, por puro desejo.

- A instituição C, de acordo com a entrevistada, permite a flexibilidade de direcionar as ações para aquilo que se vincula às habilidades e aspirações pessoais.
- A entrevistada fala da dificuldade de as pessoas apreenderem a dimensão profissional no trabalho que ela executa. Fica sempre muito próximo ao “hobby”, e ela acredita que uma de suas missões é desmistificar isso para as pessoas – há um ar de que tudo é muito árduo, e de que o trabalho às vezes é alvo de má compreensão.
- No início, dispunha de sábados e domingos para realizar o trabalho da instituição, pois estudava e tinha toda uma rotina durante a semana. Em certo momento, ela mudou de curso na faculdade, passando a curso noturno, e disponibilizou toda a sua carga horária para a realização de atividades na instituição C, em troca apenas de ajuda de custo.
- Considera que o seu crescimento na instituição foi uma formação profissional.
- A partir disso, assumiu funções de gestão e hoje deseja executar as funções que forem necessárias para a manutenção da instituição – aqui há uma contradição, pois a entrevistada dizia não querer fazer algo de que não gostasse, mas na instituição ela aceitou esta missão em razão de poder manter a própria integridade, pois acredita que é por meio disso que poderá realizar um trabalho que faça diferença para as pessoas.
- A entrevistada abriu mão de atuar em sua área em benefício da manutenção do bom funcionamento do grupo e da instituição;
- A instituição C é causa pessoal e por ela vale qualquer esforço. A missão da instituição C coincide com a sua missão pessoal: ajudar pessoas.
- A concepção social do trabalho de engajamento e implicação no mundo é que a faz manter-se fiel às atividades da instituição, visando sempre à transformação social.
- Há uma revolta com o excesso do mercado e com a indústria cultural. Assim, o que a motiva é criar novos espaços para que outros tipos de arte também possam ser promovidos.

- Ela deseja partilhar com outras pessoas aquilo que recebeu e que foi positivo em sua vida, a fim de que possa promover transformações nas vidas de outras pessoas, tal como ocorreu com a sua.

Entrevista com coordenadora de um dos setores: Claudia

Data: 24/06/09

- A entrevistada iniciou-se no grupo pela admiração do primeiro CD e pelo convite de colegas da escola que dele já participavam. Passou a fazer parte do grupo musical, e depois foi convidada para a realização de oficinas. Gostava, mas no início ficava um pouco reticente.

- Gostava do CD e de cantar, mas sentiu estímulo para ficar quando percebeu a missão e os frutos do trabalho na escola, com crianças.

- A entrevistada não sabe explicar o motivo que a fez ficar na instituição C. Ela acha que acontece alguma coisa que faz com que as pessoas fiquem, apesar de todas as adversidades (período escolar, etc)

- A partir desse momento, envolveu-se muito com a instituição passou a ministrar oficinas e canalizou a formação universitária. Atualmente, já coordena projetos vinculados à sua formação.

- A instituição C mudou a trajetória de sua vida, pois ela se direcionava para atividades que já não mais faziam sentido, mas aí, com as exigências que o grupo foi lhe impondo, ela se encontrou e pôde direcionar sua formação de maneira que a satisfizesse.

- A mensagem da instituição fazia sentido para sua vida.

- A entrevistada descreve o percurso de sua escolha profissional, e coloca os conflitos que viveu entre opções possíveis. Há uma contrariedade da família, que ela enfrentou, e houve também a renúncia de fazer uma formação de bacharelado em prol da licenciatura que ajudaria mais nas oficinas. Aqui, aparece um certo mal estar diante das perdas nas escolhas.

- Há uma dedicação de tempo e investimento que não existiria se fosse em alguma empresa ou outro tipo de trabalho;
- O que ela aponta como estímulo para todo o sacrifício são os resultados e o reconhecimento de professores e alunos. Os elogios e a admiração parecem fazer a diferença.
- Ao deixar o trabalho com as oficinas, surge um sentimento de que estaria se afastando daquilo que a faz permanecer, que é a gratidão das crianças e professores, o que se dá no contato. Perdido o contato, ela se convence agora de que no trabalho de gerenciamento de projetos e de produção artística ela também está produzindo algo que pode promover mudanças nas pessoas. Então, o que parece confortá-la é a ideia de que o seu trabalho mobiliza as pessoas.
- A entrevistada é grata pela interferência do grupo em sua vida, pois trouxe muitos conhecimentos. Ela acredita que isso aconteceu com muitas outras pessoas que, tendo participado, saíram; não entende por que, participando da mesma experiência, uns decidiram sair e outros decidiram ficar.
- A instituição C trouxe diversos valores que fizeram muito sentido para a sua vida, de modo que ela não consegue abandonar mais esta lógica que faz tanto sentido. O desejo, agora, é partilhá-los com outras pessoas, deixando boas marcas.
- Há uma ideia de que por intermédio da ONG podem-se fazer coisas que empresas ou escolas não podem. Então, surge um sentimento de que também dentro da instituição C ela pode fazer coisas que outras pessoas não conseguem.
- A entrevistada acha que o trabalho dá certo porque gera algo que mobiliza as pessoas para estarem juntas, e faz com que seja agradável.
- O que a desanima é o fato de alguma atividade não funcionar, ou não dar certo. O peso da responsabilidade pela continuidade do grupo também parece incomodar. As relações humanas parecem difíceis para ela, no sentido de que há que se ter cuidado.

- O trabalho exige tanto na habilidade de se relacionar quanto no desenvolvimento técnico, o que é muito difícil, pois não há formação específica, mas deve-se aprender fazendo.
- Essas dificuldades pesam, mas tendem a ser superadas em nome da causa e do crescimento que ela promove.
- Surge a ideia de que o terceiro setor é aquele que dá conta do que o governo não consegue e de que as empresas não se interessam por estarem preocupadas com o lucro.
- A entrevistada traz uma ideia de que o terceiro setor entrelaça as relações, pois o que ele faz depende tanto da empresa quanto do governo, no caso das leis de incentivo – o governo não é capaz e o trabalho não é de competência das empresas. O terceiro setor mobiliza-se, junto com os demais, para que estejam todos contribuindo com sua cota para a mesma causa.
- A entrevistada percebe a instituição enquanto um grupo específico de pessoas que se uniram em função da mesma causa. Se uma pessoa se afasta, o grupo se desestabiliza, pois não é somente uma função que foi desocupada e pode ser substituída por outra pessoa. É a existência do grupo que se rompe.
- Segundo ela, o grupo está passando por um processo de socialização das tarefas e da causa com outras pessoas que se possam interessar em participar.
- Os processos de perdas fizeram com que o grupo se abrisse para novas pessoas, para uma reestruturação. Segundo a entrevistada, foram momentos de sofrimento e crescimento.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)